



COLÓQUIO
INTERNACIONAL
17 E 18 · FEV 2011

PORTUGAL ENTRE
DESASSOSSEGOS
& DESAFIOS



COLÓQUIO INTERNACIONAL “PORTUGAL ENTRE DESASSOSSEGOS E DESAFIOS”

PROGRAMA

&

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

**ORGANIZAÇÃO:
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS**



PARCERIA COM A REITORIA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COLÓQUIOS DE OUTONO

PROGRAMA

17 de Fevereiro

9h15-10h30

Sessão de Abertura - *Auditório*

Sessão Plenária 1 - *Auditório*

Heranças e Pertenças: Portugal depois do Império?

Conferencista: **Hélia Correia (Escritora portuguesa)**
O imaginário sem norte

Comentador: **AbdoolKarim A. Vakil (King's College – Londres)**

Moderadora: **Maria Irene Ramalho (CES/FLUC – Coimbra)**

11h00-13h00

Sessões Temáticas Semi-Plenárias

Sessão Temática 1 - *Auditório*

Materialidades, Patrimónios e Memórias

Oradores/as:

Cristiana Bastos (ICS - Lisboa)

Pedra, corpo, palavra e água: memórias deslocadas em narrativas fantásticas

Ungulani Ba Ka Khosa (Historiador e escritor moçambicano)

Memórias perdidas, identidades sem cidadania

Walter Rossa CES / FCTUC - Coimbra)

O desafio do urbano: a história como activo

Paula Lopes (CES / FEUC - Coimbra)

A água ibérica: da gestão nacional à governação transnacional

Moderador: **José António Bandeirinha (CES/FCTUC – Coimbra)**

Sessão Temática 2 – *Sala Keynes*

Cidades, Riscos e Oportunidades

Oradores/as:

Álvaro Domingues (FAUP – Porto)

Vida no Campo

Susana Durão (ICS - Lisboa)

Policiamentos em proximidade nas cidades. Problemas e desvios

Paulo Peixoto (CES / FEUC - Coimbra)

Um país tornado cidade e um urbanismo sitiado

Tatiana Moura (CES - Coimbra)

Violência e armas ligeiras. Um retrato português

Moderador: **Carlos Fortuna (CES/FEUC – Coimbra)**

15h00 – 17h00

Sessões Paralelas de Comunicações 1 a 7

17h30 – 19h30

Sessões Paralelas de Comunicações 8 a 15

9h30-10h30

Sessão Plenária 2 - Auditório

Negociações e Fronteiras: Lugares do Pós-colonial

Conferencista: **Paulina Chiziane (Romancista moçambicana)**

Comentador: **Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP / CEBRAP – Campinas)**

Moderadora: **Isabel Caldeira (CES/FLUC – Coimbra)**

11h00-13h00

Sessões Temáticas Semi-Plenárias

Sessão Temática 3- Auditório

Do Atlântico ao Índico

Oradores/as:

Peter Ronald deSouza (Indian Institute of Advanced Study / CES Ásia, em processo de constituição – Nova Deli)
Goa - seeking a space between nationalism and cosmopolitanism

Paulo de Medeiros (Universidade de Utreque)

Navios fantasmas do Atlântico ao Índico

Marta Araújo (CES - Coimbra)

Uma história (des) sossegada: reflexões sobre escravatura e "raça"/racismo a partir de manuais escolares Portugueses

Clemens Zobel (CES - Coimbra)

Participação política para além da nação? O acesso formal dos estrangeiros ao voto e as cargas eleitorais nas autarquias e freguesias portuguesas

Moderador: **António Sousa Ribeiro (CES/FLUC – Coimbra)**

Sessão Temática 4- Sala Keynes

Reinventar a Economia e Viver Bem

Oradores/as

Filipe Duarte Santos (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)

Os desafios do desenvolvimento sustentável

Ana Vale (Programa da Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal - Lisboa)

Inovação social, um contributo para a mudança

José Castro Caldas (CES - Coimbra)

Para lá dos limites: o regresso à economia

Hermes Costa (CES / FEUC - Coimbra)

Trabalho ainda conta para a economia? Contributos para uma cidadania laboral

Moderador: **Vítor Neves (CES/FEUC – Coimbra)**

15h00 – 17h00

Sessões Paralelas de Comunicações 15 a 21

17h30-18h30

Sessão Plenária 3 - *Auditório*

Painel de Encerramento: A Cooperação em Rede e o Futuro das Ciências Sociais e das Humanidades - *Auditório*

Oradores/as:

Boaventura de Sousa Santos (CES/FEUC - Coimbra)

Francisco Noa (CES Aquino de Bragança - Maputo)

As humanidades: permanência e finitude

Fernando Dantas (CES América Latina – Belo Horizonte)

Brasil, de "terra de bárbaros" a espaço de criatividade, convergências e clivagens para um mundo novo

Peter Ronald deSouza (Indian Institute of Advanced Study / CES Ásia, em processo de constituição - Nova Deli)

Need for a new commission for the social sciences

Moderador: **Claudino Ferreira (CES/FEUC – Coimbra)**

SESSÕES PARALELAS DE COMUNICAÇÕES

17 de Fevereiro

15h00 – 17h00

Sessões Paralelas de Comunicações 1 a 7

1. Mulheres, experiências e discriminações – Sala 3.1

Ana Cláudia Cardoso

O papel da mídia no reforço de estereótipos: o caso das mães de Bragança

Cláudia Nogueira

Mulheres com negócios – contributos para uma análise do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino em Portugal

Estefânia Silva, Conceição Nogueira, Sofia Neves

Significações culturais: desafios de conciliação trabalho-família

Joana Topa, Conceição Nogueira, Sofia Neves

Desassossegos e desafios de mulheres imigrantes no acesso aos cuidados de saúde em Portugal

João Carlos Pereira Mira Leitão

Questões de género na indústria têxtil da Covilhã

Pedro Araújo

Desemprego feminino envelhecido: estreitamento dos horizontes e destinos traçados

Moderadora: **Virgínia Ferreira (CES/FEUC)**

2. Interculturalidade, escola e cidadania – Sala 3.2

Alexandra Silva

Dinâmicas e tendências do movimento estudantil nos anos oitenta

Ana Paula Monteiro da Rocha S. Gonçalves

(Des)igualdades na comunicação e (in)disciplina

Daniela Craveiro, Joaquim Pires Valentim, Jorge Rodrigues Silva, Edite Dinis

Escola inclusiva em análise: uma abordagem exploratória às representações sociais sobre a deficiência mental na escola

Graça Maria Jegundo Simões

Avaliação e autonomia nas escolas - regulação de conformidade e regulação de emancipação

Marta Alexandre, Luísa Solla, Fausto Caels

Estar na escola portuguesa e não saber falar português - de que apoios precisam os alunos de PLNM?

Maria Helena Guerra Pratas

A gap between public rhetoric and actual practice?

Moderadora: **Silvia Rodríguez Maeso (CES)**

3. Família e questões de género – Sala 3.3

Boaventura de Sousa Santos, Madalena Duarte, Ana Oliveira, Cecília M. Santos, João Paulo Dias

Trajectórias de esperança: caminhos percorridos por mulheres vítimas de violência doméstica

Catarina Tomás

Direitos da criança em Portugal: lógicas contraditórias entre retórica e acção

João Pedroso, Patrícia Branco, Paula Casaleiro

A odisseia do direito da família (1974-2010): um contributo da sociologia política do direito da família

Rosa Monteiro

O mecanismo oficial para a igualdade de mulheres e homens e o seu papel nas políticas públicas em Portugal: os casos da lei da paridade e da lei do aborto

Rosana de Sousa Patané

Representações sociais e tensões sobre as políticas educativas em sexualidade e género

Moderadora: **Sílvia Portugal (CES/FEUC)**

4. Territórios, patrimónios e planeamento – Sala 3.4

Teresa Madeira da Silva, Pedro Marques Alves, Miguel Vasconcelos Magalhães, Maria João de Oliveira

Recuperação do património recente: dois bairros de intervenção prioritária na periferia de Lisboa

Manuela Mendes, Teresa Sá

Perfis, trajectórias e percepções face ao espaço dos residentes (e usuários) nas áreas urbanas de génese ilegal na área metropolitana de Lisboa

Nuno Serra

“Revolução da casa própria”: a centralidade da habitação na economia do endividamento

Nuno Travasso

Em busca do tempo perdido

Teresa Calix

Cartografar a urbanização contemporânea: contributo para uma ideia de contemporaneidade

Vanessa Duarte de Sousa

A insustentabilidade do modelo de planeamento territorial português: da planificação como estratégia a «meio gás» à multiplicação desenfreada dos instrumentos de base local

Moderador: **Daniel Francisco (CES/FEUC)**

5. Instituições culturais, públicos expressão artística – Sala G. da Silva

André Brito Correia

A criação teatral portuguesa contemporânea

Helena Santos

Artes no território, artes do território. Uma experiência de cinco municípios e uma companhia teatral do norte de Portugal

Paula Abreu, Claudino Ferreira

Contar (com) os públicos: desafios e desassossegos da cooperação entre a investigação sociológica e as instituições culturais

Pedro Quintela

Os “serviços educativos” nas estratégias de mediação cultural contemporâneas: uma reflexão a partir do caso da Casa da Música do Porto

Vera Borges, Pedro Costa, Susana Graça

A organização do teatro no Portugal contemporâneo: notas para uma análise empírica das estruturas teatrais apoiadas na região de Lisboa e Vale do Tejo

Moderador: **João Mascarenhas Mateus (CES)**

6. Representações do Portugal (pós)-colonial – Sala Keynes

Ana Rita Veleda Oliveira

Memória do mal, tentação do bem: um caderno de memórias coloniais

Fabiano Cataldo de Azevedo

A construção de um projeto identitário na afirmação do Real Gabinete Português de Leitura como lugar de memória portuguesa no Rio de Janeiro : 1837-1887

Hélia Santos

Imaginando a guerra colonial: a pós-memória dos “filhos da guerra”, entre silêncios e excessos

João Tiago Pedroso de Lima

A ‘Situação Africana’ segundo Eduardo Lourenço ou o colonialismo, a descolonização e a lusofonia como mitos portugueses

Luciana Moreira Silva

(Des)identidades retornadas: da nostalgia à crítica do colonialismo suavezinho dos portugueses

Mónica Silva

Sons feridos e silêncios traídos: pautas de uma identidade

Paulo Motta Oliveira

De vários desassossegos: reconstruindo imagens

Moderadora: **Luísa Trindade (CES/FLUC)**

7. Geopolíticas, redes e cooperações – Anfiteatro 3.1

Marco António Baptista Martins

Portugal e os BRIC: numa perspectiva da diplomacia pública e da autopoiesis

Maria Alice Nunes Costa

Políticas públicas e o investimento social corporativo: uma análise comparativa entre Portugal e Brasil

Rosana de Sousa Patané, Maria Amélia Reis

Políticas de educação sexual: uma análise do conteúdo dos relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual [GTES 2005, 2007] e do Censo Escolar 2005 - Levantamento das ações em DST/AIDS, saúde sexual e reprodutiva e drogas (2007)

Samuel João Caetano Vilela

A política externa do Portugal democrático: ruptura ou continuidade

Tania Covas Pereira

Partidos digitais – estruturas, processos e novas tecnologias de interligação entre os partidos políticos portugueses e o seu eleitorado através das redes sociais

Teresa Almeida Cravo

A política externa portuguesa - uma crítica ao pensamento único

Moderadora: **Maria Raquel Freire (CES/FEUC)**

17h30 – 19h30

Sessões Paralelas de Comunicações 8 a 14

8. Diferenças, direitos e políticas – Sala 3.1

António Casimiro Ferreira, Teresa Maneca, Andreia Santos

Experiências de vida injustas: acidentes de trabalho e vulnerabilidades sociais em Portugal

Edineide Jezine

Políticas de acesso a educação superior em Portugal e os processo de exclusão/inclusão dos sujeitos

Pedro Hespanha

A desinstitucionalização da doença mental e os cuidados na comunidade: impasses e desafios

Raquel Rego, Paulo Alves, Reinhard Naumann

Sindicatos portugueses entre desassossegos e desafios: o uso da Internet na promoção da democracia sindical

Sílvia Portugal

Quanto custa a deficiência? Uma avaliação dos impactos para o Estado e as famílias

Moderador: **Pedro Góis (CES/FEUC)**

9. Espaços locais, participação e comunidades – Sala 3.2

Bárbara Marques Ferreira

Desenvolvimento, cidadania e participação: performances locais

Cristina Margarida M. Serra Granado

A participação do cidadão ao nível local: o caso do orçamento participativo de Palmela

Kacarine Gomes Queiroz Bezerra de Araújo

Participação e planeamento urbano em Portugal. Um estudo de caso sobre a revisão do plano diretor de Coimbra

Nelson Dias

Orçamentos participativos em Portugal – um código genético em construção

Olga Magano

A difícil conciliação entre cidadania e a origem cigana: a marca que marca

Raquel Rego

Comunidade cigana portuguesa: o desafio do associativismo

Moderador: **Giovanni Allegretti (CES)**

10. Justiça, direitos e conflitos sociais – Sala 3.3

António Pedro Dores

O fim da sociedade?

Filipa Matias Magalhães

Da responsabilização de Abraracourcix e Astérix pelo dinheiro do caldeirão: a quem atribuir responsabilidades pela gestão dos serviços económicos de interesse geral

Irene Santos

Associativismo e imigração: desafios e desempenhos perante as mutações do Estado&Sociedade Providência

Jorge Caleiras

Do desemprego à pobreza – trajetórias de empobrecimento, experiências vividas e políticas públicas

Maria Teresa Denis da Silva

Trabalho – um dever/direito que urge ser repensado como “bem-comum”

Marina Henriques

Direitos humanos do trabalho: a OIT e o caso português

Sílvia Ferreira

Um “novo” lugar do terceiro sector no Estado providência português: os desafios da governação em parceria

Moderadora: **Catarina Frade (CES/FEUC)**

11. Novas urbanidades, governação e espaço – Sala 3.4

Ana Matos Fernandes

O discurso de reinvenção da ruralidade - um projecto urbano de ruralidade patrimonial e consumível

Carina Gomes

As cidades pequenas e o turismo: hierarquias e ordens da grandeza urbana

Gonçalo M. Furtado C. Lopes, Rosa Ângela Fernandes Macedo

Reabilitação urbana e intervenção em centros históricos: alguns desafios e evolução de paradigmas em Portugal

João Luís J. Fernandes

Precariedade geográfica e processos de desterritorialização in situ nos espaços urbanos portugueses. Reflexão a partir de alguns exemplos

João Seixas

Catalisar a governança na cidade paradoxal. A Carta Estratégica de Lisboa, o Estudo da Qualidade de Vida e da Governação Urbana, e as incertezas de empoderamento político na capital portuguesa

Nuno Miguel da Silveira Campos Pereira Grancho

Mumbai, from 19th to 21st century

Moderador: **Paulo Peixoto (CES/FEUC)**

12. Performances, dispositivos e actividade artística – Sala G. da Silva

Aparecida de Fátima Bueno

Portugal sob a lente de Manoel de Oliveira

Cláudia Madeira

Os tempos da “arte social” em Portugal – do 25 de Abril à actualidade

Gisele Giandoni Wolkoff

Deterritorializing selves: women and poetry in contemporary Portugal in comparison

Joana Pinho, Sofia Neves

“Porque a linguagem é o meu falo”: artes visuais e performatividade de género (percursos e vivências de mulheres artistas)

Júlia Garraio

Vozes do império no cinema português contemporâneo: o caso de Second Life

Rita Grácio

.mur.mur(i)o.poetas na blogosfera

Moderador: **António Pinho Vargas (CES)**

13. Portugal, o sul e a construção da memória – Sala Keynes

Boaventura de Sousa Santos, Bruno Sena Martins, Natércia Coimbra

Memórias subjugadas no Portugal contemporâneo: a guerra colonial e os deficientes das Forças Armadas

Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses

O futuro do passado

Daniele Regina Pontes, Eduardo Faria Silva

Negros: os escrevinhadores dos seus direitos

Lola Xavier

Pensar Portugal: o país dos brandos queixumes

Miguel Cardina

Políticas da memória no Portugal contemporâneo

Rui Bebiano

Anos 60 em Portugal: memórias, rastos e arrependimentos

Sheila Khan

Gentes do ‘Sul’ mesmo aqui ao lado: cartografia de um pós-colonialismo português flutuante e abissal

Moderadora: **Teresa Tavares (CES/FLUC)**

14. Ciência, saberes e corporalidades – Anfiteatro 3.1

Alice Cruz

Deve o subalterno falar? Desarquivando a lepra, dilatando o presente

Carmen Diego

Redução do risco de desastre. Prevenção, integração e cidadania

Hugo Pinto, Tiago Santos Pereira

Mudanças institucionais e a utilização de patentes nas universidades portuguesas: como os meios se tornam fins

Susana Costa

Os desafios e os desassossegos do DNA nos saberes e práticas dos agentes de investigação criminal

Tiago Santos Pereira, João Arriscado Nunes

Para além da “sociedade do conhecimento”: como se governa a ciência e tecnologia em Portugal?

Moderadora: **Rita Serra (CES)**

15h00 – 17h00

Sessões Paralelas de Comunicações 15 a 21

15. Cidadania, conflito e políticas – Sala 3.1

António Fernando Cascais

Dos cravos ao bouquet. O casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal

Elísio Estanque

Classe média e conflitualidade social

Joana Sousa Ribeiro, Joana Areosa Feio

A participação cívica entre os “imigrantes”: uma cidadania do desassossego?

Jorge Dias, Sofia Neves

Percursos de vida de jovens delinquentes: reflexões sobre a realidade cabo-verdiana

Luísa Ferreira da Silva, Fátima Alves

Do objectivo da regulação à capacidade emancipatória da participação em saúde

Mauro Serapioni, Dolores Sesma

Os sistemas de saúde da Europa do Sul (Espanha, Itália e Portugal) frente a turbulência financeira internacional

Moderadora: **Elsa Lechner (CES)**

16. Representações e construção do outro – Sala 3.2

Ana Rita Patacas, Maria Teresa Denis da Silva

Exclusão social nas ruas de Lisboa: imagens e representações de “sem-abrigo”

Fernando André Rosa

A construção da cidadania na imprensa escrita: uma análise crítica do discurso

Joaquim Pires Valentim

Preconceito de brandos costumes: olhares cruzados entre portugueses e africanos

Marta Filipe Alexandre

'Acha que vale a pena ser cientista em Portugal?' - análise crítica de representações linguísticas da actividade científica

Maria Madalena Gracioli

A (re) construção da identidade juvenil em contexto migratório e o processo de integração de jovens brasileiros em Portugal

Silvia Maeso, Marta Araújo, Olivier Guiot

O (anti-)racismo nas políticas e organismos públicos portuguesas

Moderadora: **Maria José Canelo (CES/FLUC)**

17. Epistemologias e intervenções – Sala 3.3

Carmen Domingues Reste, Maria Helena Ançã

Contributos da hermenêutica diatópica para a educação intercultural

Francisco Jorge Gonçalves

A adaptação da religião católica e dos católicos às democracias seculares: um percurso impossível para a religião islâmica?

Maria da Conceição Henriques Serrenho Cuvaneiro

Novos desafios: as novas malhas sociais

Maria João Freitas

Tensões e desassossegos da participação na consolidação de uma ética e de uma prática democrática transversal e coerente – desafios à co-produção de um sistema de acção colectiva

Elena Brugioni

Logo-centrismo e Comunidades. A lusofonia como desafio epistemológico

Valmir Flores Pinto

Religiosidade no contexto secular português

Moderador: **Tiago Santos Pereira (CES)**

18. Acesso à justiça – Sala 3.4

Boaventura de Sousa Santos, Conceição Gomes, Tiago Ribeiro, Carla Soares

Vulnerabilidade, justiça e reparação: a indemnização da vida e do corpo na lei e nas decisões judiciais

Conceição Gomes

Tribunais e democracia: desafios às políticas de reforma

Élida Lauris

O acesso à justiça em movimento: a luta política e social na definição do modelo de assistência jurídica em São Paulo

Conceição Gomes, Élida Lauris, Marina Henriques, Paula Fernando

Entre a justiça eficiente e a justiça cidadã: a interpenetração de diferentes modelos de administração e gestão dos tribunais

Paula Fernando, Conceição Gomes

A Lei Tutelar Educativa na encruzilhada dos processos de reforma

Moderador: **Rui Namorado (CES/FEUC)**

19. Políticas, programação e educação pelas artes – Sala G. da Silva

Ana Paula Tavares Nogueira

Desafios da programação cultural: notas de uma pesquisa sobre o concelho de Almada e Palmela

Leda Barbio

Os jovens (sub)urbanos da área metropolitana de Lisboa e o fenómeno do hip hop

Paula Guerra

Génese, emergência e constituição do subcampo do rock alternativo em Portugal (1980-2010): rota de chegada para um ponto de partida

Pedro Filipe Cunha

Soluções para ser um mau professor de música de sucesso – o estado da arte musical na escola

Rui Matoso

A (re)animação cultural das cidades anestesiadas

Tânia Leão

Políticas públicas para o cinema em Portugal – breve análise da evolução dos apoios à produção e exibição de cinema em território nacional

Moderadora: **Catarina Martins (CES/FLUC)**

20. Profissões e aprendizagens – Sala Keynes

António Casimiro Ferreira, João Paulo Dias, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Paula Fernando, Alfredo Campos

As profissões jurídicas em contextos de mudança: para que servem os estudos sócio-profissionais no séc. XXI?

Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino

Legal education in Portugal: an analysis of sociology in law schools

Isabel Passarinho

Viver, trabalhar, dizer e aprender com os 'ecossistemas' da pobreza – s(s) construção(ões) identitária(s) d@s assistentes sociais entre o avesso das profissões e os fragmentos do Estado de Bem-Estar

Luís Junqueira

Desenvolvimento da ciência portuguesa e associativismo profissional dos investigadores

Moderadora: **Laura Centemeri (CES)**

21. Economia sustentabilidade e bem comum - Anfiteatro 3.1

Abel Rodrigues

O custo dos direitos sociais

João Rodrigues

Portugal e o fim do romance de mercado europeu

Juliana Torquato

Espaços de produção - espaços de viver no chão urbano: as hortas (peri) urbanas em Portugal

Lúcia Fernandes

As iniciativas de transição e decrescimento em Portugal: projetos individuais ou alternativas ao modelo vigente?

Stefania Barca

O trabalho no paradigma da sustentabilidade

Moderadora: **Ana Cordeiro Santos (CES)**

RESUMOS

SESSÕES PLENÁRIAS SEMI-PLENÁRIAS E PARALELAS

ABEL RODRIGUES

Doutorando CES/FEUC

martins_abel@clix.pt

O custo dos direitos sociais

Fala-se na agonia financeira do estado social e da necessidade de retrocesso social. Num estado social português com três décadas de vida. A tese a apresentar assentará na argumentação que os custos dos direitos sociais constituem um falso problema apresentado pela retórica política neoliberal e numa desorganização actividade económica da comunidade.

ALEXANDRA SILVA

Doutoranda CES /FLUC

asilva@ces.uc.pt

Dinâmicas e tendências do movimento estudantil nos anos oitenta

Esta apresentação tem por objectivo conhecer e dar visibilidade às culturas estudantis e à reconfiguração das suas identidades no contexto das novas realidades políticas, sociais e culturais emergentes no pós-25 de Abril.

Centrando-se a investigação no caso de Coimbra, mas tendo sempre presente a reconfiguração da participação juvenil e estudantil a nível nacional, atende-se à emergência de novas formas de intervenção política, cultural e artística dentro das universidades, que incorporaram formas de tradição, resistência e/ou inovação nas mais diversas manifestações.

Procurar-se-á identificar as mudanças no espaço universitário e a forma como se articulam com os novos paradigmas de participação cívica que caracterizam as sociedades académicas contemporâneas, geradoras de um conjunto assinalável de diversidades e (des)igualdades ainda hoje bem visíveis.

Esta abordagem pretende ainda contribuir para romper com o estereótipo imputado à juventude dos anos oitenta que a define como “despolitizada” e averiguar a forma como protagonizou uma luta social de dimensão relevante apesar de condicionada por um contexto de enfraquecimento e perda de influência dos movimentos sociais.

Torna-se necessário caracterizar as Universidades nos anos oitenta, situando as raízes políticas e culturais da cultura estudantil. Serão depois definidas as tendências do movimento estudantil num contexto de renovação das próprias culturas juvenis. Procurar-se-á ainda traçar a(s) identidade(s), os caminhos e a progressiva diferenciação das diferentes culturas estudantis integrando, na sua caracterização, as dimensões políticas, associativas, culturais e vivenciais, observando-se um conjunto de estudos de caso da Universidade de Coimbra.

ALICE CRUZ

Doutoranda CES/FEUC

alicecruz5@gmail.com

Deve o subalterno falar? Desarquivando a lepra, dilatando o presente

No processo de centralização do Estado moderno, o nexó entre biologia e moral escorou a representação do sujeito cidadão numa classificação disciplinar exclusivista. Neste contexto, a lepra foi medicalizada, em finais do século XIX, por uma comunidade epistémica (Haas, 1992) como uma *doença residual de atraso civilizacional* antitética do projecto moderno. Carente de respostas terapêuticas, a biomedicina elegeu a segregação compulsiva como dispositivo profilático para a erradicação global da lepra, convertendo as pessoas portadoras em *sujeitos exilados da história*. Portugal praticou o internamento compulsivo das pessoas portadoras de lepra entre 1947 e 1974. Na esteira da sua derrogação, a lepra foi expelida para as malhas do esquecimento público. Ora um outro nexó preside ao crivo que medeia critérios de cidadania, o nexó entre memória pública e identidade nacional. Com base numa etnografia multi-localizada que justapõe a substanciação divergente de um saber transnacional nas escalas nacionais e locais de Portugal e Brasil, interrogar-se-á o valor do testemunho e, sobretudo, da sua passagem da memória à história (Ribeiro, 2007).

Esta análise enfoca o período que se seguiu ao *giro biomédico*, durante a década de 1980, que inverteu a relação dialéctica entre bem público e cidadania das pessoas portadoras de lepra pelo desfraldar da promessa soteriológica de uma cura biomédica. Identificando o arquivamento da lepra como uma *doença residual de atraso civilizacional* em Portugal, onde se tornou uma doença importada e rara, discutir-se-ão, com ancoragem na

etnografia como metodologia que ilumina evidências alternativas (Biehl, 2007), os corolários dos abusos do esquecimento (Ricoeur, 2000) e da repetição do arquivo (Derrida, 2001) para uma política ontológica (Moll, 2009) e para os determinantes sociais da iniquidade em saúde (Whitehead e Dahlgren, 2007), expondo, por fim, o elo entre o testemunho subalterno da regulação biopolítica e as condições de possibilidade para a emergência de uma biocidadania emancipatória.

ÁLVARO DOMINGUES

(FAUP - Porto)

Vida no campo

“ A gente do campo hé muito impolida e ignorante; a maior parte não sabem ler nem escrever, são pobres, nem colhem muito pão para si, não obstante trabalharem todo o anno. N’algumas aldêas não trazem çapatos, nem bottas, uzam d’huma pelle a que chamam abarcas. Isto muito principalmente se observa junto a raya de Castella, como em Montezinho, Cova de Lua, Petisqueira, Guadramil, etc., aonde os lavradores são muito pobres, estúpidos, e ignorantes. De noite não se allumião com azeite; e quando necessitão de luz uzão de paos secos.”

“Vida no Campo” é uma metáfora sobre a perda do Portugal Rural e um antídoto contra este mau viver pelo despovoamento, pelo abandono, ou, noutro registo, pela profunda metamorfose que vai lavrando pelo país dos (ex)agricultores, pela perda das suas práticas ancestrais, modos de vida, território e paisagens. Ruínas, em muitos casos.

Não é esta uma questão menor. Como a língua ou a história, a paisagem é um poderoso marcador identitário, uma casa comum. No entanto, não há paisagens para sempre. A paisagem é registo da sociedade que muda e se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá registo disso e pouco tempo e muito espaço para compreender e digerir todas as marcas e a forma como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços.

Abundam os discursos pitorescos e idílicos sobre a representação da ruralidade em forma de “escapadela pitoresca”, mas agora vai minguando o espaço para essas histórias e personagens. As marcas e as memórias do Portugal rural vão-se decompondo com a *desruralização* e o seu rastro de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais – o “interior”, no dizer mais frequente sobre estas coisas. Não é fado nem é necessariamente dramático. É para pensar.

ANA CLÁUDIA CARDOSO

Doutoranda CES/FEUC

anaclaudia76@uol.com.br

O papel da mídia no reforço de estereótipos: o caso das mães de Bragança

A presente comunicação tem como foco o caso das “Mães de Bragança”, que foi um movimento ocorrido em Bragança, cidade localizada na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, norte de Portugal, região de forte influência da igreja Católica. Em Maio de 2003, mulheres portuguesas, considerando que foram trocadas pelos respectivos maridos por “meninas” brasileiras, fazem circular na cidade um abaixo-assinado, a fim de acabar com uma “invasão de brasileiras”, supostamente dedicadas ao negócio do sexo.

Como o referido episódio, a cidade de Bragança, que passou a ser conhecida como um autêntico antro da prostituição em Portugal, principalmente, após a veiculação como matéria de capa da revista Time europeia, em Outubro de 2003, que denominava a cidade como o mais novo bairro de prostituição da Europa e trazia todos os detalhes através de uma reportagem intitulada "When The Meninas Came To Town".

Para Manuela Ribeiro et al (2008), com o referido episódio se construiu uma equivalência simbólica cerrada e estereotipada entre prostituta e brasileira, ao ponto de já nem se falar das prostitutas de Bragança, mas sim «das brasileiras de Bragança» (Ribeiro et al, 2008: 200), e, mesmo não vivendo da prostituição, ser brasileira torna-se sinónimo de ser prostituta.

Tal acontecido ganhou uma dimensão inimaginável com a contribuição dos aparelhos midiáticos, e a grande influência que exercem na opinião pública é o que pretendo demonstrar com o desenvolvimento desta comunicação.

ANA MATOS FERNANDES

Doutoranda da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona

anamatosfernandes@gmail.com

O discurso de reinvenção da ruralidade - um projecto urbano de ruralidade patrimonial e consumível

Após a disseminação de um discurso que generalizou a noção de crise funcional, demográfica e económica nos territórios rurais, precipita-se e sobrepõe-se progressivamente um discurso de exaltação do potencial estratégico das áreas rurais.

Em diversas esferas da vida social parece ser recorrente a ideia de que, através do aproveitamento e da promoção dos recursos patrimoniais, os territórios rurais podem reverter o cenário de crise. Da mesma forma simplificada e generalista com que se identificam os problemas rurais, apresenta-se uma solução estratégica, naquilo que se constitui como um discurso cada vez mais disseminado de reinvenção da ruralidade.

Pensamos neste discurso principalmente como um projecto de ruralidade, que prevê a transformação dos espaços rurais, outrora produtivos, em espaços de consumo. Este pode ser dividido em três dimensões fundamentais: a estratégia (ou o seu registo técnico e político), a matéria-prima (ou o seu suporte cultural de representações romantizadas em torno da ruralidade, há muito enraizadas nas culturas ocidentais) e, finalmente, os produtos (ou o seu registo comercial, na promoção dos produtos rurais e do rural enquanto produto).

O projecto de ruralidade apresentado sustenta-se discursivamente pelos valores conservacionistas que sacralizam os patrimónios culturais e naturais e que atribuem aos espaços rurais a missão de preservar tudo o que está em risco na cidade e nas sociedades ocidentais em geral: o passado (património e identidades) e o futuro (natureza e sustentabilidade). Esta ruralidade patrimonial e consumível faz sentido enquanto alteridade à cidade e enquanto paisagem simbólica moldada segundo as suas expectativas e necessidades, sendo valorizada pelo olhar urbano e insinuando-se para os seus mercados de consumo. Assim, deve ser discutida enquanto um fenómeno urbano e destacada pelo seu poder, enquanto influência política e paisagem cultural, na configuração dos territórios rurais/reais.

ANA PAULA MONTEIRO DA ROCHA S. GONÇALVES

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

anaparg@gmail.com

(Des)igualdades na comunicação e (in)disciplina

A escola vive um momento de questionamento sobre as condições oferecidas ao aluno que conduzem à sua integração e sucesso educativo.

A construção da relação interpessoal entre professor/aluno e a manutenção de um clima que permita a efectividade do processo ensino – aprendizagem assenta na comunicação interpessoal.

Na comunicação verbal e não verbal revelam-se as representações e emoções que expõem a autenticidade e carácter da relação professor/aluno. Tendo este conhecimento um interesse primordial, para o professor, na gestão da disciplina no espaço de sala de aula. Na interacção comunicacional confluem vários sistemas expressivos e o sentido real dessa interacção emerge do conjunto de todos eles. O professor tem áreas em que possui algum controlo directo, ou pelo menos, tem uma razoável oportunidade de causar algum impacto pela utilização de determinadas estratégias ou abordagens. Assim, conhecendo e trabalhando com as igualdades e desigualdades dos seus alunos e seus sistemas comunicacionais conseguirá uma interacção comunicacional que lhe permitirá a gestão de actos disruptivos.

No presente trabalho realiza-se uma abordagem numa perspectiva conceptual, procurando-se o conhecimento do conceito, a identificação dos tipos de comunicação e numa perspectiva empírica, com o objectivo de compreender o impacto da comunicação na emergência de indisciplina, em contexto de sala de aula. É feita a análise de alguns dados obtidos por inquérito por questionário a alunos e professores de 3º ciclo, permitindo uma confrontação e reflexão sobre as representações destes actores e as realidades observadas.

ANA PAULA TAVARES NOGUEIRA

Instituto Piaget – Campus Universitário de Almada

apaulanog@netcabo.pt

Desafios da programação cultural: notas de uma pesquisa sobre o concelho de Almada e Palmela

A cultura tem tido, desde os anos 90, um enfoque político bastante significativo no contexto das autarquias. Ao longo dos anos existiu um esforço de mudança por parte da administração local que fez aproximar o poder local às necessidades das comunidades. As mudanças tanto ao nível do enquadramento jurídico como organizacional das questões culturais, assim como o desenvolvimento de projectos e de acções, tem configurado modos locais de relação com a cultura e com as artes, ao mesmo tempo que garantem ao poder local visibilidade política e social. A criação de infra-estruturas culturais tornou-se um dos objectivos centrais das políticas culturais locais.

A massificação do consumo em geral e dos produtos culturais em particular, torna-se mais regular nos finais do século XX e início do novo milénio. Por este facto, há um interesse cada vez maior no conhecimento dos públicos da cultura, assim como da utilização de espaços cada vez menos convencionais de produção e criação cultural, e das estratégias de desenvolvimento local associadas a este fenómeno. A animação cultural para o espaço público pode ser um meio de atingir o desenvolvimento cultural local.

Pretende-se reflectir sobre a cultura, no sentido do desenvolvimento local, e as políticas culturais locais como instrumento para re-problematizar o pensamento político, ensaiando novas experiências de desenvolvimento e novas responsabilidades ao nível da democratização da cultura.

ANA RITA PATACAS, MARIA TERESA DENIS DA SILVA

Universidade Lusófona; Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa

rita.silva@hotmail.es; Teresa.denis@estesl.ipl.pt

Exclusão social nas ruas de Lisboa: imagens e representações de “sem-abrigo”

Falar de exclusão social é falar, nos termos de Robert Castel, da fase extrema do processo de “marginalização”, entendido como um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Assim, a exclusão social apresenta-se como um processo de desvantagens generalizadas ao nível da satisfação das necessidades básicas.

O fenómeno dos “Sem-Abrigo” apresenta-se como uma das faces mais trágicas dos mecanismos de exclusão social ao traduzir o impedimento objectivo ou subjectivo de acesso a uma habitação. Habitação entendida não tanto como casa de família mas como alojamento, encarado como a representação básica de residência ou organização sedentária do espaço.

A institucionalização da habitação como direito fundamental impõe o conhecimento sobre as causas e os processos que conduzem à situação de “sem-abrigo” bem como a realidade objectiva e as representações sociais enquanto dimensões inter-relacionadas de um fenómeno que não existe como problema social senão em função das representações sociais que o constituem como tal. Qualquer acção social ou política com vista a minimizar este fenómeno, deve procurar intervir nos processos que conduzem a tal situação. Neste sentido há que ter consciência das representações sociais e institucionais do fenómeno e das conotações políticas, ideológicas e morais associadas ao modo como a sociedade pensa e age em relação aos excluídos - “sem-abrigo”.

Neste contexto propomo-nos apresentar uma comunicação sobre as representações sociais emanadas, através de entrevistas semi-directivas, por alguns dos interventores directos que na cidade de Lisboa desenvolvem a sua acção em prol dos “Sem-Abrigo”.

ANA RITA VELEDA OLIVEIRA

Doutoranda CES/FLUC

anaritaoliveira@ces.uc.pt

Memória do mal, tentação do bem: um caderno de memórias coloniais

O *Caderno de Memórias Coloniais* é uma autobiografia de retorno singular, no panorama literário português contemporâneo.

Únicas memórias da segunda geração de retornados, tendo Moçambique por paisagem, centra-se na viagem onírica de Isabela Figueiredo, desde a sua infância de pequena colona branca à difícil adaptação, aos 13 anos, ao Portugal que lhe deu a nacionalidade.

O livro, escrito em partes, originalmente publicado no blogue da autora, com frases curtas e por vezes violentas, contém e simboliza vários gestos, complementares e antagónicos. É, ao mesmo tempo, carta de amor ao pai, relato da violência, da perda do amor, do crescimento, tragédia, forma de desobediência e, sobretudo, grito de

libertação, lição de moral que nos diz que podemos sempre tentar ser cidadãos mais íntegros do que as ideias que nos procuram incutir.

Obra importante, na produção de memória pública do «nosso colonialismo inocente», que mexe na ferida desta mesma exploração dos mais fracos pelos mais fortes, pode comparar-se a outras autobiografias de retorno, como aquelas que escreveu Marquerite Duras. Enquadra-se, também, no contexto da produção literária de outras escritoras portuguesas como Lídia Jorge, estudadas por Margarida Calafate Ribeiro e por outras mulheres.

Trauma, memória e imaginação guiam a autora num voo literário anguloso, dando ela própria corpo a palavras de uma narradora múltipla, a vozes de pequenas colonas brancas e a vivências de negros, observando o mundo sob muitos pontos de vista.

Para que os silêncios não sejam demasiados.

ANDRÉ BRITO CORREIA

CES/FEUC

correia@fe.uc.pt

A criação teatral portuguesa contemporânea

O texto a apresentar constitui uma reflexão que sintetiza várias das mudanças e continuidades presentes nas dinâmicas do sector teatral português ao longo das últimas quatro décadas. Centrar-se-á nos processos de criação teatral, fazendo um balanço das evoluções, reconfigurações e tensões vividas pelos grupos e projectos responsáveis pela criação de espectáculos teatrais de cariz profissional. As especificidades da criação artística equacionam-se no âmbito de transformações mais amplas que dizem respeito quer à esfera cultural das sociedades contemporâneas quer aos processos vinculados de modernização socioeconómica vividos pelo nosso país de forma particular desde o 25 de Abril de 1974.

A panorâmica da criação teatral portuguesa será efectuada tendo em conta a necessidade de considerar quatro aspectos que se interligam entre si: o mapeamento e caracterização das distintas gerações e vagas de criadores que foram reconfigurando o tecido teatral português ao longo das últimas décadas; as polarizações e assimetrias sócio-geográficas inerentes à actividade teatral em Portugal, bem como as iniciativas de descentralização projectadas e realizadas; a (re)construção de novas representações sociais em e pela cena; os cenários de apoio à actividade teatral – reivindicados, contestados, planeados ou concretizados.

Em suma, pretende-se traçar um quadro geral da criação teatral portuguesa marcada por inquietudes e oportunidades diversas – inscritas, abertas ou reforçadas pela sociedade mais geral com os seus desassossegos e desafios.

ANTÓNIO CASIMIRO FERREIRA, JOÃO PAULO DIAS, CONCEIÇÃO GOMES, MADALENA DUARTE, PAULA FERNANDO, ALFREDO CAMPOS

CES/FEUC; CES; CES; CES; CES; CES

acasimiroferreira@gmail.com, jpdias@ces.uc.pt, cgmoes@ces.uc.pt, madalena@ces.uc.pt, alfredo@ces.uc.pt

As profissões jurídicas em contextos de mudança: para que servem os estudos sócio-profissionais no séc. XXI?

Esta comunicação tem como objectivo principal apresentar a investigação “Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juizes e magistrados do Ministério Público em Portugal”, actualmente em curso no CES e debater a importância deste tipo de estudos socioprofissionais no actual contexto.

Qual a importância em responder, assim, a questões como: *De onde vêm e quais são as suas trajetórias profissionais e sociais? Quais são as suas ideologias profissionais? Como se organizam? Que valores e representações possuem relativamente a temas sensíveis na sociedade e ao seu papel na sociedade? Qual a importância que atribuem aos cidadãos?*

Face à inexistência de estudos socioprofissionais sobre os juizes e magistrados do Ministério Público, em Portugal, torna-se – à luz das transformações pelas quais têm passado as profissões jurídicas, em função de múltiplas dinâmicas de mudança na sociedade, nas profissões e na justiça – incontornável, quando nos encontramos num processo contínuo de reformas judiciais, estudar e compreender as magistraturas portuguesas.

A estrutura multidimensional deste projecto obriga à articulação de um conjunto diversificado de técnicas qualitativas e quantitativas, entre as quais a análise de conteúdo documental e estatística, a realização de entrevistas e de *focus groups*, sendo o ponto central e inovador a aplicação de questionários a juizes e magistrados do MP, assim permitindo desenhar um retrato amplo e aprofundado destas profissões. Deste modo, e procurando contextualizar com os mais recentes desenvolvimentos teóricos nesta área, pretendemos

questionar a importância dos estudos sócio-profissionais no actual contexto de pressão reformista no sistema judiciário.

ANTÓNIO CASIMIRO FERREIRA, TERESA MANECA, ANDREIA SANTOS

CES/FEUC; CES; CES

acasimiroferreira@gmail.com, tmaneca@ces.uc.pt, andreiasantos@ces.uc.pt

Experiências de vida injustas: acidentes de trabalho e vulnerabilidades sociais em Portugal

Actualmente vivemos um período de crise severa que assume formas insidiosas no domínio laboral patente no modo como os pressupostos sobre o trabalho e os seus direitos têm sido avaliados. Para além de terem transformado as noções de tempo e espaço de trabalho, estas mudanças têm contribuído para a erosão dos direitos laborais, a degradação das condições de trabalho e o aumento da população trabalhadora exposta a situações de vulnerabilidade e de exclusão social.

Portugal não escapa a esta tendência global, nomeadamente no que diz respeito aos indivíduos cujo vínculo social e económico depende do trabalho, fortemente marcado por situações de fragilidade e precariedade. Este diagnóstico foi já feito por diversos estudos e abordagens que apresentam uma correlação directa entre a deterioração das condições de trabalho, a precariedade laboral e contratual e os acidentes de trabalho.

Os acidentes de trabalho continuam a registar valores elevados em todo o mundo, não sendo Portugal excepção. Apesar do esforço global para diminuir este flagelo, o fenómeno continua a ser uma fonte de problematização para a efectividade dos direitos humanos do trabalho. Em Portugal, esta preocupação tem-se traduzido num crescente processo de juridificação associado aos acordos de concertação social e à endogeneização de normas originárias da União Europeia e da Organização Internacional do Trabalho.

É objectivo desta comunicação dar conta, por um lado, do modo como a ocorrência de um acidente de trabalho altera a trajectória individual, social e familiar de um indivíduo, passando este de uma condição de trabalhador a uma condição de incapacitado. Por outro lado, e atendendo ao facto de as condições de trabalho serem vividas, por cada um, de forma diferente e os seus efeitos dependerem não só do percurso profissional e do contexto de trabalho, mas também da percepção que cada um pode ter em função das suas especificidades físicas, psicológicas e sociais, procura-se discutir os cenários de reparação e reabilitação dos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho, questionam-se as políticas públicas de reparação do dano resultante de acidente de trabalho e, em última análise, a efectividade e os princípios fundadores do Estado-providência que assentam na promoção da cidadania e da qualidade de vida, bem como na promoção da coesão e combate à exclusão social.

ANTÓNIO PEDRO DORES

ISCTE

antonio.dores@iscte.pt

O fim da sociedade?

A ideologia progressista pode já não estar a servir os interesses dos trabalhadores e das pessoas que aspiram à liberdade emancipada. Pode ser apenas um resquício ideológico a que nos afeiçoámos (à esquerda e à direita) por ter sido compaginado durante muitos anos com a confiança contratual e o crescimento económico característicos de uma certa época, entretanto ultrapassada pelos factos e longe de poder ser reproduzida.

A diferenciação da gestão dos capitalismos e dos Estados nacionais concretizada pela globalização é causa da desagregação das sociedades modernas, já que gestores, consumidores, trabalhadores menos qualificados e trabalhadores muito qualificados tendem a viver de forma segregada, seja em países diferentes seja em formas de condomínio fechados e isolados entre si. A solidariedade é mais um sector económico, como a própria moral social (centrada nos media nacionais e nas religiões dominantes, nomeadamente), sujeita às regras da competitividade. Aliás como a guerra ou, mesmo, a condenação política da guerra.

Neste trabalho analisar-se-ão dois casos ocorridos em Portugal à luz desta perspectiva anti-progressista, digamos assim: as ameaças de um autarca contra uma associação de auto-organização de pessoas com carências alimentares; a colaboração entre a organização de uma manifestação anti-militarista com a polícia para segregar manifestantes com os mesmos intuitos mas considerados concorrentes, por razões partidárias.

ANTÓNIO FERNANDO CASCAIS

Universidade Nova de Lisboa

afcascais@netcabo.pt

Dos cravos ao bouquet. O casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal

Afigura-se consideravelmente opaco para o observador desatento, incluindo o cientista social, o processo que conduziu à aprovação da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, 36 anos depois da revolução de 1974 e quatro décadas decorridas desde o início dos movimentos LGBT contemporâneos, mas apenas uns escassos quinze anos após a instalação tardia deles no nosso país. Um processo com fases sequenciais bem demarcadas, em sociedades tidas por modelares neste âmbito, ter-se-ia concluído em Portugal sem etapas intermédias. As questões relevantes para esclarecer o sentido da lei tratam de inquirir: em que consiste o seu adquirido (jurídico-político, social, cultural) no plano da alteração qualitativa por ele provocada no associativismo (representatividade, credibilidade e influência) e na inserção (visibilidade, aceitação e integração) das comunidades LGBT na sociedade portuguesa. As respostas permitem concluir, em contraposição, que: a) um grupo formalmente discriminado obtém um direito universal, com b) a consequente aquisição em termos de capital simbólico e c) cujo maior efeito para a sociedade portuguesa e para as comunidades LGBT é a desautorização das pretensões dos detratores históricos destas a representar qualquer maioria sociológica e o exclusivo de autoridade moral; mas que, em contrapartida, d) o processo foi inteiramente temporalizado pelas necessidades estratégicas da agenda político-partidária/governamental e, por isso, centrífugo relativamente ao associativismo LGBT, desempoderando-o numa dependência imposta e ameaçando-o com o espectro da irrelevância; e) a lei tem o ónus do contra-ciclo, com o recuo em múltiplas outras conquistas sociais, por outro lado coincidente com um pico de descredibilização da classe política; f) à dinâmica emancipatória não correspondeu equivalente integração, visibilidade e capacidade de ação das pessoas LGBT que constituem a massa social de apoio ao casamento, cuja situação prevaemente de marginalidade tolerada as impede de tirar proveito próprio da lei, com o consequente risco de imposição de uma nova (homo)normatividade.

APARECIDA DE FÁTIMA BUENO

Universidade de São Paulo

fabueno@usp.br

Portugal sob a lente de Manoel de Oliveira

As duas últimas décadas têm sido bastante profícuas para o realizador Manoel de Oliveira, como também para o questionamento que se dá, em sua produção cinematográfica, em relação ao papel de Portugal após o 25 de abril e no novo contexto da política internacional. Entre os filmes que mais explicitamente abordam esses enfoques, encontram-se *Non, ou a vã glória de mandar*, de 1990, e *Um filme falado*, de 2003. Em ambos, a trajetória ultramarina portuguesa é revisitada. Se, no primeiro, essa revisitação se dá como parte do projeto do cineasta em rever, nesse filme, o passado épico do país em confronto com os estertores da guerra colonial em África, em *Um filme falado*, cujo enredo se desenvolve durante uma viagem de navio, que parte de Lisboa com destino a Bombaim – num trajeto pelo Mediterrâneo e com direito a paragem em portos e lugares emblemáticos da História de nossa civilização –, mais do que uma revisitação que tenha Portugal como centro, Manoel de Oliveira parece trazer à reflexão as tensas relações entre Ocidente e Oriente, de que Portugal foi, no início da Idade Moderna, um protagonista central. O objetivo de nossa comunicação, suscitada pela análise desses filmes, é discutir a imagem de Portugal e do Ocidente neles construída, dando prosseguimento à pesquisa que estamos a desenvolver sobre as interlocuções entre Literatura, Cinema e Cultura nos países de Língua Portuguesa.

BÁRBARA MARQUES FERREIRA

SOCIUS

barbara.ferreira18@gmail.com

Desenvolvimento, cidadania e participação: performances locais

A presente comunicação resulta de uma investigação em curso para obtenção do grau de Mestrado que tem, como objecto de estudo, as lógicas de participação existentes na Freguesia de Carnide (Lisboa). Aí situam-se três Bairros de Intervenção Prioritária (assim categorizados pela CML), dos quais dois são de habitação social (Bairro Padre Cruz e Horta Nova). Apesar da habitual referência à Junta de Freguesia de Carnide, por ocasião dos

Orçamentos Participativos que pôs em prática no passado, aqui é privilegiada a análise dos Grupos Comunitários que surgiram naqueles bairros no princípio dos anos 90. Tendo como filosofia fundadora a proximidade e a parceria entre instituições representativas e a sociedade civil (organizada e não-organizada), este estudo de caso apresenta-se como um terreno fértil que entrecruza vectores de democracia representativa e participativa. Parece ser tanto mais pertinente abordar este tipo de experiências, num momento crucial para o qual os desafios da globalização, de crise do Estado-nação, de saturação do modelo representativo de governança e a tríade Estado-Mercado-Sociedade Civil nos remetem, enquanto investigadores e cidadãos. É neste contexto mais vasto que se inserem as dinâmicas locais de participação em Carnide, relativamente às quais salientaremos algumas questões, tais como: o que são os Grupos Comunitários, afinal? Quem participa? Quais as motivações para participar? Que potencialidades e constrangimentos se fazem sentir através da participação? Que contributos para o desenvolvimento local e comunitário?

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, BRUNO SENA MARTINS, NATÉRCIA COIMBRA

CES; CES; Centro de Documentação 25 de Abril

bsantos@ces.uc.pt, bsenamartins@ces.uc.pt, natc@ci.uc.pt

Memórias subjugadas no Portugal contemporâneo: a guerra colonial e os deficientes das forças armadas

A guerra colonial nunca encontrou um efectivo espaço de rememoração naquilo que foi a reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa – é, portanto, um silêncio constitutivo desse processo. Sob vários pontos de vista, os combatentes que adquiriram deficiência na guerra constituíram a expressão viva de um trauma colectivo que a ordem social democrática quis esquecer. Numa perspectiva teórica que procura debater os encontros e desencontros da memória pessoal e da memória colectiva, defendemos que o silenciamento e a marginalização a que os Deficientes das Forças Armadas foram sujeitos permite consagrá-los como testemunhas privilegiados para, por intermédio das suas histórias, se resgatarem preciosas dimensões históricas para a compreensão do Portugal contemporâneo. Desde logo, para uma valorização da guerra colonial enquanto um momento histórico que deixou duradouras marcas na sociedade portuguesa.

Partindo da recolha de testemunhos de DFA e da análise histórico-política da associação que os representa – a Associação dos Deficientes da Forças Armadas -, cumpre perceber de que modo as vidas descontinuadas pela Guerra Colonial e marcadas pela deficiência carregam (pelo dramático encontro desses factores de disrupção) significativos elementos de marginalidade e distanciamento em relação à sociedade portuguesa. O primeiro diz respeito à exclusão das pessoas com deficiência de um modo geral: ausência de estruturas de reabilitação, estigmatização cultural, barreiras arquitectónicas, etc. O segundo vector refere-se à negligência social sofrida pelos ex-combatentes no retorno a Portugal (negligência das suas histórias e das suas lutas pela inclusão social). Nesse sentido, pretende-se conhecer de que modo a valorização das narrativas dos ex-combatentes forja uma perspectiva que produtivamente acrescenta ao modo como, as várias instâncias, Portugal tem sido pensado e representado.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, CONCEIÇÃO GOMES, TIAGO RIBEIRO, CARLA SOARES

CES

bsantos@ces.uc.pt, cgomes@ces.uc.pt, tmcribeiro@gmail.com, carlasoares82@hotmail.com

Vulnerabilidade, justiça e reparação: a indemnização da vida e do corpo na lei e nas decisões judiciais

Centrado nos acidentes de trabalho e rodoviários como janelas privilegiadas de observação da vulnerabilidade e da desigualdade social, o objectivo deste artigo consiste na problematização dos quadros normativos e das práticas judiciais de reparação do dano corporal na sociedade portuguesa contemporânea. Quais os principais actores envolvidos no processo, qual a natureza do seu antagonismo e que assimetrias estruturam a relação entre as partes? Qual o papel dos diferentes operadores judiciais, dos instrumentos jurídicos e das instituições sociais na neutralização da vulnerabilidade e na correcção das desigualdades? Quais os conteúdos e qual peso das funções periciais na avaliação corporal do sinistrado? Que variáveis sociojurídicas mais influenciam a determinação de indemnizações? Em que medida as respostas judiciais e institucionais dão solução satisfatória aos problemas decorrentes da condição de vítima? A indemnização recebida permite uma aproximação às reais condições de vida prévias da vítima e/ou seus familiares? Estas são algumas das grandes interrogações a que esta comunicação procura dar resposta. Explorando-se as semelhanças e as diferenças entre o valor do corpo e da vida no mundo do trabalho e no mundo *civil*, discutem-se os bloqueios e as dinâmicas do sistema e da cultura política

e judicial a partir da análise das opções legislativas, dos mecanismos de acesso ao direito e à justiça, da qualificação dos operadores envolvidos, da pró-actividade do Ministério Público na defesa dos sinistrados, da modelação das práticas periciais, da articulação inter-institucional, entre outras dimensões sociojurídicas do tema. O principal argumento apresentado baseia-se na ideia de que a debilidade organizativa dos interesses das vítimas e dos trabalhadores é a outra face da retracção do Estado e da hegemonia do sector segurador na regulação político-jurídica do corpo e da vida na sociedade contemporânea.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, MADALENA DUARTE, ANA OLIVEIRA, CECÍLIA M. SANTOS, JOÃO PAULO DIAS

CES/FEUC; CES; Universidade de São Francisco ; CES

bsantos@ces.uc.pt, madalena@ces.uc.pt, anaoliveira@ces.uc.pt, santos@usfca.edu, jpdias@ces.uc.pt

Trajectórias de esperança: caminhos percorridos por mulheres vítimas de violência doméstica

A violência doméstica tem merecido uma atenção crescente por parte dos organismos internacionais e dos governos nacionais. Portugal não é excepção, sendo notório, nos últimos anos, um esforço para aumentar a ajuda institucional às vítimas: com a criação dos Planos Nacionais para a Igualdade e Contra a Violência Doméstica (PNCVD); com a criação de mais casas abrigo; com a multiplicação de estruturas de atendimento; através da formação de núcleos especializados nas polícias; e com uma crescente sensibilização pelos profissionais de saúde. Para além destas medidas, as políticas desenvolvidas em Portugal têm passado por uma forte aposta na mudança legislativa. Se até há uns anos a maioria dos países tendia a negligenciar a existência deste problema, hoje podemos afirmar que o tratamento legal da violência contra as mulheres é uma prioridade (ainda que essa assunção nem sempre seja sinónimo da imediata concretização das medidas desejadas ou previstas). As mulheres são cada vez mais encorajadas pelas diferentes instituições a fazer uma denúncia formal do seu agressor. Mas que ajuda efectiva é dada a estas mulheres? Qual o desempenho e o papel destas instituições na trajectória que as mulheres percorrem a partir do momento que decidem denunciar uma situação de violência? Que caminho percorre a mulher vítima de violência até atingir um patamar de estabilidade?

Nesta comunicação pretendemos reflectir sobre o papel do Estado e da sociedade civil na ajuda às mulheres vítimas de violência doméstica, e o modo como as instituições se articulam, dialogam e estabelecem, ou não, dinâmicas de acção capazes de agilizar processos que contribuam para uma superação das estruturas e relações sociais que fomentam ou perpetuam a violência sobre a mulher.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, MARIA PAULA MENESES

CES/FEUC; CES

bsantos@ces.uc.pt, menesesp@ces.uc.pt

O futuro do passado

Com este trabalho pretende-se analisar a construção de processos identitários, quer em Portugal, quer em Moçambique, forjados em momentos repletos de ambivalências e contradições, numa vasta e multissecular zona de contacto que constitui o espaço-tempo colonial. Como aspecto central da nossa análise partimos da ideia de que as identidades são o produto de jogos de espelhos entre identificações que definem as relações de diferença entre si e atribuem relevância a tais relações. Mas se múltiplas foram as ligações estabelecidas desde finais do séc. XVI, resulta crucial compreender a transição que se opera na resignificação identitária dos distintos grupos sociais presentes nesta zona de contacto com a implantação efectiva de um sistema administrativo e político colonial. Incidindo sobre o espaço-tempo que medeia entre o final da Conferência de Berlim e do Ultimatum inglês a Portugal (anos 90 do séc. XIX) e os anos 30 do séc. XX (ou seja, com a implantação do Acto Colonial, o momento simbólico de implantação do Estado Novo no espaço colonial africano), o período estudado permite uma análise privilegiada da história das relações entre Próspero e Caliban. Especial relevo será dado à construção de dicotomias identitárias pretensamente rígidas sob um fundo complexo de hibridações e inter-identidades. Neste sentido, esta pesquisa articula-se em torno de dois objectivos interligados: analisar como os conflitos resultantes de uma relação colonial de dominação moldaram e reconfiguraram as identidades dos actores em presença, assim como explorar os momentos-chave em que determinadas características identitárias se forjam e/ou se sobrepõem a outras.

CARINA GOMES

CES

carina@ces.uc.pt

As cidades pequenas e o turismo: hierarquias e ordens da grandeza urbana

Os discursos produzidos sobre as cidades no mundo ocidental globalizado tenderam a perpetuar a ideia de que as cidades deveriam ser coisas grandes, independentemente de serem extraordinárias ou terríveis na sua grandeza. Nesta comunicação, ao contrário, pretende-se discutir um conjunto de interrogações teóricas sobre as cidades que não são grandes e as várias formas como tais conceptualizações são diversamente perceptíveis nas realidades físicas e simbólicas desse género de cidades.

Em articulação com uma investigação em curso acerca do papel do turismo na (re)construção das paisagens, das imagens e da identidade cultural das cidades, equaciono a pequenez de tamanho por comparação ao engrandecimento que algumas cidades perseguem. Faço-o por referência a uma actividade específica – o turismo – nas suas componentes económica, cultural e simbólica, e com recurso a situações exemplares do contexto urbano português – onde, a uma escala comparativa global, existem sobretudo pequenos aglomerados urbanos. Centrando a atenção em cidades que estão ausentes da literatura globalizada dos estudos urbanos, e considerando a componente turística de cada uma, discuto os modos como (re)inventam, justificam ou perseguem formas de grandeza ou pequenez para si próprias. Defendendo a hipótese de que o turismo permite às cidades alcançar uma influência que supera o seu tamanho geográfico, considero alguns materiais de promoção turística que, descrevendo cidades idealizadas e apresentando-as de forma atractiva perante potenciais visitantes, as inscrevem em espaços mais vastos, enunciando formas de engrandecimento e valorização que as colocam para além da sua dimensão física e material mais imediata.

Procura-se assim problematizar o estatuto, as funções e as possibilidades que o fenómeno turístico encerra em cidades pequenas – cidades que entre a grandeza cosmopolita das metrópoles e a proximidade ao rural mais localista, enfrentam constantemente desafios e dilemas entre a possibilidade de crescimento e a preservação da sua pequenez.

CARMEN DIEGO

Pós-doutoranda CES

cdiego@ces.uc.pt, cdiegogoncalves@gmail.com

Redução do risco de desastre. Prevenção, integração e cidadania

Embora as sociedades sempre tenham convivido com os denominados desastres naturais, os seus impactos têm vindo a aumentar de forma significativa nas últimas décadas. De acordo com o Centro para a investigação em epidemiologia dos desastres, no período compreendido entre 2000 e 2009: (a) cerca de 4,000 desastres foram registados; (b) mais do que 780,000 pessoas morreram; (c) mais do que 2 biliões de pessoas foram afectadas; (d) as perdas económicas foram estimadas em 960 biliões USD.

A expressão *desastre natural* é um oxímoro! Os desastres nunca são naturais, e por isso o seu trágico impacto nas perdas humanas e na destruição poderá ser limitado e, por vezes, até, evitado. Em geral, reconhece-se que a responsabilidade primordial sobre a definição de estratégias de desenvolvimento cabe aos Estados, esperando-se que estes adoptem estratégias para promover a redução de riscos de catástrofes naturais e proteger os cidadãos, as infra-estruturas e o ambiente.

Ao contrário do que acontece noutros países da UE, a legislação portuguesa contempla a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos de forma muito limitada. As políticas e as operações de protecção civil são praticamente omissas sobre o assunto, preocupando-se mais com medidas reactivas, que culminam com a criação dos Planos de Emergência (nacionais, regionais, distritais ou municipais; gerais ou especiais). O direito a uma maior segurança e melhor qualidade do ambiente é uma crescente expectativa das populações. A compreensão da interacção entre hazards, exposição e vulnerabilidade é crucial para a prevenção efectiva dos desastres; sendo as avaliações de risco trabalho fundamental para a redução do risco de catástrofes (RRC) e recuperação. Devido à crescente interdependência que se verifica actualmente, o reforço da cooperação regional e internacional é fundamental para a redução de riscos e a atenuação dos impactes das catástrofes naturais.

A gestão do risco terá ser enquadrada em medidas de governação e integração social, configurando estilos políticos e consequentes expressões de cidadania.

CARMEN DOMINGUES RESTE, MARIA HELENA ANÇÃ

CIDTFF – Universidade de Aveiro

carmen.reste@ua.pt, mariahelena@ua.pt

Contributos da hermenêutica diatópica para a educação intercultural

O aumento das migrações tornou diversificada culturalmente a sociedade portuguesa, particularmente a escola (Rocha - Trindade, 1995; Leite, 2002; Pires, 2003; Ançã, 2007; Arroiteia, 2007), e apesar de já existirem alguns estudos referentes aos imigrantes e filhos de imigrantes em contexto escolar, não se pode dizer que haja uma verdadeira Educação Intercultural (Cortesão, 1991; Stoer, 1994; Pacheco, 1996; Vieira da Silva, 2002; Casa-Nova, 2005; Monteiro, 2010).

A presente proposta de comunicação insere-se na linha temática “Democracia, cidadania e interculturalidade” e pretende apresentar alguns dados do estudo exploratório de um projecto de investigação e intervenção aprovado e financiado pela FCT (SFRH/BD/70697/2010), desenvolvido no LEIP (Laboratório em Investigação em Educação em Português / Linha 2) coordenado por Maria Helena Ançã, na Universidade de Aveiro.

Enfatizando que a Educação Intercultural não está adstrita a determinadas disciplinas, nem a campanhas de solidariedade, nem a campanhas de direitos humanos, nem se destina a determinados públicos específicos como o migrante (Cochito, 2004), concordamos que a escola deve assumir-se como espaço de integração e gestão da diversidade sócio - cultural, insistindo na sua *função de crítica cultural*, enquanto *relativizadora da própria cultura*, não exaltando o próprio e depreciando o alheio, nem cedendo aos interesses das multinacionais da informação que promovem processos de homogeneização cultural, mas antes promovendo a reflexão da própria identidade cultural, sob o reconhecimento e a aceitação da sua diversidade (Castaño, Moyano & Castillo, 1999).

Neste sentido, sublinhamos igualmente que um clima de respeito e entendimento mútuo entre culturas, apenas é alcançável através do diálogo com o Outro (UNESCO, 2006), podendo o mesmo ser entendido como “*sinónimo de Hermenêutica Diatópica*” (Santos, 2006, 2004), que sendo um “*trabalho de interpretação*” entre diferentes visões do mundo e práticas sociais, fomenta a consciência da “*incompletude cultural*” através da “*auto-reflexibilidade*”, e serve de garantia a uma “*produção de conhecimento participativa, interactiva e intersubjectiva*”.

CATARINA TOMÁS

Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS/Universidade do Minho

catarinatomas@gmail.com

Direitos da Criança em Portugal: lógicas contraditórias entre retórica e acção

Podemos considerar o século XX como o século dos direitos da criança. Foi neste século que se edificou um quadro jurídico-legal de protecção às crianças e surgiram as associações, instituições e organizações transnacionais em prol da infância.

A análise da situação da infância em Portugal caracteriza-se por um conjunto de avanços, impasses e retrocessos, de desassossegos e desafios, na afirmação dos direitos da criança e na edificação de condições de bem-estar social para este grupo social. A título de exemplo, pode-se referir que Portugal foi um dos primeiros países a aprovar uma Lei de Protecção à Infância em 1911, a consagrar na Constituição da República de 1976, como direitos fundamentais, a infância e a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança em 1990. Contudo, muitos compromissos permanecem incumpridos, não porque os direitos das crianças sejam demasiado ambiciosos, inatingíveis ou tecnicamente impossíveis de aplicar, mas porque a agenda da infância não é ainda considerada como uma prioridade política, económica e social. Este facto é ilustrativo de uma sociedade em tensão entre os seus discursos oficiais sobre os direitos da criança e a acção na área das “políticas para a infância”.

A partir da análise de indicadores sociais, económicos, demográficos, legislativos, culturais e simbólicos sobre a infância e as crianças em Portugal, nas últimas duas décadas, após a ratificação por Portugal da Convenção dos Direitos da Criança, conseguimos compreender as tensões e ambiguidades que trespassam da sociedade portuguesa.

CLÁUDIA MADEIRA

ICS-UL (Pós-doutoramento)

claudia.madeira@ics.ul.pt

Os tempos da “arte social” em Portugal – do 25 de Abril à actualidade

Diversos autores têm vindo a caracterizar a contemporaneidade através da noção de “hibridismo estrutural” (Pieterse, 2001; Canclini, 2001, entre outros). Esta noção remete para um processo de mistura (de tempos e espaços) que dá lugar a configurações “espacio-temporais” híbridas. Um dos factores promotores deste processo é geralmente traduzido pela noção de “ciclicidade” (Stross, em Canclini, 2001), por via da qual um novo ciclo histórico e social recupera características de ciclos anteriores, por vezes distantes no tempo. Através deste enquadramento teórico procuraremos problematizar questões como o denominado “retorno ao social” (Bishop, 2006) ou “retorno ao real” (Foster, 2001) na arte, ou ainda, mais genericamente, a “viragem para a performance” (Alexander, 2006), tendo por objecto de análise a “arte social” em Portugal, ou seja, uma arte que assenta em noções de participação e mesmo intervenção performativa em espaço público, desde o 25 de Abril à actualidade.

CLÁUDIA NOGUIERA

CES

caudia@ces.uc.pt

Mulheres com negócios – contributos para uma análise do potencial emancipatório do empreendedorismo feminino em Portugal

Reflexo da relativa invisibilidade social das mulheres na esfera empresarial, só muito recentemente a temática do empreendedorismo feminino se tornou objecto de análise sociológica em Portugal, constituindo-se, pois, como um domínio ainda muito pouco estudado. No âmbito da presente comunicação são apresentados os resultados de um estudo desenvolvido com o intuito de contribuir para o preenchimento dessa lacuna.

Partindo de biografias de mulheres com itinerários que passam pela criação de negócios, o estudo em questão toma como objecto central de análise o potencial emancipatório inerente aos projectos de empreendedorismo feminino. Utilizando-se, de forma inédita, dos conceitos de *independência* e *autonomia* como instrumentos analíticos fundamentais – dois conceitos que, sendo frequentemente confundidos entre si, remetem teoricamente para dimensões bem distintas da emancipação individual, respectivamente, para uma dimensão mais material (relacionada com a capacidade de auto-subsistência) e para uma dimensão mais subjectiva (relacionada com a capacidade de se ditar as regras da própria vida) –, este estudo resulta na identificação de um conjunto de variáveis explicativas dos diferentes níveis de emancipação conquistados, que permite, em última análise, repensar profundamente as políticas sociais direccionadas para o incentivo à entrada das mulheres naquela que tem sido, até agora, uma esfera dominada por homens.

CLEMENS ZOBEL

CES

clemens.zobel@ces.uc.pt

Participação política para além da nação? O acesso formal dos estrangeiros ao voto e as cargas eleitorais nas autarquias e freguesias portuguesas

Since 1996 Portugal is one of the European countries where local-level voting rights and rights to eligibility are not only extended to EU citizens but also include foreigners from Portuguese community countries and countries that grant similar rights to Portuguese emigrants. This paper presents the results of the first major study to assess the impact of these voting rights. It seeks to explain the weak participation of foreigners in four rounds of Portuguese local elections (1997, 2001, 2005, 2010) and deals with the motivations of those who decided to vote or to run as candidates. Causal factors for the continuously low level of participation concern the exclusionary structure of a legal framework, which privileges reciprocity over the interests of people living in Portugal; demanding voter registration without providing sufficient information for eligible groups; a general disinterest among political parties; a lack of involvement of municipalities, as well as significant differences in attitudes among immigrants from different countries and generations. Analysis leads both to a consideration of the impact of Portuguese political culture on citizen participation and to a brief exploration of the postcolonial relations of Portuguese society and State with these countries and their citizens. Finally, the presence of “migrants” with and without Portuguese nationality, the significant political engagement of “retornados” and the attitudes of foreigners from the EU gives rise to questioning the analytical and practical usefulness of the category “migrant”.

CONCEIÇÃO GOMES

CES

cgomes@ces.uc.pt

Tribunais e democracia: desafios às políticas de reforma

As sociedades contemporâneas tendem a conferir aos sistemas judiciais um papel central no desenvolvimento social e económico e no funcionamento e consolidação dos regimes democráticos, seja como órgãos de controlo externo das instituições do Estado e da própria acção governativa, como garantes das liberdades cívicas, da protecção dos direitos humanos e sociais, seja, ainda, como instrumentos de criação de um ambiente de estabilidade e segurança jurídica que facilite o crescimento económico. Ora, num contexto marcado pela perda de centralidade do Estado, designadamente, no desenvolvimento de políticas sociais, pela complexidade social (multiculturalismo, ambiente, sociedade de risco) e pela deterioração da democracia com a crescente captura por interesses privados da coisa pública (corrupção, tráfico de influências, branqueamento), a questão que se coloca é a de saber qual o papel que os tribunais judiciais podem desempenhar, e quais as condições em que o podem fazer, no funcionamento e consolidação dos regimes democráticos. A resposta a esta questão torna-se mais complexa porque a pressão social para que os tribunais judiciais aceitem novos desafios ocorre num quadro de fraqueza e de deterioração da legitimação social do próprio poder judicial. Este quadro de crise dos poderes do Estado e de agravamento das condições sociais e económicas dos cidadãos coloca desafios muito exigentes às reformas da justiça. Entre nós as reformas da justiça estão a responder a esse desafio? Há uma agenda estratégica de mudança do judiciário no sentido da qualidade e da eficiência? Esta comunicação pretende reflectir sobre os caminhos e o impacto das reformas da justiça na qualidade e eficiência do desempenho funcional dos tribunais portugueses.

CONCEIÇÃO GOMES, ÉLIDA LAURIS, MARINA HENRIQUES, PAULA FERNANDO

CES

cgomes@ces.uc.pt, elidasantos@ces.uc.pt, marina@ces.uc.pt, pfernando@ces.uc.pt

Entre a justiça eficiente e a justiça cidadã: a interpenetração de diferentes modelos de administração e gestão dos tribunais

As transformações no conteúdo sociopolítico do Estado têm-se repercutido nas funções desempenhadas pelo poder judiciário com o alargamento das competências assumidas pelos tribunais. Esta mutação, implicando novos desafios para os tribunais em termos de legitimidade política e desempenho funcional, tem como outra face a introdução de reformas no sistema de justiça. Um dos campos privilegiados desta mudança é a reconfiguração da distribuição de competências de administração e gestão. Neste âmbito, as diferentes soluções adoptadas têm convergido no sentido de renovação dos princípios tecno-burocráticos da administração pública. Os pressupostos de uma nova gestão pública centrada na racionalização dos serviços jurídicos, por sua vez, podem facilmente colidir com o ideal de igualdade e alargamento do acesso das/os cidadã/ãos no recurso ao direito e à justiça. Deste modo, o desejo de ampliação, propagação, democratização e proximidade das estruturas jurídicas encontra limites face a uma política pública minimalista voltada para concentração dos serviços jurídicos, celeridade, redução de custos, etc. Esta comunicação tem como eixo central as recentes reformas introduzidas na administração e gestão dos tribunais em Portugal. Com base nos estudos sobre acesso à justiça e gestão judiciária desenvolvidos pelo Observatório Permanente da Justiça, as mudanças da política de justiça neste domínio serão analisadas de acordo com a dicotomia entre justiça enquanto poder *versus* justiça enquanto serviço, ou ainda, cidadã/ão *versus* cliente/utente.

CÓRA HISAE MONTEIRO DA SILVA HAGINO

Doutoranda CES/FEUC/FDUC

corahisae@hotmail.com

Legal education in Portugal: an analysis of sociology in law schools

The judicial system since the years 1980 became a central role in several countries in the world (global South and global North). And the law contributed to the construction of the democracy and the access to justice in these countries. In this context, the respectability of legal professions and a better legal education were necessary. To study legal profession it is important to analyze how law has been taught in the universities. If the knowledge produced in law schools permit a humanist and critic education or if law studies talk about *law in books* without consider the social reality. For this research, we analyzed the syllabus of the most important law universities in

Portugal, recognized as an excellent qualification, to discover if there were critic disciplines like Sociology, Sociology of Law or others (History, Anthropology, etc). On the results, we observe that the discipline “Sociology of Law” is not present in the most part of the syllabus. And when “Sociology of Law” is present, it is considered less relevant than technical disciplines, it is optional with less hours and credits. On this way, the law course doesn’t prepare students to know issues of law in society and their cultural and politic contexts. Thus, the most part of the law schools in Portugal teach just about “*law in books*” and not “*law in action*”.

CRISTIANA BASTOS

ICS – Lisboa

Pedra, corpo, palavra e água: memórias deslocadas em narrativas fantásticas.

Nesta apresentação vou aproximar-me de alguns cenários em que pedras, corpos, palavras e águas se conjugam na criação de mitos e narrativas por onde se deslocam os significados e projectam as identidades colectivas que desenham o passado, desejam o futuro, negociam o presente. Vou trazer o cenário épico náutico de Bretton Point, em Newport, Rhode Island, em que as palavras gravadas nas esferas e colunas de calcário ensinam aos passantes que foram os portugueses que descobriram dois terços do mundo; ou a pedra submersa de Dighton, em Tauton, Massachusetts, onde as inscrições são lidas enquanto testemunho de que foram mesmo os portugueses que descobriram a América; ou o corpo em bronze da rainha Catarina de Bragança, que, esculpido e fundido para celebrar tangenciais lusitanidades na origem de Queens, New York, não foi tolerado naquele espaço multicultural em que corre nas ruas a memória do escravismo e não se tolera o embelezamento do passado -- para se reconstituir em réplica num espaço de utópico apaziguamento da história marítima, os ícones neutralizados em nomes de ruas e jardins, à beira do Tejo e à sombra de uma ponte a quem coube o nome de... Vasco da Gama.

CRISTINA MARGARIDA MARTINS SERRA GRANADO

Instituto Piaget; Dinâmia/Cet (ISCTE)

cristina_margarida_granado@hotmail.com

A participação do cidadão ao nível local: o caso do orçamento participativo de Palmela

A conquista da democracia em Portugal em 1974 tinha como ideal o governo do povo por meio da máxima participação do povo. Se num primeiro período se identifica uma ampla participação das populações, com o passar do tempo esta foi diminuindo. Este declínio manifesta-se no aumento da abstenção eleitoral e alheamento dos cidadãos face à política em geral e que, em Portugal, é particularmente relevante nas eleições autárquicas. Esta crescente diminuição da participação nas eleições e nas organizações de representação mais tradicionais fragiliza a democracia e diminuí a legitimidade dos eleitos.

Recentemente este fenómeno tem justificado a adopção de políticas públicas de iniciativa estatal que aproximem os cidadãos do poder e da possibilidade de decisão e que se traduzem por formas de democracia directa. É o caso do Orçamento Participativo (OP).

A presente comunicação resume algumas das conclusões de uma pesquisa para doutoramento que culminou com a apresentação da tese com o título «Democracia e participação ao nível local: o poder político e o OP o caso de Belo Horizonte e Palmela». Pretende trazer ao debate a democracia participativa e, em particular, discutir resultados empíricos referentes à participação do cidadão no processo do OP da autarquia de Palmela. Problematisa-se os processos de interacção social que nascem desta iniciativa, questionando os motivos que levam o cidadão a participar neste processo.

Visa esta intervenção, igualmente, estabelecer uma articulação com o OP de Belo Horizonte cuja experiência acumulada de participação permite enriquecer o debate em Portugal nesta matéria. De facto, um dos desencantos com o OP em Palmela é a crescente diminuição da participação ao longo dos anos, colocando em causa a continuidade desta política. Da análise desta comparação pretende-se apresentar uma tipologia de participação no OP identificando cinco perfis: participação militante; participação contestação; participação cooperação; participação “interesse”; participação solidária.

DANIELA CRAVEIRO, JOAQUIM PIRES VALENTIM, JORGE RODRIGUES SILVA, EDITE DINIS

SOCIUS-ISEG; FPCE-UC; CIS-ISCTE; Os Malmequeres-Leiria

daniela.craveiro@gmail.com, jpvalentim@fpce.uc.pt, jmr.da.silva@gmail.com, edite_dinis@hotmail.com

Escola inclusiva em análise: uma abordagem exploratória às representações sociais sobre a deficiência mental na escola

Actualmente, as escolas portuguesas não podem rejeitar a matrícula de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais que manifestem. Medidas recentes, enquadradas na noção de escola inclusiva, vieram trazer alterações importantes, imputando novas responsabilidades à escola pública no âmbito da integração da deficiência. Nesta comunicação apresenta-se uma reflexão sobre o actual enquadramento legal, em função dos dados reunidos numa pesquisa empírica sobre as representações da deficiência mental na escola. Assim, com base na teoria das representações sociais, realizaram-se sessões com três grupos focais, nos quais participaram 18 alunas/os não deficientes do 8º e do 9º ano de escolaridade de três escolas de Leiria. Através da análise de conteúdo, esboça-se um retrato complexo do portador de deficiência mental, mas que se caracteriza por traços internos e imutáveis. Estes traços conferem um carácter estático à imagem social do deficiente mental que, pela sua preponderância, se poderão traduzir em termos de estigmatização. Reflectindo sobre os processos de inclusão dos alunos portadores de deficiência mental na escola, é importante destacar que o convívio entre os alunos com e sem deficiência não parece ser frequente, devido à divergência das actividades do deficiente com a restante turma. Ainda assim destacam-se diferentes modalidades de interacção positivas e negativas. É igualmente pertinente assinalar que as representações mais polémicas dizem respeito à gestão da indisciplina da/o aluna/o deficiente e à idade adulta. Em termos globais, a representação social do deficiente mental na escola mostrou-se organizada em torno de dois pólos: uma perspectiva individualizada, centrada no portador da deficiência e uma perspectiva mais social, que atende às limitações impostas pelo próprio meio. Na discussão final reflecte-se sobre os limites e as potencialidades destas medidas recentes, com base nas percepções de quem as acompanham de perto e vive no terreno: os alunos.

DANIELE REGINA PONTES, EDUARDO FARIA SILVA

Universidade Federal do Paraná

dani@coopere.net, eduardo.faria.silva@hotmail.com

Negros: os escrevinhadores dos seus direitos

A presente comunicação objetiva analisar os significados para o mundo jurídico do primeiro mapa temático das comunidades quilombolas no Estado do Paraná, realizado, no ano de 2008, com a participação direta dos negros, pela cartografia oficial pública. O documento retirou da invisibilidade as comunidades quilombolas, que foram criadas como reflexo da colonização e da escravização portuguesa, e projetou para o futuro uma série de direitos constitucionais materiais e imateriais.

Para a consecução dessa proposta, tomou-se como núcleo de análise o processo de escravidão e de resistência negra no Estado do Paraná, o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o mapa das comunidades quilombolas no Estado do Paraná. Nesses momentos e documentos, encontram-se enunciados os três grandes blocos de análise, que, entrecruzados, permitiram elaborar a comunicação. O primeiro é para expor as origens históricas da escravidão e os movimentos de resistência que resultaram na criação dos quilombos. O segundo é para aclarar como o direito constitucional incorporou a temática quilombola a partir de 1988. O terceiro é para demonstrar como a cartografia pode ser um instrumento político-jurídico importante no processo de efetivação de direitos e de indicação de responsabilidades remanescentes da colonização para os Estados português e brasileiro.

EDINEIDE JEZINE

UFPB/ULHT

edjezine@gmail.com

Políticas de acesso a educação superior em Portugal e os processo de exclusão/inclusão dos sujeitos

A investigação analisa o Acesso à Educação Superior para maiores de 23 anos em Portugal. Se esta política se configura como um processo de inclusão ou exclusão de sujeitos que historicamente não tiveram oportunidades de continuidade dos processos de escolarização. Parte do questionamento acerca da contribuição das políticas de acesso à Educação Superior em Portugal na promoção da equidade social. Para tanto, analisa os elementos históricos, políticos e sociais que conduziram a elaboração de um novo modelo de avaliação das capacidades de acesso ao Ensino Superior em Portugal, qual seja o processo de Bolonha e de globalização. A parte empírica da pesquisa é desenvolvida sob a abordagem qualitativa, em que se utiliza os procedimentos de análise documental, constituído pelos currículos dos alunos, que constituem componentes de avaliação ao acesso. A partir desta análise objetiva-se caracterizar o perfil educacional e social dos ingressantes ao curso de Ciências da Educação da Universidade Lusófonas de Humanidades e Tecnologias, bem como reconhecer as representações sociais que os sujeitos elaboram a partir da perspectiva de acesso ao Ensino Superior, quanto às expectativas profissionais e sociais.

ELENA BRUGIONI

Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho — CEHUM

ebrugioni@ilch.uminho.pt

Logo-centrismo e comunidades. A lusofonia como desafio epistemológico

Neste estudo pretendo reflectir em torno da língua como dispositivo ideológico matricial no que concerne a crítica das literaturas africanas homóglotas. Por via de uma problematização de categorias logo-centricas tais como *anglofonia*, *francofonia* e *lusofonia* considerarei as implicações críticas que estas cartografias teóricas e operacionais determinam no que diz respeito às dinâmicas de recepção das propostas literárias *africanas* nos *contextos ocidentais*, proporcionando, ao mesmo tempo, um conjunto de solicitações epistemológicas significativas no que diz respeito aos paradigmas epistemológicos do que vem sendo definido como prática humanística.

ÉLIDA LAURIS

CES

elidasantos@ces.uc.pt

O acesso à justiça em movimento: a luta política e social na definição do modelo de assistência jurídica em São Paulo

Na actualidade, muitos países têm negligenciado o estado insatisfatório dos seus sistemas de acesso à justiça, nalguns casos avançando para uma acentuada fase de privatização dos serviços jurídicos. De acordo com esta estratégia, a política pública passa a investir na racionalização e racionamento dos serviços jurídicos, circunscrevendo-os ao atendimento dos mais carenciados. Na medida em que se afasta do âmbito da protecção social do Estado, a política de acesso tem-se fragmentado na administração de um mercado de serviços jurídicos e de mecanismos alternativos de resolução de conflitos. Neste cenário, verifica-se a proliferação de inovações comunitárias ou institucionais, orientadas tanto por uma perspectiva de radicalização dos serviços jurídicos, incentivo à autonomia dos cidadãos e intervenção activa junto das instituições, como por uma perspectiva de criação de alternativas minimalistas que permitam uma gestão dos serviços com redução de custos. Esta comunicação, assente na investigação da tese de doutoramento “Entre a estrutura e a acção: a construção social e política do acesso à justiça em São Paulo e Portugal”, tem como ponto de partida o carácter controverso e heterogéneo do campo jurídico na actualidade. Centrando-se no modelo de assistência jurídica da cidade de São Paulo, a análise da selectividade da actuação da política pública de acesso à justiça será confrontada com a actuação dos movimentos e organizações sociais. O sistema de justiça mantém-se num terreno de conflitos, interesses contraditórios e disputas políticas, sendo naturalmente pressionável à acção social e adequando-se selectivamente a determinadas pressões. As mudanças na orientação da agenda política global e local do acesso, as diferentes aspirações das profissões jurídicas e os avanços e recuos na relação entre cidadania e justiça fazem do modelo de acesso ao direito e à justiça uma arquitectura política instável, o que amplifica a importância dos estudos empíricos e da discussão comparativa nesta área.

ELÍSIO ESTANQUE
CES/FEUC
elisio.estanque@mail.com

Classe média e conflitualidade social

A presente comunicação centra-se nas desigualdades sociais de hoje e procura responder a uma dupla preocupação: em primeiro lugar, sintetizar e discutir a temática da «classe média», abordando-a à luz de um modelo combinado construído com base num conjunto de conceitos da literatura neomarxista e neoweberiana; em segundo lugar, pretende-se analisar as transformações recentes na sociedade portuguesa, tendo presente o enquadramento internacional e global do país (e o actual contexto de crise e de recessão). O mundo do trabalho e as profundas mudanças que nele vêm ocorrendo nas últimas décadas constituem o ponto de partida para a análise da recomposição em curso em torno da classe média assalariada, procurando identificar os processos de recomposição emergentes e situar novas linhas de diferenciação e segmentações de classe. As dimensões estruturais em que assentam as transformações em curso – em larga medida estruturadas a partir da esfera económica e do campo laboral – promovem, por sua vez, novas tendências, subjectividades e dinâmicas colectivas que serão igualmente analisadas ao longo deste texto. Quer a conflitualidade, quer a aceitação por parte dos sectores sociais directa ou indirectamente atingidos por tais processos serão objecto de escrutínio crítico tendo por base conceptualizações diversas da sociologia, recorrendo designadamente a teorias das classes, das relações laborais e dos movimentos sociais.

ESTEFÂNIA SILVA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA, SOFIA NEVES

Universidade do Minho; ISMAI
estefaniapsi@hotmail.com, asneves@docentes.ismai.pt, cnog@psi.uminho.pt

Significações culturais: desafios de conciliação trabalho-família

As migrações têm vindo a assumir, nos últimos anos, a nível mundial, uma importância crescente, motivando milhares de mulheres a migrar. Em Portugal, as trajectórias femininas da migração laboral tornaram-se mais diversificadas, tendo o contexto económico global facilitado a inclusão das mulheres em certas áreas de emprego predominantemente desqualificadas (Wall et al., 2008). As actividades laborais das mulheres migrantes continuam a estar fortemente vinculadas a domínios tradicionais (Brumer, 2009), sendo socialmente desvalorizadas e geralmente mal pagas, intensificando-se a vulnerabilidade e as desigualdades sociais.

A conciliação entre a vida familiar e profissional de mulheres e homens assume hoje uma nova configuração estreitamente relacionada com as mudanças sociais, em particular com a integração das mulheres no mercado de trabalho e a sua progressiva autonomização (CIG, 2010). Ao contrário do que acontece noutros países europeus, em Portugal as elevadas taxas de actividade laboral feminina, de mulheres autóctones e migrantes, decorrem em tempo integral. Essas elevadas taxas de actividade parecem não corresponder contudo a uma efectiva conciliação familiar e profissional entre mulheres em homens, promotora da igualdade de género (Wall & Amâncio, 2007).

Considerando que o nosso país se encontra numa fase de adaptação a novas significações culturais, esta comunicação, enquadrada numa dissertação de doutoramento em Psicologia Social, pretende problematizar a necessidade de se promoverem políticas e práticas de conciliação para uma integração efectiva da população migrante feminina em Portugal.

FABIANO CATALDO AZEVEDO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
cataldoazevedo@yahoo.com.br

A construção de um projeto identitário na afirmação do Real Gabinete Português de Leitura como lugar de memória portuguesa no Rio de Janeiro : 1837-1887

A proposta dessa comunicação é refletir acerca de um espaço institucional lusitano que criou condições identitárias para garantir às gerações futuras o acesso à cultura portuguesa num ambiente transatlântico. Como base de análise lançaremos mão dos conceitos de “Memória” de Le Goff e de “Memória Coletiva”, de Halbwachs. Partindo de pesquisas que temos desenvolvido há mais de cinco anos no âmbito da participação no Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras (PPRLB) no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (RGPL),

levantamos a hipótese de que esta Instituição construiu um projeto para consolidação do carácter identitário da cultura portuguesa com reflexo na formação do acervo, o apoio a criação de outras instituições luso-brasileiras e pela construção de um prédio que consolida as ideias de manutenção de memória lusitana. Pressupomos que isso só foi possível a partir da intencionalidade do grupo fundador diante das motivações políticas que os fizeram emigrar para o Rio de Janeiro na década de 1820 e pelas influências ideológicas iluministas que receberam, sobretudo na Universidade de Coimbra. A partir do RGPL – primeira associação portuguesa no Brasil – outras instituições sugeriram contado com seu apoio, a saber: Liceu Literário Português; Beneficência Português; Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Caixa de Socorros D. Pedro V e a Real Sociedade Clube Ginástico Português. Além da criação dessas instituições, observamos que ao longo de sua história, o RGPL foi palco de eventos que contribuíram para reforçar a identidade lusitana, tais como “O Dia da Raça”; “Comemoração ao Tricentenário da Morte de Camões” – sendo essa última transformada em evento cívico e político. O RGPL como local/instituição de memória assumiu no século XIX o papel de resgatar a integridade lusitana e mantém hodiernamente um dos mais importantes *loci memoriae* da cultura portuguesa fora da Europa, representados pelo acervo, pelos objetos (como quadros, esculturas etc) e pelo conjunto arquitetônico.

FERNANDO ANDRÉ ROSA

ISCTE-IUL

fandrerosa@gmail.com

A construção da cidadania na imprensa escrita: uma análise crítica do discurso

Estudar o discurso produzido na imprensa através de uma análise crítica revela como a informação, nas sociedades globalizadas, actua ao nível cognitivo nos receptores da mensagem, que são confrontados com modelos mentais que já haviam sido construídos culturalmente.

Esta comunicação surge de uma reflexão elaborada a partir da minha dissertação de mestrado em Antropologia – Imagem e Comunicação, com o título “A construção da visibilidade LGBT: Uma análise crítica do discurso jornalístico” – e surgida de uma crítica *queer* à forma como o debate sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal foi tratada por dois jornais diários da imprensa escrita portuguesa.

Através do método da Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo como referência Teun van Dijk, e a partir do estudo de caso analisado, pretendo evidenciar a forma como o que está escrito na imprensa pode ocultar formas de abuso de poder social, dominância e desigualdade postas em prática através do discurso, além da forma como os mesmos são produzidos e também como se lhes resiste.

A crítica do discurso aplicada num modelo científico e interdisciplinar, torna-se fundamental quando se questionam direitos e vivências de cidadania de grupos minoritários, uma vez que o poder político tende a legislar depois de obtidos consensos maioritários na sociedade, o que nem sempre acontece por imperativos culturais que com o tempo surgiram como naturalizados.

Esta comunicação surge, neste contexto, como importante referência metodológica ou complementar para desenvolver uma crítica desconstrutiva aos modelos normalizadores impostos pela sociedade, sendo por isso um importante aliado no que se refere ao campo académico e activista para trabalhar qualquer tipo de discurso, quando se referem direitos de cidadania de grupos vistos como não normativos, evitando que das fragmentações identitárias resultem novos excluídos.

FILIPA MATIAS MAGALHÃES

Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Aveiro

Filipa.magalhaes@ua.pt

Da responsabilização de Abraracourcix e Astérix pelo dinheiro do caldeirão: a quem atribuir responsabilidades pela gestão dos serviços económicos de interesse geral

Nesta reflexão não iremos visitar a questão da dimensão do Estado, mas sim analisar a importância dos diferentes actores sociais e compreender por que forma podemos envolvê-los e responsabilizá-los pela prossecução dos serviços de interesse económico, sem descurar nunca a incontornável responsabilidade do Estado para com os cidadãos, no que respeita à satisfação das necessidades colectivas essenciais.

Os desafios do desenvolvimento sustentável

O discurso do desenvolvimento sustentável é muito recente na história da humanidade, tendo pouco mais de 30 anos. Apesar de ser o discurso mais consensual, há uma grande dificuldade em traduzi-lo num plano de acção efectiva à escala local, nacional e global.

Em contrapartida estamos a ser confrontados cada vez mais com situações e tendências de insustentabilidade. Estas podem dividir-se em quatro grandes grupos: desigualdades profundas e crescentes de desenvolvimento e riqueza, pobreza extrema e fome; insegurança alimentar, escassez de água e perda de biodiversidade; insustentabilidade dos sistemas de energia e alterações climáticas. Será feita uma análise destas insustentabilidades, do risco que envolvem e apresentadas projecções sobre a sua evolução futura. Subjacente a esta problemática encontra-se a incompatibilidade entre o paradigma actual do crescimento económico contínuo e a crescente escassez de recursos naturais renováveis e não-renováveis.

Esta incompatibilidade será analisada com base no discurso do limite e no discurso Prometaico. Finalmente abordam-se as questões relativas a possíveis novos paradigmas de uma economia em estado estacionário e de modelos de "non-growth". Faz-se uma análise das condições em que aqueles paradigmas poderão concretizar-se e aplicar-se à escala global e qual a sua incidência sobre o desenvolvimento sustentável.

FERNANDO DANTAS

CES América Latina – Belo Horizonte

Brasil, de "terra de bárbaros" a espaço de criatividade, convergências e clivagens para um mundo novo

O diálogo, a interlocução de ideias, a cooperação e a troca de experiências configuram um espaço relacional profícuo para a construção de conhecimentos no campo das ciências sociais e humanas. Foi-se o tempo das observações etnográficas carregadas de subjetividades parcializadas e hierárquicas dos viajantes, com produção de registros fundamentais para a compreensão objetivada do passado; chega-se ao tempo do cotidiano contemporâneo, com exigências políticas pautadas em relações mais simétricas entre povos, instituições e pessoas, com a compreensão da realidade concreta e complexa do presente.

Nesse sentido, refletir sobre o futuro das ciências sociais e das humanidades no contexto de processos de integração em redes solidárias, que se opõem, efetivamente, aos cânones excludentes da economia, da tecnociência e da política global, significa instituir novos modos de relação e novos espaços de construção de conhecimentos e, conseqüentemente, de lutas pela dignidade humana. Assim o Centro de Estudos Sociais América Latina, com seus estreitos laços com Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e com os parceiros similares nos diferentes continentes, move-se no sentido da superação da dependência conceitual e, como consequência, da produção de marcos teóricos próprios e posições epistemológicas pertinentes à realidade Latino Americana. Isto posto, esta comunicação se propõe a apresentar o rol de possibilidades reflexivas e de atitudes práticas do espaço vivido no Centro de Estudos Sociais América Latina que integram as discussões relacionadas, particularmente, aos campos da sociologia, filosofia, antropologia, ciência política e direito, sobre sociedade civil, poder e pós-colonialismo, assim como seu corolário: a refundação do estado na América Latina no novo contexto jurídico do constitucionalismo democrático latino Americano.

No mesmo passo, o descortinar pela nova e emancipatória arqueologia mutante, de realidades pré-coloniais com sofisticadas organizações sociais e técnicas, superam o tópico do outro indígena, desumano, bárbaro e inferiorizado e a língua geral dos processos de homogeneização cultural social. Ao mesmo tempo, apontam para o desafio futuro das ciências sociais e das humanidades em assumir novas posições epistemológicas que enfrentem, entre outros, o próprio debate sobre as pesquisas em ciências sociais e humanas, o pensamento social, as reais configurações sociais e institucionais, os movimentos sociais, as relações sociais e a produção do estado, da democracia e dos direitos humanos, da ecologia política às relações entre ciência, cultura e técnica na contemporaneidade.

FRANCISCO JORGE GONÇALVES

Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa

vurthor@gmail.com, FJCosta@dgsj.pt

A adaptação da religião católica e dos católicos às democracias seculares: um percurso impossível para a religião islâmica?

A integração dos muçulmanos nas sociedades ocidentais tem sido marcada por um clima de grande tensão e de crispação, sendo, aliás, a religião islâmica considerada como incompatível com as democracias seculares – ao invés do que sucede com a religião católica. A título de exemplo, é apontado o evangelho de Mateus (22:21) como prova de que a religião católica procede à distinção entre poder temporal e secular. De igual forma, é igualmente sustentado a dificuldade de integração dos muçulmanos nos Estados das democracias seculares pelo facto de “(...) apenas serem leais à *umma*”.

Todavia, importa referir que a miríade de problemáticas que, actualmente, a religião islâmica enfrenta também já foi enfrentada pela religião católica e pelos católicos, sendo necessário sublinhar que nem sempre a distinção entre poder temporal e secular foi uma realidade. Por outro lado, é preciso salientar que se acusava os católicos de, em primeiro lugar, deverem obedecer ao Papa e somente depois ao país onde residiam. Por exemplo, a decisão do Presidente dos EUA, Franklin Pierce, em nomear um católico (James Campbell) para o seu governo em 1853 – suscitou uma vaga de sentimentos anticatólicos.

Deste modo, o objectivo do presente *paper* é o de efectuar uma reflexão teórica sobre a adaptação da religião católica e dos católicos às democracias seculares, visando verificar se tal percurso é possível efectuar pela religião islâmica. Ademais, urge igualmente analisar a importância que Portugal pode desempenhar face à sua relação privilegiada com o Islão moderado – que é a face visível da comunidade islâmica portuguesa.

Como último apontamento, importa realçar que os islamitas radicais entendem que a adaptação às democracias seculares é contrária à religião islâmica, sendo esta uma dificuldade, na medida em que, como salienta Zeyno Baran, o pouco conhecimento do Islão e das suas realidades complexas leva a que os europeus sejam incapazes de discernir “(...) os moderados dos extremistas que se camuflam numa retórica tolerante”.

FRANCISCO NOA

CES Aquino de Bragança - Maputo

As humanidades: permanência e finitude

O aparente triunfo da racionalidade técnica e tecnológica foi ditando uma conformação das sociedades e do seu destino, em que o factor humano, apesar de toda uma retórica apologética a seu favor, foi deixando de fazer sentido.

O crescente desaparecimento dos cursos e departamentos ligados às humanidades é uma inequívoca demonstração do empobrecimento da condição humana ou de tudo que lhe diz respeito em contraponto à crescente afirmação de lógicas mercadológicas, sob o princípio do lucro, dos resultados, da utilidade, do imediatismo.

Fazem sentido as humanidades nesta contemporaneidade tão desenfreada? Acusadas de falta de utilidade, objectividade e produtividade, como podem elas reinventar-se e afirmar-se dentro e fora das universidades?

E qual o papel da cultura e da literatura, em particular, como criação e como reflexão, neste contexto?

GISELE GIANDONI WOLKOFF

Pós-doutoranda CES

gwalkoff@gmail.com

Deterritorializing selves: women and poetry in contemporary Portugal in comparison

The examination of contemporary poetry in Portugal brings up the still recurrent issue of women's visibility, as some of the most celebrated, recent anthologies published mainly men's voices in detriment to women's. An example of this is that experimental poetry leaves almost no room for the expression of what can be taken as "feminine" – following the *Antologia Da Poesia Experimental Portuguesa* (2004), most of the voices present in the PO.EX. project are those of male poets, to mention one clear case of women's silencing. How much is the *self* a

public territory in these mentioned cases? Moreover, much of what can be categorized as “women’s poetry” or “feminine poetry” in contemporary Portugal territorializes the *self* (selves) as regarding the terms coined by Avtar Brah (1996) in a movement that makes public that which is private and, thus, deterritorializes the hegemony of patriarchal discourse in poetry. This can be compared both to what is currently produced in Brazil and also beyond Portuguese speaking geographies that bear similar sociological aspects to those found in Portugal, such as Ireland. This proposed comparative approach to the study of contemporary poetry and women presupposes the intermingling of (and, therefore, difference between) the private and the public realms of subjectivity, as well as the feminine and the masculine voices in poetry. Are such territories frontiers or are they boundaries (“confins”) as well defined by the writer Milton Hatoum - “imaginary frontiers, because frontiers in literature are never fixed or rigid (...) rather, they are passages between life and literature.” (apud Axt, Gunter et Schülter, Fernando Luís: 2010, p.348). This paper aims at the discussion of the issue of feminine belonging in contemporary Portuguese poetry, taking into account both the comparative approach between authors and contexts, mainly as regards to the market (of publishing and criticism) and the ways women poets articulate private and public matters, as to reterritorialize voices (men’s and women’s) by deterritorializing selves.

GONÇALO M. FURTADO C. LOPES, ROSA ÂNGELA FERNANDES MACEDO

FAUP

gmfcl@hotmail.com, arq.rosamacedo@gmail.com

Reabilitação urbana e intervenção em centros históricos: alguns desafios e evolução de paradigmas em Portugal

Falamos de cidade, “criação física” proveniente do espírito do homem, na perspectiva da necessidade de reabilitação urbana, uma característica contemporânea, reflexiva de cidades caracterizadas por uma grande heterogeneidade formal e mistura de tempos, onde os valores locais se reportam para uma dimensão global. Distinguidos nas cidades por serem núcleos de características específicas, as áreas designadas de “Centros Históricos”, apresentam-se como momentos de cidade, consolidados em outros tempos (medievais, renascentistas ou barrocos), sobreviventes a um panorama contemporâneo de uma organicidade urbana que se estende até à periferia, detentores de características necessárias de valorizar e adaptar aos tempos de hoje. Interessa-nos salientar uma sequência de momentos e posturas distintas relativas à temática de intervenção em Centros Históricos. Para tal, determina-se uma análise a um conjunto de acontecimentos, personagens e princípios orientadores, na construção das posturas e propostas de intervenção urbana. De Viollet-Le-Duc (1814-1879) a John Ruskin (1819-1900), de Camillo Boito (1834-1914) a Gustavo Giovannoni (1873-1947), de Ézio Bonfanti (1937-1973) a Roberto Pane (1897-1987), numa referência a Aldo Rossi (1931-1997) e às Cartas do Urbanismo, sedimentamos as bases para a compreensão de intervenções urbanas e posturas adoptadas em panorama nacional. Da intervenção na zona do Barredo (1969), Porto, à reconstrução do Chiado (1988) e à acção da SRU, superam-se dilemas e constroem-se paradigmas, face a uma contemporaneidade que divide opiniões e desacredita posturas e princípios interventivos.

“Perante a actualidade da questão da “Reabilitação”, e após mais de um século de debate, parece que o dilema inicial persiste. Se para alguns ocorre uma dessacralização dos “Centros Históricos”, para outros o panorama de “Conservação arquitectónica” ampliou-se sem retrocesso para o de “Reabilitação urbana”.

GRAÇA MARIA JEGUNDO SIMÕES

Doutoranda do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

gjegundo@gmail.com

Avaliação e autonomia nas escolas - regulação de conformidade e regulação de emancipação

A educação será um caso exemplar para a análise das políticas públicas e a escola um lugar central da acção pública, considerando a natureza complexa e incerta do paradigma actual da governança, que integra o plano interno e externo, o global e o local, a teoria e a prática.

Nesta perspectiva, a educação e a escola pública têm sido ribaltas de desassossegos e desafios, muito particularmente nos últimos anos e em Portugal, com a disseminação de um referencial neo-liberal, aparentemente em conflito com o referencial burocrático e profissional, que retirará o poder aos professores, fazendo entrar a comunidade como aliada do Estado no controlo da escola. A avaliação é um dos instrumentos privilegiados deste referencial pós-burocrático e da forma de governança privilegiada pela União Europeia,

substituindo uma regulação pela norma e pela normalização, por uma regulação pelos resultados. Nas escolas portuguesas vive-se ainda a tensão desta luta, protagonizada e mediatizada pela avaliação do desempenho dos docentes, mas é no campo organizacional e político da avaliação das escolas, sobretudo da avaliação interna, que se projectou e desenvolveu uma investigação naturalista para procurar compreender os dilemas e desafios percebidos e experienciados no interior das escolas quando, no quadro da sua autonomia, empreendem na construção de um dispositivo para a sua auto-avaliação.

A questão de investigação dirigia-se ao papel desta avaliação na regulação social da escola e no como será apropriada e integrada autonomamente, tendo em conta as tensões entre os apelos de conformidade, numa reacção de defesa às incertezas e riscos de um referencial de concorrência, e os apelos de emancipação, talvez intrínsecos à educação e incitados pelas certezas e riscos do mesmo referencial.

Os resultados da investigação dividem-se entre verdades inconvenientes e possibilidades convenientes.

HELENA SANTOS

Faculdade de Economia do Porto e Cetac.media

helena1611@gmail.com

Artes no território, artes do território. Uma experiência de cinco municípios e uma companhia teatral do Norte de Portugal

O objectivo da minha comunicação é apresentar o estudo de um caso singular de relação entre as artes, as políticas culturais e os territórios: uma companhia de teatro profissional, criada em 2004 através da associação de cinco municípios do Alto Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira).

O trabalho da *Comédias do Minho* tem-se pautado pelo desenvolvimento de uma dinâmica de criação-intervenção, através de um processo de interacção reticular, que podemos sintetizar em quatro dimensões:

1. Uma criação teatral, ancorada em três pilares: um grupo de actores residentes; uma comissão artística com autonomia e reconhecida nas artes performativas; e um conjunto de parcerias externas, especializadas e envolvidas;
2. Um trabalho multifacetado de profunda imersão e de assumida dialéctica num território que não é homogéneo, mas cujos indicadores sociais, em sentido lato e no geral, exibem condições de interioridade e marginalidade profundas – através de actividades diversas entretanto integradas em dois eixos: de intervenção pedagógica-educativa (Projecto Aproximate); e de intervenção comunitária (Projectos Comunitários);
3. Uma participação activa das câmaras municipais, através da sua convocação efectiva (prática e política) para as actividades da associação de que são membros;
4. Um programa regular e integrado de residências artísticas.

As comissões/direcções artísticas são, naturalmente, uma condição central para a implementação do projecto. A *Comédias do Minho* conheceu três, que correspondem a três momentos do seu percurso: o primeiro, fundador, na esteira do trabalho que o Teatro do Noroeste (Viana do Castelo) vinha realizando na região, com o encenador José Martins (2004-2005); o segundo, com a criação de uma comissão artística plural em 2006, dirigida, desde 2007, por uma personalidade não directamente ligada à criação, mas profundamente "autorizada" no campo das artes performativas e que já vinha colaborando com o projecto, Isabel Alves Costa (2006-2009); e a terceira, actual, com um jovem e reputado criador teatral, José Pedro Vaz.

Este estudo começou em 2008, no "segundo momento" portanto, pela iniciativa da comissária artística, ao propor-nos dois objectivos de pesquisa: por um lado, uma análise em torno do conceito de *nova centralidade*, que, na sua perspectiva, correspondia ao projecto *Comédias do Minho*; por outro lado, a contribuição para a construção de um dispositivo de (auto)acompanhamento do projecto. O inesperado desaparecimento de Isabel Alves Costa, em 2009, introduziu o terceiro momento, colocando-nos perante dois novos desafios: o de acompanhar, analisar e interpretar também as transformações decorrentes daquela ruptura; e o de reforçar a consciência crítica necessária à relação, entretanto alterada, entre envolvimento e distanciamento, que a objectivação científica exige.

HÉLIA SANTOS
CES
helia@ces.uc.pt

Imaginando a Guerra Colonial: a pós-memória dos “filhos da guerra”, entre silêncios e excessos

A Guerra Colonial portuguesa permaneceu durante mais de 40 anos como um “evento clandestino” da história e da memória coletiva portuguesa, mantida no íntimo da memória familiar da geração que a viveu. Um silêncio que foi sendo pontualmente quebrado na esfera pública por alguns reconhecidos autores da guerra, como António Lobo Antunes, João de Melo ou Lídia Jorge, entre outros. Foi neste contexto que o projeto “Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações”, desenvolvido no Centro de Estudos Sociais sob coordenação de Margarida Calafate Ribeiro, teve como objetivo principal perceber os ingredientes que compõem hoje a pós-memória dos “Filhos da Guerra Colonial”, uma memória construída a partir de fragmentos de narrativas familiares e de narrativas públicas.

Apresentarei uma análise dos discursos dos ‘filhos’ da Guerra Colonial entrevistados no âmbito do projeto, centrando a minha comunicação em dois níveis. Por um lado, um nível mais familiar e íntimo, analisando as *estórias* e memórias que foram sendo transmitidas diretamente de pais para filhos. Por outro lado, um nível mais social, analisando de que forma os filhos reinterpretam a história e o papel dos pais na história, para perceber ruturas ou permanências na leitura deste episódio fundador da nossa democracia.

HERMES COSTA
CES/FEUC
hermes@fe.uc.pt

O trabalho ainda conta para a economia? Contributos para uma cidadania laboral

Num contexto de questionamento dos valores e das práticas associados ao trabalho, propõe-se uma sistematização das principais transformações que vêm ocorrendo nos mercados de trabalho e a partir das quais é possível recuperar distintos posicionamentos sobre o modo de regular a actividade laboral. Argumenta-se que não é possível viver bem sem pensar no bem-estar social das pessoas e reequacionar as possibilidades de uma cidadania laboral instigadora de mecanismos de segurança nas relações laborais.

HUGO PINTO, TIAGO SANTOS PEREIRA
Doutorando CES/FEUC; CES
hpinto@ualg.pt, tsp@ces.uc.pt

Mudanças institucionais e a utilização de +atentes nas universidades portuguesas: como os meios se tornam fins

A dinâmica de patenteamento de um país é tida como indicativa dos processos de transferência de conhecimento e de inovação. A pertinência da utilização dos indicadores baseados em patentes assenta no pressuposto que estas são instrumentos de protecção dos inventores, e de promoção da capacidade inventiva, ao longo do processo que se espera que venha a originar inovações com sucesso no mercado, facilitando a transferência de conhecimento entre os diversos actores. Reconhece-se, assim, que o registo de patentes é uma etapa intercalar no processo de inovação. Ainda que assumindo frequentemente uma importância crucial, a inovação não depende da existência de patentes, sendo estas, pelo contrário, instrumentos para aquele fim.

No entanto, políticas recentes a nível global têm vindo a colocar uma ênfase crescente no registo da propriedade industrial por instituições académicas, como indicador da transferência de conhecimento entre a universidade e a indústria. Influenciados pela experiência norte-americana resultante da implementação do Bayh-Dole Act nos anos oitenta, que fomentou o patenteamento académico, vários países têm seguido políticas semelhantes, esperando uma participação mais activa das universidades na esfera da propriedade industrial. Deste modo, as patentes tornaram-se não só indicadores do processo de inovação mas também, na sua utilização académica, do suposto sucesso da transferência de conhecimento da universidade, passando a ser a sua contabilização um objectivo dos governos, das universidades e mesmo dos investigadores em termos individuais.

Portugal não tem sido imune a esta tendência. Um conjunto de mudanças institucionais, ao longo da última década, alterou significativamente os incentivos colectivos e individuais para o registo de patentes, contribuindo

para um crescimento sem precedentes nos respectivos pedidos, com um papel crucial das universidades, tendência que tem sido exaltada pelos diferentes actores do sistema, desde o Governo às instituições do sistema científico. É importante, no entanto, não esquecer a razão última pela qual as patentes se tornaram significativas na perspectiva sistémica, para além dos seus proprietários – enquanto indicadoras de inovação e transferência de conhecimento. Partindo da análise destas mudanças institucionais no contexto português, esta comunicação irá ilustrar como as patentes se estão a transformar de meios em fins, questionando assim se a sua utilização como um indicador para medir a inovação e a transferência de conhecimento continua válida.

IRENE SANTOS

Doutoranda Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

delipolito@gmail.com

Associativismo e imigração: desafios e desempenhos perante as mutações do Estado & Sociedade Providência

A comunicação pretende partilhar algumas reflexões sobre as transformações no Estado Providência e, em particular, sobre os desafios colocados pela imigração, bem como sobre o novo papel desempenhado pelas associações de bairro na concretização das políticas sociais. O trabalho desenvolve-se no quadro de um doutoramento ainda em curso em Ciências da Educação, área de Formação de Adultos, e baseia-se num estudo de caso da Associação Moinho da Juventude, no bairro da Cova da Moura (Amadora).

Se as associações de bairro têm vindo a assumir um papel cada vez mais significativo numa 'sociedade providência', vale a pena revisitar o já clássico artigo de Arriscado Nunes (1995): '*Com o mal ou com o bem, aos teus de além*' (Revista Critica de Ciências Sociais, n.42). Num contexto de grande complexidade como é o de um bairro de moradores oriundos da imigração, com a concentração de problemas associados à 'nova questão social', cabe interrogar o desempenho das solidariedades primárias na protecção social e na concretização de direitos e liberdades. Que fronteira entre voluntariado/militantismo e profissão?

Por outro lado, a presença massiva, crescente e duradoura de população imigrante vem trazer um desafio significativo na estrutura dos Estados Providência dos países que se vinham afirmando progressivamente como de sociedades de bem-estar. Em particular, ficam abalados alguns dos princípios basilares da sua constituição, a saber: o princípio da universalidade e a ideia de individualidade. Os debates em torno dos direitos dos imigrantes, no sentido em que discutir a legitimidade dos imigrantes em usufruir do Estado Social, voltam a trazer para a discussão o princípio da universalidade. Mas a imigração ocupa igualmente um lugar central ao redimensionar uma das ideias fundadoras do Estado Providência: a igualdade baseada na individualidade. Se até aqui as políticas sociais se voltavam para o indivíduo, as migrações implicaram a criação de políticas dirigidas a determinados grupos sociais.

ISABEL PASSARINHO

Assistente Social na Câmara Municipal de Cascais/Departamento de Educação e Doutoranda no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

ipassarinho@hotmail.com

Viver, trabalhar, dizer e aprender com os 'ecossistemas' da pobreza – a(s) construção(ões) identitária(s) d@s assistentes sociais entre o avesso das profissões e os fragmentos do Estado de Bem-Estar.

A intervenção com as pessoas em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, com toda a complexidade, multidimensionalidade e transversalidade que lhe está associada, constitui um campo próprio onde exercem genericamente os chamados trabalhadores sociais e, de entre eles, @s assistentes sociais como grupo profissional específico.

Para além das particularidades dos «ecossistemas» da pobreza e da geografia fluida das vulnerabilidades sociais, estes profissionais partilham as problemáticas, os contextos e os riscos e são actores de «inclusão e exclusão», numa sociedade que tende a desvalorizar os seus fazeres e saberes, tal como o faz com as populações com que trabalham. Por um lado, branqueando a profissionalização e a profissionalidade numa categoria genérica de 'técnicos superiores' e, por outro, exigindo uma prática baseada em 'evidências' prescritas e quantificáveis que pouco têm a ver com o seu 'know-how' específico e/ou com as respostas às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em simultâneo, os próprios profissionais por vezes não se descrevem nem se reconhecem como actores e autores ao serviço de uma cidadania democrática.

Propõe-se assim uma comunicação que se inscreve numa tentativa de reflexão teórica sobre ‘*Viver, trabalhar, dizer e aprender*’, equacionando a necessidade de produzir conhecimento sobre os processos pelos quais se aprende e se constroem saberes, numa tentativa de desocultar e nomear o que se vive e aquilo a que se atribui significado nestes contextos de intervenção, restaurando um espaço público de profissionalidade como lugar de visibilidade de si e do outro, pela acção e pela palavra. E também de identidades co – construídas na interacção com muitos «outros».

Este trabalho inscreve-se na linha que autores como Beck (1992) ou Giddens (1990) referem como uma «segunda cientifização», onde o conhecimento é enformado pela reflexividade e articula-se com novas formas de cidadania e de afirmação identitária.

JOANA PINHO, SOFIA NEVES

Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Leysjoana@gmail.com, asneves@docentes.ismai.pt

“Porque a linguagem é o meu falo”: artes visuais e performatividade de género (percursos e vivências de mulheres artistas)

A presente comunicação pretende reflectir os resultados de uma investigação de natureza qualitativa com 6 mulheres artistas visuais (fotógrafas, pintoras, escultoras...), com o intuito de compreender a forma como é performatizado o género pelas mulheres artistas visuais.

A História foi marcando ao longo das épocas diferentes percursos no que diz respeito ao sexo feminino e ao sexo masculino. Os movimentos feministas nos anos 60 e 70 iniciaram-se como movimentos acima de tudo políticos, em que representantes desta luta propunham um papel igualitário das mulheres no quotidiano, fazendo com que estas não vissem reduzida a sua condição a um papel doméstico ou familiar.

Nas artes visuais as mulheres foram sendo representadas desde a antiguidade clássica até ao século XX sob a forma de figuras mitológicas gregas, a figura da Virgem Maria, até à representação de Eva. Durante o Renascimento as mulheres eram impedidas de frequentar salões, exposições embora a sua imagem nua estivesse lá exposta.

A inclusão do género nesta investigação é pertinente e funciona como uma forma de explicar os papéis e fenómenos atribuídos às mulheres e aos homens ao longo das épocas e, por isso, através da conceptualização de objectos, instalações e performances algumas artistas desmontaram compromissos sociais sexistas quanto à identidade feminina e ao modo como esta é conceptualizada.

Os resultados da investigação apontam a arte como uma forma de expressão da identidade feminina, de validação e de performatização do self. Por outro lado, nos meios artísticos é manifesta a discriminação contra o sexo feminino no acesso a exposições, ou até mesmo no reconhecimento do seu trabalho, dentro e fora do país.

JOANA SOUSA RIBEIRO, JOANA AREOSA FEIO

CES

joanaareosafeio@yahoo.com, joana.sribeiro@gmail.com

A participação cívica entre os “imigrantes”: uma cidadania do desassossego?

Esta comunicação procura problematizar algumas questões relacionadas com formas e moldes de participação, nomeadamente a participação cívica de imigrantes de estatuto irregular e de “portugueses” conotados como imigrantes, reflectindo sobre a preponderância da categoria “imigrante” enquanto factor que influencia diferentes percursos de participação.

Para o efeito, recorreremos à análise de algumas das entrevistas, realizadas, no âmbito do Projecto “Famílias Imigrantes”, a cabo-verdianos e a brasileiros, bem como à população nascida em Portugal mas que detém nacionalidade cabo-verdiana.

Abordamos, assim, processos e formas de participação cívica formal, informal e não-formal que ultrapassam nacionalidades de origem e/ou adquiridas, e que aglutinam pessoas, movimentos e acções que à partida não se consideram enquanto entidades com um interesse comum.

JOANA TOPA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA, SOFIA NEVES

Universidade do Minho; Universidade do Minho; ISMAI

joana.topas.07@hotmail.com, cnog@psi.uminho.pt, asneves@docentes.ismai.pt

Desassossegos e desafios de mulheres imigrantes no acesso aos cuidados de saúde em Portugal

As imigrações trazem benefícios económicos para Portugal e mudanças positivas nos estilos de vida. Contudo, o processo individual de imigração pode comportar riscos para a saúde dos indivíduos, assim como experiências de alienação e discriminação (Carballo et al., 1998 as cited in Pusseti, Ferreira, Lechner & Santinho, 2009).

Apesar de todos os cuidados de saúde terem como objectivos principais otimizar a saúde das populações, a realidade é que determinados grupos continuam em desvantagem sistemática em relação ao seu acesso aos serviços e ao alcance de um óptimo nível de saúde. É notório a falta de conhecimento do acesso efectivo dos/as imigrantes aos cuidados de saúde (Fonseca, Silva, Esteves & McGarrigle, 2009), sendo este mais acentuado no que concerne às mulheres imigrantes.

As dificuldades relativas ao domínio da língua do país receptor, o desconhecimento do modo como se processa o acesso aos sistemas de saúde (European Women Lobby, 2007), a situação de regularidade ou de irregularidade e/ou as crenças pessoais face à saúde e à doença (2004 World Survey on the Role of Women in Development, 2006) leva a que as mulheres imigrantes se vão confrontando diariamente com factores que são impeditivos ou inibidores do seu acesso aos serviços de saúde.

Sendo notório o crescimento da componente feminina no total de imigrantes residentes em Portugal (209.711) (SEF, 2008), confirma-se a importância de analisar esta temática através de uma perspectiva de género, uma vez que a ausência deste eixo de análise tem implicações importantes, já que há um conjunto de questões que ficam por compreender.

Esta apresentação pretende reflectir sobre a situação do acesso das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde em Portugal, ressaltando a necessidade de investigação e intervenção neste domínio. Pretende-se igualmente discutir a necessidade da revisão das políticas sociais de saúde, tendo este estatuto específico, o das mulheres imigrantes.

JOÃO CARLOS PEREIRA MIRA LEITÃO

Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Educação Comunicação e Desporto, Unidade de Investigação do Interior – UDI

jcleitao@yahoo.com, jcleitao@ipg.pt

Questões de género na indústria têxtil da Covilhã

Este é um trabalho de pesquisa que tem na sua matriz a Sociologia da Indústria das Organizações e do Trabalho, entrecruzando-se com a Sociologia do Género, mais em concreto, as relações de género no meio laboral do têxtil e dos lanifícios. Longe estaria de pensar que o caminho que trilhei no processo de investigação pudesse conduzir a algo muito mais amplo, como seja uma proposta de organização da actividade produtiva baseada na qualificação dos recursos humanos, na requalificação dos postos de trabalho e não discriminatória em função do género.

O objectivo principal deste estudo é investigar as diversas relações entre o género e a organização do trabalho, analisando a acção dos diversos actores sociais, neste sector industrial que é o têxtil, os trabalhadores, os empresários, os sindicalistas e outros agentes em torno do têxtil.

Sendo este um estudo exploratório, foi desenvolvido a partir de um questionário realizado a 206 trabalhadores do Grupo Paulo Oliveira, composto por 1300 trabalhadores, trabalhando em três turnos, na Covilhã, sendo esta uma das maiores empresas têxteis na Europa. Foram ainda realizadas várias entrevistas a diversos actores sociais em torno desta indústria como seja empresários e sindicalistas.

Procurava-se, com este estudo, compreender as condições sociais em que as mulheres realizam o seu trabalho, com especial enfoque na divisão profissional do trabalho entre homens e mulheres. As mulheres estão impedidas de realizar as tarefas de tecelagem, que é realizada apenas por homens. Foi também possível verificar que a organização em ofício, muito enraizada nesta indústria, dificulta o acesso das mulheres a trabalhos melhor remunerados.

Pode assim dizer-se que, nesta indústria, as mulheres são segregadas, têm os piores empregos e os salários mais baixos, e mesmo quando recebem formação profissional para desempenhar tarefas de tecelãs, estão impedidas de as realizarem.

JOÃO LUÍS J. FERNANDES

FLUC

ifernandes@fl.uc.pt

Precariedade geográfica e processos de *desterritorialização in situ* nos espaços urbanos portugueses. Reflexão a partir de alguns exemplos.

Por espaços urbanos sustentáveis devem entender-se cidades que sejam também territórios abertos de interacção social, de circulação e troca, de encontros e partilhas criadoras. Este pressuposto apontaria para um espaço urbano coeso e de maior diversidade, com uma condução estratégica partilhada e amplamente participada. Contudo, a densificação urbana associada a modelos de gestão desequilibrados e pouco sistémicos tem criado, no caso específico de muitas cidades portuguesas, com especial incidência nas duas áreas metropolitanas, uma realidade que contraria este pressuposto inicial. Espaços urbanos mais fragmentados, mais rápidos e desarticulados, com fronteiras internas mais vivas, têm levado à progressiva fragilização territorial de faixas crescentes da população, entre as quais as crianças e os idosos, entre outros. Esta precariedade geográfica, que limita movimentos e opções, que tem levado a casos de usurpação de espaço público e de quebras de filiação entre comunidades e respectivos espaços de fruição quotidiana, constituem exemplos de, na expressão do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004), *desterritorialização in situ*. A crescente privatização dos espaços sociais e a maior degradação dos espaços públicos de interacção; o levantamento de barreiras arquitectónicas e a velocidade associadas a vias rápidas, verdadeiros canais topológicos que fragmentam territórios sociais e de interacção e, por exemplo, o mais frequente enclausuramento voluntário de grupos sociais elitistas, são sintomas de uma cidade menos solidária que, por via do espaço, reflectirá também uma sociedade mais polarizada e com menos mecanismos de partilha. É nesse ponto que nem sempre a mais cidade corresponde maior urbanidade, pelo menos no sentido da *polis* que nasceu e promoveu a interacção da diferença.

JOÃO PEDROSO, PATRÍCIA BRANCO, PAULA CASALEIRO

CES

jpedroso@ces.uc.pt, patriciab@ces.uc.pt, pcasaleiro@ces.uc.pt

A odisseia do Direito da Família (1974-2010): um contributo da sociologia política do Direito da Família

A odisseia do Direito da Família, dos últimos trinta a quarenta anos, na Europa, ficou marcada por profundas transformações, relacionadas quer com as mudanças socioeconómicas e sociopolíticas, quer com as transformações na(s) própria(s) família(s), com a crescente informalização do laço conjugal e valorização dos afectos e o aumento das situações de ruptura e recomposição familiar. Desde meados da década de 1970, por toda a Europa verificou-se uma mutação acelerada da regulação jurídica da(s) família(s) no sentido, grosso modo, da privatização, secularização e desinstitucionalização das relações familiares e da (re)publicização do novo direito da família, centrado nos direitos da criança. A transformação da família e do Direito de Família em Portugal começou o seu percurso mais tardiamente, em especial a partir da mudança política iniciada em 25 de Abril de 1974 e da consequente reforma do Código Civil de 1977. As mutações do Direito de Família português decorreram não tanto das transformações sociais e económicas, mas sobretudo do(s) contexto(s) político(s), havendo uma correspondência entre os períodos de maior transformação legislativa e os consensos políticos e/ou a vontade política dominante, sendo que as mudanças no Direito de Família não tem uma relação directa com a evolução das variáveis sociodemográficas. É, neste sentido, que na presente comunicação pretendemos dar conta das mutações do Direito da Família, nos últimos 30 anos, em Portugal, na sua relação com as políticas dos governos e das maiorias parlamentares que apoiavam esses governos, e reflectir sobre os principais desafios e desassossegos que a sociedade e as famílias do século XXI lhe(s) lançam.

JOÃO RODRIGUES

CES

joaorodrigues@ces.uc.pt

Portugal e o fim do romance de mercado europeu

A integração europeia marcou o ritmo das recentes transformações institucionais do capitalismo português no quadro de um regime internacional progressivamente neoliberal. Isto traduziu-se na perda de instrumentos de

política económica à escala nacional, sem que tal perda tivesse sido adequadamente compensada à escala da União Europeia. Este constrangimento sente-se de forma particularmente aguda em épocas de crise. A comunicação pretende expor a lógica das políticas económicas de austeridade em curso à escala europeia, mas com particular intensidade nas suas periferias, e argumentar que estas estão inscritas na chamada “regulação assimétrica” que marca a União desde o final dos anos oitenta. Esta regulação é assimétrica porque favoreceu a coexistência da integração monetária e dos mercados, em especial dos mercados financeiros, e a fragmentação nacional dos regimes sociais, fiscais e laborais. Assim se incentivou uma “corrida para o fundo” nas áreas onde os Estados ainda têm a última palavra. Estas áreas são crescentemente vistas como um mero custo para um capital dotado de maior mobilidade. A estagnação económica, o desemprego de massas e o incremento da polarização social e regional são as expressões de um regime económico que bloqueia duradouramente a convergência nacional com arranjos institucionais economicamente mais igualitários e eficientes. Esta estrutura e esta conjuntura podem bem estar a alimentar a crise de legitimidade do projecto europeu, marcando o fim do consenso nacional neste campo.

JOÃO SEIXAS

ICS-UL

jseixas@ics.ul.pt

Catalisar a governança na cidade paradoxal. A Carta Estratégica de Lisboa, o Estudo da Qualidade de Vida e da Governação Urbana, e as incertezas de empoderamento político na capital portuguesa

A apresentação incide em torno das mais recentes propostas estratégicas para uma mudança nos paradigmas de governação e de política na cidade de Lisboa. Propostas estas construídas quer por iniciativa do presente executivo da Câmara Municipal de Lisboa, liderado por um destacado político nacional; quer por iniciativa de determinados grupos de cidadãos, crescentemente intervenientes e conscientes da relevância da iniciativa e pressão cívica. Dois trabalhos foram recentemente solicitados directamente pelo presidente do município central da Macro-Região de Lisboa: por um lado, um comissariado independente desenvolveu ao longo do ano de 2009 uma proposta para uma Carta Estratégica para a Cidade; por outro lado, um consórcio universitário desenvolveu, no mesmo período, um vasto estudo – que incluíram consequentes propostas de qualificação – em torno da qualidade de vida e da governabilidade da cidade. Estes estudos e propostas incidiram numa vasta série de dimensões, incluindo as dimensões institucionais, as dimensões de governança e de conectividade sócio-política, e mesmo as dimensões do capital social e cultural da cidade. Múltiplos racionais de linhas de acção política, sustentados por princípios do direito à cidade e de boa governação urbana, foram propostos – ao que o executivo referiu ir abrir uma fase de discussão pública, ainda sem qualquer consequência. Uma análise crítica (ainda totalmente em aberto na presente fase) é desenvolvida em torno destes processos, com suas origens e lógicas, conteúdos e perspectivas. A análise é sustentada por reflexões de base conceptual nas áreas da política urbana, no âmbito das transformações e reorganizações em curso – incluindo seus paradoxos – tanto nos sistemas urbanos, como nos sistemas de governação urbana Europeus. A apresentação procurará, neste sentido, contribuir para uma melhor clareza analítica nestas áreas, para os âmbitos portugueses. A sua parte final recorda o actual impasse destes processos na cidade de Lisboa, incluindo potencialidades e constrangimentos, e, nesse sentido, enquadra reflexões em torno dos presentes processos de mudança social e política, não só para os âmbitos da governação das cidades como igualmente para os âmbitos mais vastos da política e da cidadania.

JOÃO TIAGO PEDROSO DE LIMA

Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI) / Universidade de Évora

jtpl@uevora.pt

A Situação Africana segundo Eduardo Lourenço ou o colonialismo, a descolonização e a lusofonia como mitos portugueses

Apesar de não ter vivido directamente a experiência do colonialismo português em África (que visitou pela primeira vez, ao que sabemos, em 1989), Eduardo Lourenço dedicou boa parte da sua reflexão ao que designou a nossa *situação africana*. Podemos distinguir nesse percurso ensaístico três grandes momentos. Assim, logo na primeira metade da década de sessenta do século passado e motivado pela sua estadia no Brasil (1958-59), redigiu vários ensaios (1ª fase) que posteriormente aparecerão coligidos em *Situação Africana e Consciência Nacional*. Nesse livro, um dos menos referidos da sua obra, chama a atenção para o que designa como

desinteresse nacional, estranhamente comum ao Regime e às Oposições (embora obedecendo a estratégias necessariamente distintas), face à situação africana. O livro permaneceu inédito durante o Estado Novo, mas o ensaísta acabou por publicá-lo no período da descolonização portuguesa em África. Nessa altura interveio também no (segundo ele, escasso) debate público, que se realizou entre nós sobre o fim do nosso império colonial, escrevendo bastantes artigos na imprensa lisboeta da época (2ª fase). Mais recentemente, Eduardo Lourenço tem vindo a reflectir sobre o sentido e as finalidades do aprofundamento de um diálogo para os países lusófonos (3ª fase). Os dois objectivos principais da presente comunicação, integrada num projecto mais vasto que visa perceber a importância do discurso dos intelectuais na formação de identidades supra-nacionais, são: 1) visitar as principais teses de Eduardo Lourenço, desde logo aquela segundo a qual a nossa relação com os povos africanos se fundou, ou não, numa base *mitológica* que, entre outros aspectos, procurou sublinhar a nossa especificidade colonizadora e que, de certo modo, *enforma* o próprio projecto da comunidade de países lusófonos; 2) questionar a imagem que hoje existe em Portugal da *situação africana*, no passado e no presente, fazendo-o a partir de um conjunto de textos pouco estudados de um dos mais consagrados pensadores em língua portuguesa.

JOAQUIM PIRES VALENTIM

FPCE-UC

jpvalentim@fcpe.uc.pt

Preconceito de brandos costumes: olhares cruzados entre portugueses e africanos

Apresenta-se uma série de pesquisas sobre a permanência das ideias luso-tropicalistas - estudadas enquanto representação social - na sociedade portuguesa contemporânea. Os resultados obtidos com estudantes universitários de Coimbra mostram que há uma oposição entre portugueses e africanos a este respeito: os portugueses aderem a essas ideias, os africanos recusam-nas. Para além disso, os africanos descrevem os portugueses de uma forma nada lisonjeira e muito diferente da imagem que os portugueses dão de si próprios. Também em termos de atitudes entre grupos, não se encontram traços da celebrada “especificidade portuguesa”. Existe preconceito recíproco que se manifesta de forma diferente nos dois grupos. O preconceito dos portugueses em relação aos africanos expressa-se menos por uma maior atribuição nas características negativas, que por uma menor atribuição nas características positivas (“eles não são mais preguiçosos que nós, são é menos trabalhadores”). O preconceito dos africanos para com os portugueses expressa-se de modo mais aberto pelas duas vias (“eles são mais racistas que nós e menos solidários”). Esta assimetria nas respostas dos portugueses é interpretada como expressão das normas anti-racistas contemporâneas que conduzem a manifestações eufemísticas do racismo para com grupos étnicos ou minoritários. De facto, nem sempre foi assim, como mostra uma análise de conteúdo aos manuais escolares portugueses dos anos 60. Os resultados preliminares desse estudo são elucidativos de como, nessa altura, era legítimo descrever os africanos colonizados abertamente com características negativas associadas, em especial, ao temor da selvajaria. Para finalizar, sublinham-se dois pontos: 1) a necessidade da investigação psicossocial neste domínio ultrapassar as análises demasiado centradas aqui e agora nos grupos dominantes, abrindo-se ao ponto de vista do Outro e à análise histórico-social; 2) a pertinência de estudar o luso-tropicalismo enquanto representação social, nomeadamente nas suas repercussões actuais nos domínios da identidade nacional (ou europeia), justiça social, cidadania e racismo.

JORGE CALEIRAS

Doutorando FEUC

jorge.m.caleiras@zapp.pt

Do desemprego à pobreza – trajectórias de empobrecimento, experiências vividas e políticas públicas

A comunicação apresenta alguns resultados, ainda provisórios, de uma investigação em curso, cujo objectivo passa por conhecer melhor o recente recrudescimento do desemprego em Portugal na sua relação com situações de pobreza. O ponto de partida assenta na ideia de que desemprego e pobreza são realidades distintas, que não se sobrepõem necessariamente. Porém, a verdade é que, especialmente durante a última década, os fenómenos parecem encontrar-se, tocar-se, cruzar-se. Questões essenciais parecem ser, assim, as de saber em que medida é que o desemprego pode tornar-se fonte de pobreza e como é que esta relação ocorre em concreto.

Reconhecendo que o desemprego não pode ser visto como uma realidade social dissociada dos indivíduos, quer dizer, separada dos desempregados, assume-se que as consequências que o fenómeno gera estão, antes de mais, inscritas nas histórias pessoais, singulares e irredutíveis, daqueles que o experimentam. Nesse sentido, a preocupação central é a de conhecer a relação “a partir de dentro”, o que faz colocar os desempregados no centro da discussão.

Assim, após uma breve análise estatística “clássica”, complementada com uma análise longitudinal de trajetórias de desempregados, avança-se para níveis de pormenorização, onde são atingidas expressões mais “finas” e individualizadas daquela relação.

A conjugação de resultados obtida aponta no sentido de considerar que, embora de forma diferenciada, os efeitos gerados pelo desemprego, tanto no plano objectivo quanto no subjectivo, desencadeiam ou acentuam múltiplas manifestações de pobreza. Conclui-se, defendendo a necessidade de uma intervenção pública capaz de amortecer os efeitos mais insidiosos e corrosivos do desemprego.

JORGE DIAS, SOFIA NEVES

Universidade de Cabo Verde; ISMAI

Jorge.dias@adm.unicv.edu.cv, asneves@docentes.ismai.pt

Percursos de vida de jovens delinquentes: reflexões sobre a realidade cabo-verdiana

A presente comunicação pretende reflectir sobre os resultados de uma investigação de natureza qualitativa realizada com 20 jovens delinquentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, oriundos/as das zonas suburbanas da cidade da Praia, em Cabo Verde.

Em Cabo Verde a delinquência juvenil tem vindo a assumir proporções preocupantes, como são disso evidência as estatísticas oficiais. Os estudos que procuram caracterizar os percursos de desvio e de transgressão destes/as jovens têm vindo a ganhar notoriedade nos últimos anos. Dada a complexidade desta problemática, que deriva nomeadamente das diferentes formas e modalidades de expressão da actividade delinquente e das suas diferentes trajetórias evolutivas, a investigação qualitativa neste domínio assume especial relevância. Considerando que a delinquência juvenil não depende somente das características internas do indivíduo, constituindo-se antes como um fenómeno plurideterminado, procuramos, através da observação participante e da realização de entrevistas semi-estruturadas, compreender e caracterizar os percursos de vida de um grupo de jovens delinquentes, procedendo à análise dos factores facilitadores dos seus percursos transgressivos.

Os resultados da investigação convergem no sentido de se apontar três grupos de factores que parecem determinar fortemente o envolvimento destes/as jovens em práticas criminais: (a) a precariedade socioeconómica, (b) a desorganização das estruturas sociais e (c) a desestruturação e violência familiar.

JOSÉ CASTRO CALDAS

CES

josecaldas@ces.uc.pt

Para lá dos limites: o regresso à economia

Entendida no passado como uma actividade social que tem como fim a provisão dos bens necessários ao “bom viver”, a economia transformou-se na arte de acumular riqueza sem limites que Aristóteles há dois mil anos designava por *crematística*. A finança globalizada é a forma mais sofisticada e acabada de crematística.

A transformação da economia em crematística e a sua expansão a todos os territórios e domínios da vida social violenta limites para além dos quais a vida social se torna insustentável. Esta insustentabilidade é antes de tudo *moral*. A riqueza, quando erigida em fim último e medida do valor de todas as coisas, é a negação da possibilidade de preservar e nutrir valores que dificilmente a admitem como contrapartida: a justiça, a solidariedade, a confiança... Com o triunfo da crematística passaria estar em causa não só a possibilidade da acção colectiva, mas também a das relações contratuais em que assenta qualquer “sociedade de mercadores”.

A insustentabilidade moral é também *económica, social e política*. Para lá dos limites, a finança globalizada mostra-se incapaz de garantir a sustentabilidade dos níveis de provisão, de assegurar o direito ao trabalho e outros direitos sociais e de contrariar as desigualdades. Em última análise põe em causa a própria possibilidade de democracia política.

Mas a insustentabilidade é acima de tudo ambiental. Mesmo que “depois da crise” fosse possível regressar ao regime de acumulação dominado pela finança globalizada, a humanidade tinha que se confrontar com limites físicos e ecológicos incompatíveis com o crescimento ilimitado.

Face à percepção da violação dos limites falamos de “novo paradigma”, “novo modelo”, “nova economia”. Mais modestamente poderíamos falar simplesmente de regresso à economia, isto é, de inflexão da visão do progresso ou do melhoramento como acumulação ilimitada de riqueza, para uma outra baseada na provisão dos bens necessários à “vida boa” no respeito pelos limites. Isto pressupõe toda uma agenda para a Economia Política: reflexão e debate acerca dos fins que vale a pena prosseguir; identificação de tendências a favorecer e a contrariar; análise e invenção de instituições capazes de nutrir os valores em se funda a possibilidade de uma “vida boa” na *polis*.

JÚLIA GARRAIO

CES

juliaga@gmail.com

Vozes do império no cinema português contemporâneo: o caso de *Second Life*

Nos últimos anos, assistiu-se no cinema nacional a vários exemplos de filmes rodados parcial ou totalmente em inglês, com o intuito mais ou menos explícito de vingar no estrangeiro e assim ultrapassar o tradicional isolamento da cinematografia comercial portuguesa (*Arte de Roubar*, *Second Life*, *Star Crossed*, *Backlight*). Nesta comunicação pretendo demonstrar que *Second Life* (Miguel Gaudêncio e Alexandre Valente, 2008) ocupa um lugar especial dentro do grupo devido à lógica que motiva o uso parcial do língua inglesa no filme. Ainda que a estratégia comercial subjacente às opções linguísticas dos realizadores não possa ser ignorada, o uso parcial da língua inglesa serve sobretudo para definir classes sociais, isto é, para sinalizar a pertença das personagens centrais à nova elite global de que fala Zygmund Bauman nos seus textos sobre a “modernidade líquida”. Porém, ao contrário do sociólogo, acérrimo crítico da ordem sócio-económica do mundo globalizado, *Second Life* funciona como veículo por excelência para a naturalização das relações de poder que marcam a actualidade e para a afirmação da pertença de Portugal à modernidade. Este efeito torna-se ainda mais óbvio se atendermos a um filme do ano seguinte, *Duas Mulheres* (João Mário Grilo, 2009), longa-metragem igualmente sobre as elites nacionais contemporâneas. As diferenças entre as duas obras vão muito para além do olhar extremamente crítico de Grilo perante a classe dominante. O uso do português é um dos sinais usados no filme para indicar que esta elite, ainda que parte de uma elite global, tem as suas próprias especificidades locais, e deve ser vista como perpetuação das antigas famílias portuguesas e dos seus valores conservadores, católicos e misóginos.

JULIANA TORQUATO

Doutoranda CES/FEUC

juliana@ces.uc.pt

Espaços de produção - espaços de viver no chão urbano: as hortas (peri) urbanas em Portugal

Este paper apresentará uma abordagem ao estudo das hortas (peri) urbanas, consideradas como *plataformas* de práticas de produção de valores para existir, viver, trocar saberes, conhecimentos e experiências urbanas. O objectivo é o de apresentar evidências da crescente importância das hortas de Portugal enquanto fenómeno social, económico, cultural e ambiental.

As hortas urbanas localizadas em cidades portuguesas, sejam estas com anuência do poder público, sejam as introduzidas em áreas não planeadas por populações (i)migrantes vindas de contextos rurais de Portugal e de origem cabo-verdiana, tornam-se um laboratório provocador para a re-discussão de conceitos e orientações metodológicas e epistemológicas sobre as relações entre economia, meio ambiente e sociedade, para além do paradigma do bem-estar nas cidades. Portugal termina a primeira década do século XXI com aproximadamente uma dezena de municípios que nos últimos anos anunciaram políticas públicas direccionadas à organização de hortas urbanas. Paralelamente cresce o interesse sobre quais as reais potencialidades e os desafios apresentados por estas formas históricas de ocupação sócio-espacial que podem significar um campo possível para economias baseadas em preceitos de solidariedade e recomposição sócio-ambiental de comunidades.

Como as hortas tornam possível a valorização de espaços onde residem e vivem populações de diferentes origens e classes sociais, destacar-se-á a análise dos diferentes processos ecológicos e sociais introduzidos por diferentes

grupos sociais como estratégias de sobrevivência, de reconexão com a natureza, de inclusão social, e de trabalho comunitário.

KACERINE GOMES QUEIROZ BEZERRA DE ARAÚJO

Doutoranda CES/FEUC

kacrinequeiroz@gmail.com

Participação e planeamento urbano em Portugal. Um estudo de caso sobre a revisão do Plano Diretor de Coimbra.

O espaço para a participação cidadã durante muito tempo era restrito, reservado unicamente à escolha dos seus representantes, exercido durante um curto período de tempo. Atualmente, observa-se um crescente clamor à participação popular, não só devido à necessidade de um maior envolvimento da população nos negócios públicos, como construção de planos, projetos; ou facilidade de aceitação popular às políticas, planos e projetos que o povo ajudou a construir. Houve o alargamento do uso da participação para novos campos e esferas, entre estas, o ordenamento do solo. Em Portugal, a participação popular no ordenamento do solo passou a ser aceita nos finais dos anos 80, com a entrada na União Européia, e com a construção de leis que preveem a participação popular em todos os níveis.

No entanto, atualmente, mesmo existindo a previsão legal da obrigatoriedade da participação popular na construção dos planos sobre o território, há ainda, por parte da administração pública, forte resistência e formas de mascarar e negar esta obrigatoriedade.

Assim, objetivando contribuir com os estudos sobre a democracia em Portugal, partindo das previsões legais e urbanistas sobre participação e planeamento do solo, especialmente a análise da participação pública na revisão do Plano Diretor de Coimbra, ocorrida no ano de 2010, usando como metodologia as escalas de (não) participação propostas por Arnstein, para tentarmos saber se nos casos de planeamento do solo há realmente a participação.

LEDA BARBIO

CesNova – FSCH-UNL

ledabarbio@hotmail.com

Os jovens (sub)urbanos da área metropolitana de Lisboa e o fenómeno do hip hop

No âmbito do Doutoramento em Sociologia Urbana que estamos a desenvolver começámos por tentar perceber – relativamente ao Bairro Amarelo em Almada, bairro social estigmatizado e politicamente visto como “crítico” – se estávamos na presença de uma “comunidade” no sentido de uma população unida em torno de práticas, valores e/ou modos de vida comuns e distintivos relativamente aos “outros”.

Com o decorrer da pesquisa verificámos a presença de um fenómeno muito presente na vida e na auto-definição de um segmento desta população, o dos adolescentes, jovens e jovens adultos – o fenómeno *hip hop*.

Podemos abordar o *hip hop* de variadas formas: do ponto de vista estético (a música, a dança), do ponto de vista social (quem são os seus praticantes? e os seus seguidores?) e ainda do ponto de vista político e identitário (que movimento é este? que implicações tem a nível político? que efeitos e mudanças procura? que identidades cria?). Interessou-nos abordar o fenómeno a partir desta última perspectiva, procurando responder às seguintes questões: “Será um movimento que congrega militantes com um background social, económico e cultural similar e que sentem a necessidade de lutar por uma sociedade diferente?”; “Existe uma luta por direitos sociais ou trata-se apenas de música e dança?”; “Temos aqui um fenómeno capaz de agregar elementos em torno de um eixo comum, de criar identidade, práticas, valores e modos de estar comuns?”

Esta última questão é o eixo que nos permitiria ligar esta problemática da acção colectiva com outra pista de investigação que nos interessa desenvolver: a da produção de identidades sociais.

Com esta comunicação pretendemos avançar na sistematização teórica destas questões, tal como cruzar esta teorização com a informação recolhida do terreno de estudo de forma a podermos avançar na compreensão deste fenómeno e da forma como ele se concretiza e expressa neste terreno de estudo em concreto.

Pensar Portugal: o país dos brandos queixumes

«Que Portugal se espera em Portugal? Que gente ainda há-de erguer-se desta gente?»(Jorge de Sena)

Para reflectir sobre o presente de Portugal e as suas perspectivas de futuro, é necessário contextualizarmos o país na sua realidade histórico-económico-cultural, pois como refere Eduardo Lourenço «Só temos o passado à nossa disposição. É com ele que imaginamos o futuro» (Lourenço, 1997:7).

Até que ponto os desassossegos e desafios de hoje são diferentes dos do passado? Eduardo Lourenço é apenas um dos nomes que tem reflectido sobre Portugal, os seus desassossegos e desafios. Pretendemos responder a esta questão com base nos testemunhos de intelectuais da cultura portuguesa (maioritariamente escritores) e na imagem de pátria que têm veiculado nos seus escritos. Para isso, focaremos alguns ecos de escritores/pensadores da modernidade aos nossos dias.

Em consequência da resposta à questão que propomos, trataremos da representação de Portugal e dos portugueses, particularmente entre o século XIX (abordaremos sobretudo Eça de Queirós) e a actualidade, não esquecendo, como se percebe em *Portugal*, de Miguel Torga, que o país é composto por pluralidades – ainda que essas pluralidades se tenham aproximado nas últimas décadas, cada vez mais a um ritmo pós-moderno. Os desassossegos vão-se assim unificando e os desafios lançam desconfiança, como bem têm notado pensadores como Baptista-Bastos.

LÚCIA FERNANDES

Doutoranda CES/FEUC

luciaof@gmail.com

As iniciativas de transição e decrescimento em Portugal: projetos individuais ou alternativas ao modelo vigente?

O chamado desenvolvimento sustentável tem sido a forma de inserção do ambiente nas políticas económicas vigentes. Leva em conta um limite mínimo, que garante a boa qualidade de vida dos seres humanos, mas também considera um limite máximo para a utilização dos recursos naturais. A definição destes limites tem acontecido pela dinâmica do mercado, sem priorizar a discussão sobre aspetos importantes do modelo de consumo e produção vigente.

A corrente do decrescimento, que surge na França, nos anos 1970, e, 20 anos mais tarde, a da transição, que surge no Reino Unido, vêm trazer críticas ao modelo de sociedade que construímos, que tem o crescimento económico como pilar central. Estas formas de pensamento crítico, que propõem modelos de organização económica e social baseados na dimensão comunitária e na sustentabilidade, têm tido bastante difusão em Portugal na última década, alimentando debates, auto-formação e experimentações de práticas em vários lugares.

Esta comunicação aborda aspetos de um projeto de pós-doutoramento que pretende ser um contributo para a discussão das experiências portuguesas alternativas ao modelo de produção e consumo vigente, que os proponentes denominam de "iniciativas de transição". A maior parte de tais experiências surgiram nos últimos 10 anos, compreendem formas holísticas de planeamento e gestão de quintas, vilas, aldeias e comunidades ambientalmente sustentáveis, saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis. Busca-se problematizar a definição dos atores destas experiências e discutir até que ponto elas são apenas alternativas para a vida dos indivíduos e suas famílias ou se constituem como um projeto comum de uma nova sociedade.

LUCIANA SILVA

CES

luciana.msilva@hotmail.com / lucianamsilva@ces.uc.pt

(Des)identidades retornadas: da nostalgia à crítica do *colonialismo suavezinho dos portugueses*.

Partindo das obras *A Balada do Ultramar*, de Manuel Acácio, de *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo e das posições aí plasmadas, pretendo reflectir sobre as memórias plurais de África e as identidades múltiplas das pessoas que daí retornaram no âmbito da grande transformação introduzida pelo 25 de Abril. A literatura será assim um meio de observação de três aspectos essenciais: as visões críticas e acríicas sobre o

ainda recente colonialismo português; as vivências da sociedade colonial; o não-lugar destas personagens no retorno ao Portugal pós-império, no decurso de uma rápida descolonização.

Em comum, as obras espelham as memórias e as identidades fragmentadas, as (des)identidades de quem foi obrigado a retornar de uma terra (ainda que ilegalmente sua), e não se identifica com o destino de ser português, na Europa.

LUÍS JUNQUEIRA

(ICS-UL)

luis.junqueira@ics.ul.pt

Desenvolvimento da ciência portuguesa e associativismo profissional dos investigadores

A política de Investigação & Desenvolvimento tem vindo a assumir-se como um dos principais desafios no desenvolvimento socioeconómico do país, em particular com o alinhamento dos países europeus em torno de uma Estratégia de Lisboa orientada para a economia do conhecimento.

O crescimento do número de profissionais ligados à ciência e tecnologia é acompanhado do surgimento de associações sindicais e proto-sindicais como forma de participar colectivamente nos processos de decisão e de defender os seus interesses socioprofissionais.

No entanto, os profissionais de ciência não se apresentam como um grupo homogéneo e a formação destas associações está associada à consolidação dentro do sistema científico de determinados grupos com interesses socioprofissionais distintos.

Com a consolidação da profissão de investigador não-docente (predominantemente nos Laboratórios do Estado) e de professor do ensino superior (associada ao crescimento do ensino universitário e politécnico) surgem nos anos 1979 e 1989, respectivamente, a Organização dos Trabalhadores Científicos e o Sindicato Nacional do Ensino Superior.

Mais recentemente, em articulação com um novo ciclo de crescimento da ciência em Portugal, surgem duas novas associações ligadas aos interesses dos investigadores em início de carreira – a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica – em 2003 - e a Associação dos Investigadores em Ciência e Tecnologia – no início de 2010. Esta comunicação pretende examinar a organização associativa dos profissionais de ciência a partir do estudo da formação e evolução destas quatro associações, com base em dados recolhidos numa fase exploratória da investigação. Em primeiro, enquadrando a sua formação nos ciclos de crescimento da ciência portuguesa e nos diversos momentos da política científica. Em segundo, apresentando os seus principais momentos de intervenção na política científica, nas suas formas de actuação e no seu impacto.

Esta comunicação é parte de uma tese de mestrado integrada no projecto de investigação “Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea”, em curso no ICS-UL e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

LUÍSA SILVA, FÁTIMA ALVES

CAPP - ISCSP – UTL; CEMRI – UAb

luisafs@iscsp.utl.pt , fatimaa@univ-ab.pt

Do objectivo da regulação à capacidade emancipatória da participação em saúde

A participação cidadã na saúde tem sido concebida em três dimensões conceptualmente distintas. A primeira é relativa à política e à organização do sistema de cuidados. Representa uma extensão da democracia, organizada em movimento ascendente das bases para os governos, que actua no controlo da gestão do sistema, mais do que no da definição de estratégias de saúde. A segunda é de tipo descendente, dos serviços para as populações, concebida como meio de conseguir a adesão dos indivíduos às agendas de promoção da saúde. Representa uma extensão da medicina na acção colonizadora da vida pela racionalidade científica. A terceira é horizontal, de iniciativa cidadã, concebida como grupos de ‘amigos’ de doentes e/ou de actividade reivindicativa.

Em Portugal, a participação ascendente tem vindo a ser integrada na lei, com uma representativa formal e função de consultoria ou aval aos decisores; a participação descendente é programática da ‘promoção da saúde’ e dirige-se a grupos específicos da população. A participação horizontal está presente embora pouco desenvolvida. Qual o impacto desta participação do ponto de vista da presença da pluralidade de racionalidades sobre os modos de produção da saúde? A (sociologia da) participação em saúde só acessoriamente foca o domínio da conceptualização do que é saúde e da racionalidade médica que sustenta o olhar terapêutico – domínios que a

sociologia da saúde privilegia. Neste domínio, a participação é de tipo (auto) – excludente, presente nos ‘movimentos’ esboçados em torno das ‘medicinas alternativas’ e seu olhar holista sobre o indivíduo.

A nossa pesquisa empírica sobre racionalidades leigas de saúde e doença reforça a importância do reconhecimento da subjectividade cultural e da sua afirmação no interior do sistema. Esse é o domínio da participação relativo ao saber (científico – leigo) e representará uma extensão do conhecimento.

MANUELA MENDES, TERESA SÁ

CIAUD-FA-UTL, CIES-ISCTE e IS-FLUP; CIAUD-FA-UTL
mamendesster@gmail.com, teresavs@gmail.com

Perfis, trajectórias e percepções face ao espaço dos residentes (e usuários) nas áreas urbanas de génese ilegal na área metropolitana de Lisboa

Esta apresentação tem como suporte empírico o corpus de 37 entrevistas pouco directivas realizadas aos moradores das Áreas Urbanas de Génese Ilegal em alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente em Odivelas, Loures e Amadora (margem norte), Palmela, Almada, Setúbal, Moita e Seixal (margem sul), no âmbito do Projecto de Investigação PTDC/AUR/71721/2006 “Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal. Avaliação socio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico”, coordenado por Isabel Raposo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Assim, esta análise centra-se em torno de 4 eixos temáticos: *a)* indivíduos e grupos familiares: caracterização sócio-demográfica; *b)* trajectórias: residencial e profissional; *c)* bairro: caracterização geral da população; *d)* casa: aquisição do lote e construção da habitação.

A partir da constituição dos perfis sociográficos dos moradores das AUGIS procura-se estabelecer uma comparação face aos perfis sociais dos clandestinos das décadas de 80 e 90 do século passado. Analisa-se todo o processo de aquisição do lote clandestino e da construção da habitação relacionando a capacidade do actor no planeamento do seu futuro e o contexto socioal-económico no qual a decisão é tomada.

No final, procurar-se-á responder à questão: onde estão os clandestinos hoje? Analisando as alterações que os bairros AUGIS têm tido ao longo do tempo em termos de população residente tendo em conta os jovens que nasceram nesses bairros.

MARCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS

Universidade de Évora e investigador integrado no NICPRI; auditor em Política Externa Nacional pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

mabm@uevora.pt, marcobaptistamartins@gmail.com

Portugal e os BRIC: numa perspectiva da diplomacia pública e da autopoiesis

O sistema internacional post-11 de Setembro vem acelerar a movimentação em torno da sociedade civil, alterando, conseqüentemente, o próprio conceito espaço-temporal da actuação da diplomacia, na sua acepção clássica, na arena internacional enquanto instrumento pacífico de execução da política externa.

Assiste-se a uma *complexidade crescente* no processo de edificação da nova ordem mundial cujo epicentro se circunscreve numa espécie de sub-mundialização à escala doméstica de cada Estado, pela (in)capacidade da elite governante em responder aos estímulos provenientes do ambiente externo ao ritmo vertiginoso da velocidade dos fluxos de informação entre os mais diversos actores das relações internacionais.

Daí que a prática da diplomacia tradicional, tal como a conhecemos, caminha para além da evolução teórica, situando-se cada vez mais em termos concretos num mundo inconstante, de caminho incerto, com regimes antagónicos de convergências pontuais e imprevisíveis, que levam à emergência de outras formas de actuação, como sendo o caso da diplomacia pública que representa um recurso estratégico vital para os estados enquanto actores das relações internacionais e, concretamente, para o caso de Portugal nas suas relações com os BRIC onde se pretende melhorar e influenciar a imagem de um país, quer internamente, quer externamente, como um país/marca num mundo competitivo.

Efectivamente, a diplomacia insere-se no esforço de manutenção do equilíbrio, por um lado, entre as estruturas oficiais e institucionais e, por outro lado, entre os poderes erráticos em que o tempo medido se apresenta a duas velocidades sobrepostas onde uma parte da sociedade civil se vai posicionando na condição de info-pobres ou de infoexclusão em consequência da condição de pobreza na qual se depara ou por desemprego ou por exclusão da sociedade. Neste âmbito, importa referir igualmente o lugar de Portugal perante os BRIC inserido numa

perspectiva da *autopoiesis* enquanto modelo auto-regulador e lógica de sobrevivência na sua inserção internacional.

MARIA ALICE NUNES COSTA

Pós-Doutoranda CES

alicecosta.rj@uol.com.br

Políticas públicas e o investimento social corporativo: uma análise comparativa entre Portugal e Brasil

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa realizada, no período entre 2007 e 2009, sobre a atuação de cunho social do empresariado brasileiro e português *vis à vis* o papel do Estado na formulação de políticas públicas, realizadas com empresas interessadas em realizar ações sociais. Serão apresentados alguns parâmetros de políticas públicas que envolvam a parceria com empresas consideradas socialmente responsáveis, através de dois modelos: o europeu (Portugal) e o americano (Brasil). Partimos de padrões de ação coletiva de solidariedade e responsabilidade social em ambos os países, a partir dos anos 1990, apontando um contexto sociopolítico e econômico da sociedade civil, do poder público e das empresas desses países lusófonos, considerados semiperiferias na geopolítica do sistema-mundo capitalista.

MARIA DA CONCEIÇÃO HENRIQUES SERRENHO COUVANEIRO

Instituto Piaget; Universidade Lusófona

scouvaneiro@gmail.com

Novos desafios: as novas malhas sociais.

A presente comunicação pretende equacionar um problema considerado fundamental na actualidade. Trata-se de interpretar e/ou responder a uma questão formulada por Ramo Cooper face ao período que vivemos, aparentemente sem esperança, "A ERA DO IMPREVISIVEL": *Esta era que exige de mim?* (2010, 256). Pretende ainda equacionar o surgimento de novas redes sociais que divergem das redes contratualistas antes existentes, num aparente emergir de viragem, da estrutura social.

O tempo é de mudança e a sociedade procura ajustar-se às realidades do presente e do futuro, como que se ensaiassem novos reposicionamentos pessoais e societais, em cenários ainda por inventar. Após a decadência de poderes e de serem postos em causa os estados monopolistas, os actores privados vão surgindo, ainda de forma desorganizada e pouco consistente, questionando a ordem estabelecida. É o que Innerarity refere como formas de coordenação das acções "*não hierárquicas*" em que os processos se apresentam mais importantes que as estruturas, em espaços públicos de intervenção cívica, que se manifestam através de comunidades políticas restritas.

O assumir a responsabilidade social, que reporta para processos de conhecimento e de inovação, coloca-nos perante a complexidade de uma nova malha social que se afirma pela capacidade de empreender e de assumir novos desafios. Paradoxalmente a inevitável globalização confronta-se com a afirmação e expansão dos espaços comunitários finitos e de amplitude dispersa, que se plasmam no virtualismo de ideais, interesses e convicções e assumem novas formas de cultura. Dão origem a grupos espontâneos, à afirmação de novos valores e ao estabelecimento de confiança, autonomia e estruturas horizontais, com os quais se confrontam os reguladores políticos. Novos contractos pessoais e sociais são um dos desafios da mudança, neste "mundo plano".

MARIA HELENA GUERRA PRATAS

Instituto Superior de Educação e Ciências – ISEC, Lisboa, Portugal

hpratas@isec.universitas.pt

A gap between public rhetoric and actual practice?

Portugal was one of the first European nations to have its borders stabilised, "since its political independence was established early in the thirteenth century, but its national identity is itself not precisely circumscribed" (Santos, 1994:134). As a result of their travelling the Portuguese were the first to develop the notion of a global world (Modelsky, 1987).

As Robin Wilson explains, in earlier decades, two models of managing cultural diversity seemed to function: Assimilationism (French model) assumed that members of minority communities would assimilate to a prevailing majority ethos ('republican values'). Multiculturalism (United Kingdom and Dutch model), by contrast, tried to give official recognition to minority communities, understood as homogeneous 'cultures'. The assimilation model went into crisis because members of minority communities felt excluded from the mainstream (Wilson, 2008).

Portuguese option regarding cultural diversity anchors on the principle of Interculturality: within the framework of mutual respect we claim the value and richness of diversity and dialogue. This intercultural approach is embedded in the paradigm of an equal value of all cultures and cultural miscegenation, moving thus far beyond multicultural coexistence's statement.

Immigrants are now major parts of the social Portuguese system. They contribute to the renewal of the population, to the economic development and to the revitalizing of cultural and social behaviours. National laws have been created or developed in order to accommodate them. But still there is a journey to do (Antunes, 2009). And precisely a big part of "this journey to do" regards Intercultural Education. In Portugal, "European recommendations on 'intercultural education' are given great attention by policy-makers (...). However, there is a gap between public rhetoric and actual practice" (Guilherme et al., 2007: 100-101).

MARIA JOÃO FREITAS

Investigadora Auxiliar no Núcleo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

mjfreitas@lnec.pt

Tensões e desassossegos da participação na consolidação de uma ética e de uma prática democrática transversal e coerente – desafios à co-produção de um sistema de acção colectiva

O exercício de cidadania balizada pela produção da qualidade de vida urbana resulta de uma rede complexa de interações entre vários poderes, níveis, escalas e domínios de capacitação para a acção, quando assumido numa perspectiva de co-produção de um sistema de acção colectiva no quadro da construção de uma prática democrática transversal e coerente. Este exercício coloca necessariamente desafios do ponto de vista conceptual, político, existencial e operacional, nomeadamente os que decorrem da necessidade (a) do reconhecimento de um sistema de actores marcado pela diversidade e conflitualidade dos seus domínios de actuação que apela a uma clarificação de regras na definição dos limites e configuração da acção pública vs acção não-pública e colectiva vs individual; (b) de uma discussão ética e do quadro de valores que balizam a construção de "visões" colectivas, a gestão dos tempos de acção nas suas visibilidades e invisibilidades e dos sentidos das mudanças almejadas; e (c) do esclarecimento, em termos processuais, dos modelos de governação, governança, recursos e competências necessários, dos mecanismos de planeamento, monitorização e avaliação que incorporem a generatividade reflexiva desta co-produção colectiva e dos mecanismos de lideranças e de gestão dos momentos de transição paradigmática que lhe são inerentes. Estas exigências e desafios têm vindo a revelar conflitos internos teórico-conceptuais do papel da participação dos vários actores públicos e/ou não públicos, individuais e/ou colectivos, na co-produção de sistemas colectivos e generativos de acção no quadro dos novos modelos de governação e governança, para além de alguns vícios e falácias da dicotomização do seu debate no quadro dos modelos top-down vs bottom-up e da sua redução à construção de consensos e de concertação social vs conflitos/(o)posições. Será ainda ilustrado o efeito do embate destas tensões na configuração do desassossego na busca de sentidos existenciais, confianças e esperanças que marcam e desafiam a configuração dos papéis e posições dos variados e diversificados actores a vários níveis, a sua participação na co-produção de uma acção colectiva e a consolidação de uma ética e de uma prática democrática transversal e coerente.

MARIA MADALENA GRACIOLI

Pós-doutoranda - CES

lenagracioli@ces.uc.pt

A (re) construção da identidade juvenil em contexto migratório e o processo de integração de jovens brasileiros em Portugal

Este texto resulta de uma pesquisa em andamento que busca identificar, em meio a uma população numerosa e diversa, como os imigrantes brasileiros que vivem em Portugal, jovens que acompanham seus pais no processo migratório, com o objetivo de conhecer como ocorrem os seus processos de integração e, de que maneira sobrevém à reconstrução da identidade juvenil, divida entre o país de origem e a sociedade acolhedora, e, como,

em meio a esse processo, formulam seus projetos atuais e futuros, e as formas utilizadas para socializar-se com jovens do país anfitrião, os processos de integração e (re)negociação de expressividades, posicionamentos, valores e símbolos da condição juvenil, assim como as fragilidades, vulnerabilidades e potencialidades da sua inserção na sociedade portuguesa.

MARIA TERESA DENIS DA SILVA

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa

Teresa.denis@estesl.ipl.pt

Trabalho – um dever/direito que urge ser repensado como “bem-comum”

A sustentabilidade do modelo social europeu está cada vez mais em questão devido a problemas sociais como: envelhecimento da população, desemprego, baixo crescimento económico, bem como a natureza abstracta da solidariedade mediada pelo Estado que opacifica a reciprocidade, na medida em que, o contribuinte fá-lo por obrigação legal, considerando que é sempre demais e o beneficiário, que até pode ser o mesmo, considera que é sempre pouco ou insuficiente não se reconhecendo o esforço de todos e de cada um.

Depois, a redistribuição assente em prestações pecuniárias ou serviços assume um cariz compensatório o que, devido ao agudizar da exclusão social, obriga a uma reanálise social em termos de recursos sociais, humanos, económicos onde, por exemplo, o direito ao trabalho, entendido como tal, não possa ser compensado por subsídios mas pela sua real efectivação, o que poderá passar por uma redistribuição do tempo de trabalho. Efectivamente, a compensação monetária apenas responde à necessidade de rendimento e não vai à essência do direito que se prende com a dignidade humana nos termos de Arendt.

É preciso, então, outra forma de revigoração social e que poderá passar pela dádiva solidária do dar-receber-retribuir, assente em relações recíprocas cuja acção articulada com o direito poderá fomentar uma outra responsabilidade/compromisso social, à semelhança do modelo intro-social de Rosanvalon, cujo compromisso com o bem-estar seja efectivamente assumido por todos com responsabilidade, solidariedade e empenhamento, onde a preocupação assumida de todos para com todos a par com a confiança nos outros e em cada um propicie a comunalidade, velho valor de fraternidade, de sentimento, de pertença, integração, partilha, de viver junto (em e com os outros). E que se poderá traduzir no compromisso Estado – sociedade - patronato de que nos fala Rosanvalon.

MARINA HENRIQUES

CES

marina@ces.uc.pt

Direitos humanos do trabalho: a OIT e o caso português

A dimensão transnacional dos conflitos de trabalho tem vindo a desempenhar um papel de crescente complementaridade face aos sistemas nacionais, sobretudo no actual contexto de globalização das relações laborais em que os estados enfrentam desafios crescentes. De acordo com a perspectiva da sociologia do direito, esta comunicação apresenta uma análise teórico-analítica em torno da tensão entre os paradigmas dos direitos humanos do trabalho e de governação laboral. Estuda-se o sistema político-jurídico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em conformidade com a perspectiva do direito, enquanto mecanismo de legitimação, dado que o paradigma de governação laboral da OIT é descrito como *soft law*, aprofundando a dimensão simbólica da função política do direito.

As influências exógenas sobre as relações laborais, em Portugal, são estudadas tendo como principais indicadores sociológicos: os discursos parlamentares em Portugal com referência à OIT; e a transnacionalização da adjudicação dos direitos humanos do trabalho materializada no recurso ao sistema de queixas e reclamações daquela organização. A dimensão simbólica da função política do direito constitui o quadro analítico utilizado para capturar as representações político-jurídicas daquela organização na sua interacção com os discursos parlamentares. As conclusões estão em conformidade com a identificação do efeito de legitimação a nível nacional das orientações legais e de regulação da OIT sobre a política de mercado de trabalho. Por outro lado, o recurso aos princípios gerais da OIT através da formulação de queixas e reclamações – o designado controlo especial – é um argumento forte a nível nacional que, mesmo não assumindo natureza judicial, tornou-se um instrumento eficaz como mecanismo de legitimação através do uso simbólico do direito e do *power of*

embarrassment, sendo percebido enquanto indicador da ineffectividade dos direitos humanos do trabalho ao nível nacional.

MARTA ALEXANDRE, LUÍSA SOLLA, FAUSTO CAELS

ILTEC; ILTEC; ILTEC, FLUL

martafilipealexandre@gmail.com

Estar na escola portuguesa e não saber falar português - de que apoios precisam os alunos de PLNM?

Este trabalho consiste numa perspectiva geral sobre a integração escolar dos alunos que não têm o português como língua materna (alunos de PLNM). É feita uma caracterização dos desafios linguísticos inerentes à sua situação de alunos de PLNM, enquadrada pelo trabalho de Cummins (1979, 2000), e apresenta-se uma reflexão sobre o modo como a escola portuguesa e entidades com ela relacionadas têm vindo a dar resposta a essa realidade. Os alunos de PLNM enfrentam dois grandes desafios: (i) adquirir a língua portuguesa e (ii) aprender conteúdos escolares veiculados em Português.

Nas aulas de apoio os alunos de PLNM beneficiam sobretudo de instrução directa da língua portuguesa, sem que haja apoio específico para as aprendizagens curriculares e sem que se considerem as dificuldades de ordem linguística relativas às mais variadas disciplinas. Desta forma está a impedir-se o acesso equitativo ao currículo. Isto porque a aprendizagem e o domínio dos diversos usos da língua na escola envolve competências linguísticas específicas, que ultrapassam as competências que permitem a comunicação oral em situações do quotidiano. Trata-se de competências que implicam um domínio avançado da língua e, no caso particular dos alunos de PLNM, demoram muito tempo a consolidar-se.

Apesar da importância que o domínio da língua da escola assume no sucesso educativo, esta vertente está pouco representada nas orientações do Ministério da Educação para o apoio no âmbito do PLNM, bem como no mercado editorial dos materiais didácticos e no plano da investigação académica (Lemos 2009).

Para colmatar esta lacuna consideramos que é preciso (i) desenvolver estudos sobre os usos da língua em contexto escolar numa perspectiva contextualizada e funcional, (ii) trabalhar num sentido interdisciplinar, (iii) fazer convergir abordagens conteudísticas e abordagens linguísticas, e (iv) traduzir os resultados da investigação teórica em aplicações didácticas direccionadas para o universo específico dos alunos de PLNM.

MARTA ARAÚJO

CES

marta@ces.uc.pt

Uma história (des)ossegada: reflexões sobre escravatura e "raça"/racismo a partir de manuais escolares portugueses

Esta comunicação incide sobre um conjunto de reflexões que têm vindo a ser produzidas no âmbito de um projecto de investigação em curso, que tem como objectivo explorar a construção de uma abordagem eurocêntrica da história nacional/europeia nos manuais escolares. Mais concretamente, pretende-se com esta comunicação problematizar o esvaziamento da relevância política da escravatura e o apagar da governamentalidade racista a que esteve associada. O argumento central é de que a *institucionalização do silêncio* em torno da escravatura se insere numa tendência mais ampla de despolitização e naturalização das relações de poder e da violência, e que tem vindo a caracterizar os discursos políticos e também académicos em Portugal sobre processos históricos fundamentais.

MARTA FILIPE ALEXANDRE

Acha que vale a pena ser cientista em Portugal?' - análise crítica de representações linguísticas da actividade científica

Esta apresentação propõe uma análise crítica de entrevistas com vinte e quatro cientistas portugueses que desenvolvem a sua actividade científica em Portugal numa das seguintes áreas: biologia, física, informática, linguística e psicologia.

São consideradas as respostas à pergunta: “*Acha que vale a pena ser cientista em Portugal?*”, com o objectivo de identificar diferentes formas de representação do que é ser cientista em Portugal.

A análise enquadra-se na linguística sistémico-funcional de Halliday (2004) e socorre-se do sistema da Transitividade, através do qual se estuda o uso da linguagem como meio de representação da experiência do mundo.

Olhando para as respostas reunidas, constata-se que o processo relacional introduzido na pergunta, 'ser cientista em Portugal', é construído pelos entrevistados de duas maneiras: como uma relação atributiva intensiva e como uma relação atributiva circunstancial.

Na representação atributiva intensiva o atributo da relação é 'cientista'. Assim, o que se representa como objecto de avaliação, aquilo que valerá ou não a pena, é o ser cientista, independentemente de se estar em Portugal ou não. Aliás, em várias respostas se encontra a recusa explícita em avaliar a circunstância 'em Portugal', o que se identifica como sendo um detalhe de reduzida importância.

Na representação atributiva circunstancial predomina o uso do verbo 'estar' e a circunstância 'em Portugal' passa a ser representada como o atributo da relação. Assim, o que está submetido a avaliação é o estar em Portugal, considerando que se é cientista. Para a avaliação desta circunstância, estabelece-se numa resposta o contraste entre diferentes países e, noutras, o contraste entre o presente e o passado do sistema científico português.

Embora não sejam entre si contraditórias, estas representações (ser cientista em Portugal vs. estar em Portugal sendo cientista) estão associadas a sistemas de valores divergentes. A representação descontextualizada relaciona-se com o valor da ciência enquanto saber universal e a representação circunstancializada relaciona-se com a dimensão profissional da ciência num contexto específico.

MAURO SERAPIONI, DOLORES SESMA

CES; Instituto de Estudios Sociales - IESA-CSIC, Córdoba, Espanha

mauroserapioni@ces.uc.pt

Os sistemas de saúde da Europa do Sul (Espanha, Itália e Portugal) frente à turbulência financeira internacional

No estudo das sociedades do capitalismo avançado, Esping-Andersen identificou três “regimes de *welfare*”, que se foram consolidando durante o período de expansão do capitalismo keynesiano: o social-democrático dos países escandinavos, o conservador-corporativo da Europa continental e o liberal dos países anglo-saxónico. Entretanto, outros estudiosos, considerando factores históricos e sociopolíticos, têm defendido um quarto modelo de *welfare* para identificar os aspectos distintivos do sistema de protecção social da Europa do Sul. Um dos traços distintivos desta macro região refere-se aos sistemas de saúde, que apesar da sua fragmentação institucional, são caracterizados por uma abordagem universalista. Além dos factores sociopolíticos, é preciso destacar outras características comuns aos sistemas de saúde dos países desta macro-região: i) não coerência entre as promessas universalistas dos SNS e as dificuldades financeiras encontradas no processo de implementação; ii) ineficiência e baixos níveis de competências das gerências; iii) relevante papel desenvolvido pelos recursos não profissionais nos sistemas de saúde, tais como a família e as redes primárias; iv) inadequado grau de direitos garantidos aos utentes pelo respectivo sistema de saúde.

Apesar dessas limitações e dificuldades, nos últimos anos Espanha, Itália e Portugal alcançaram índices de esperança de vida e indicadores do estado de saúde que os colocaram nas primeiras posições em nível internacional. Eles beneficiaram de todas as melhoras das condições de vida e de cuidado de saúde advindos tanto do desenvolvimento socioeconómico das últimas décadas como dos padrões de saúde favoráveis dos países mediterrâneos. Contudo, estes indicadores de saúde escondem situações de não homogeneidade interna como resultado das desigualdades tanto na distribuição de recursos materiais, educação e *status* social como no acesso aos cuidados de saúde. Tudo isso produz, obviamente, disparidade de exposição aos principais factores de risco para a saúde. O paper examina também o papel da mesma organização sanitária na geração das desigualdades de saúde. É de fato importante estudar os potenciais de iniquidade induzidos tanto pela segmentação do sistema de saúde em diversos sub-sistemas públicos e privados, quanto pelos actuais processos de descentralização regionais

e de reforma dos sistemas de financiamento. Nesta situação, já bastante complexa, o impacto da actual crise financeira, com a redução do orçamento destinado aos sistemas de saúde públicos, pode acentuar as desigualdades de saúde, reduzindo ulteriormente o acesso e a utilização de serviços preventivos e afectando ainda mais os sujeitos mais débeis e menos dotados de recursos e capital social.

MIGUEL CARDINA

CES

miguelcardina@ces.uc.pt

Políticas da memória no Portugal contemporâneo

A mudança política e social inaugurada com o 25 de Abril de 1974 trouxe consigo processos de justiça retrospectiva e de reconhecimento do legado repressivo do Estado Novo. A sua retracção a partir de Novembro de 1975, no contexto da chamada «normalização democrática», levou a uma débil responsabilização penal do corpo dirigente e repressivo da ditadura, não obstante a difusão social de um aguerrido discurso «antifascista». Nas décadas seguintes, Estado e sociedade oscilaram entre o «dever de memória» - de que são exemplos claros a constituição de associações cívicas destinadas ao efeito e a aprovação em 2008 de uma recomendação parlamentar para que se desenvolvam acções sobre a memória da resistência à ditadura - e uma certa condescendência amnésica relativamente ao passado, patente na vitória de Salazar no concurso *Grandes Portugueses*, no esbatimento da faceta repressiva do Estado Novo, na leitura proto-democrática do marcelismo ou na manutenção de amplas manchas de silêncio sobre o colonialismo e a guerra em África.

MÓNICA SILVA

CES

monicasilva@ces.uc.pt

Sons feridos e silêncios traídos: pautas de uma identidade.

50 anos após o início de uma guerra não assumida e espraadamente silenciada, Portugal reúne as condições para reflectir sobre as memórias da Guerra Colonial, sejam elas privadas, familiares ou públicas. Este acontecimento contemporâneo dilacerou a sociedade portuguesa dividindo-a, ainda hoje, entre um tardo-imperialismo heróico e a indignação perante uma guerra absurda.

Das múltiplas vertentes das memórias públicas estudadas no âmbito do projecto “Os filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações”, desenvolvido nos últimos anos no Centro de Estudos Sociais, proponho-me analisar a produção musical entre 1961 e 2010, como registo de um período histórico complexo que ainda hoje marca a realidade portuguesa. A recolha apresentada é também uma extensão do projecto “Poesia da Guerra Colonial: uma ontologia do „eu“ estilizado”, desenvolvido pela mesma equipa de investigação.

O corpus recolhido cobre vários géneros musicais: desde o hino que exaltou o início de uma guerra ao rock como revolta denunciadora, passando pelo fado como expressão de uma identidade camuflada, pelo cançonetismo ligeiro e apolítico, pelos desabafos musicados pelos cancioneiros militares, pela recuperação de canções germinadas na Primeira Grande Guerra e pelo canto de intervenção como pedra angular da futura democracia e liberdade de povos.

O mapa é diverso e complexo, como a própria guerra foi, e leva-nos a reflectir sobre o poder da música nas dinâmicas políticas do país, e na construção da memória colectiva da Guerra Colonial.

NELSON DIAS

Presidente da Associação In Loco

nelson.dias@in-loco.pt

Orçamentos participativos em Portugal – um código genético em construção

Os 10 anos de experiência portuguesa no domínio dos Orçamentos Participativos permitem diferenciar dois grandes momentos no desenvolvimento destes processos. O primeiro, entre 2000 e 2006, período ao qual se

pode atribuir a emergência da primeira geração de OP's, e o seguinte, a partir de 2007, altura em que começa a surgir uma segunda geração deste tipo de práticas.

Um olhar mais detalhado sobre este fenómeno permite defender a ideia de que o código genético deste tipo de processos está numa fase de construção e de reinvenção permanentes. A "contaminação genética" é feita a partir de influências internas mas também do cruzamento com experiências estrangeiras.

As evoluções mais recentes permitem destacar, entre outros, quatro elementos de mudança:

i) *Maior dispersão territorial.* A primeira geração foi sobretudo "sulista", com uma presença mais significativa na Península de Setúbal e no Alentejo. O mapa actual deixa evidenciar uma disseminação mais ampla, com focos noutras regiões;

ii) *"Contágio" por proximidade.* A emergência de "agrupamentos de OP's" parece indiciar uma tendência para influências cruzadas entre iniciativas vizinhas, não significando necessariamente uma mera reprodução indiscriminada de metodologias;

iii) *Estabilidade governativa como contexto de emergência.* A maioria das experiências é promovida por autarquias em que se verifica a existência de maiorias governativas. Isto significa que o OP não tem sido perspectivado como um mero instrumento de legitimação por parte de Executivos minoritários e com necessidade de se fortalecerem para aprovarem determinadas opções governativas;

iv) *A inovação na escala infra-municipal.* Algumas das experiências mais inovadoras são promovidas por Juntas de Freguesia. Isto demonstra que o OP não é apenas um processo para decidir projectos e investimentos, caso contrário a acção das freguesias seria muito limitada. Está em causa a construção de sentimento de pertença e de um diálogo mais permanente entre Administração e cidadãos.

NUNO MIGUEL DA SILVEIRA CAMPOS PEREIRA GRANCHO

Doutorando CES/III

ngrancho@hotmail.com

Mumbai, from 19th to 21st century

Mumbai, the sixth largest metropolitan region in the world and largest city in India, is a complex polynuclear agglomeration that exhibits a socio-spatial fabric characterised by a (con)fusion of First and Third World urban environments. Metropolitan complexity has developed over the past two centuries as the city has engaged with processes of transition from colonial to post-colonial, industrial to post-industrial, and from local-regional to national-international status. This work identifies the key forces and processes underlying Mumbai development from a colonial port-city to a present-day mega-urban region, and assesses the economic, social and environmental challenges that confront the city as it strives to attain its goal of joining the roster of globally important cities in the early 21st century.

History evidences contemporary Mumbai is a result of historical process of fishing village over 350 years. Since British occupation, which has been considered as the turning point in the history of Mumbai, there have been continual changes in population, economy, social structure and physical growth of the city. Within no time, its tempo speed up which resulted to present urban predicament of housing problems, poverty, unemployment, social scale etc. beyond resistable. These give impetus to researchers, scholars and planners unresting in their respective field, therefore, come one after another. It is interesting to note that an insignificant fishing village has been transformed into the largest commercial and business center in India and a global megapolis. The complexity of the urban predicament enhanced in spite of several attempts made by the government and different organizations or corporations from time to time. Looking the problems and prospect of the city, therefore, emerged several committee or corporations in the early 19th century. The complex phenomena of the city and process of structural changes during the past and present, therefore, become important issues which occupy the front page, beginning from the level of state government to individual concerns today.

NUNO SERRA

Doutorando CES/FEUC

nuno.serra@gmail.com

"Revolução da casa própria": a centralidade da habitação na economia do endividamento

A generalização do acesso à habitação própria constitui um dos traços marcantes da evolução da sociedade portuguesa nas últimas décadas. Em 2001, cerca de 75% das famílias ocupava um alojamento próprio, valor que

dez anos antes rondava os 66% e que, em 1970, se situava apenas em menos de metade do parque habitacional (47%).

A “revolução da casa própria” correspondeu, em larga medida, a um alinhamento da sociedade portuguesa com padrões de evolução idênticos, registados noutros países europeus. Mas tratou-se, contudo, de um processo mais célere e significativamente dependente de profundas alterações na conjuntura macroeconómica (liberalização do crédito e descida das taxas de juro) e nas próprias políticas públicas de habitação (transição de um paradigma de “apoio à pedra”, de relevância em todo o caso muito reduzida no caso português, para um paradigma de “apoio à pessoa”, que se generalizou de forma socialmente ampla). Para além das transformações inerentes às formas de ocupação do parque habitacional, a “revolução da casa própria” constitui igualmente o factor mais relevante do endividamento das famílias, outro dos aspectos que marcam a evolução recente da sociedade portuguesa. O peso do crédito à habitação no endividamento total das famílias aumentou cerca de dez pontos percentuais nos últimos quinze anos, atingindo em 2009 cerca de 80% do volume global de empréstimos contraídos por particulares. A aparente resolução da “questão habitacional”, ao longo deste período, através da generalização da casa própria, assume assim implicações mais vastas, que importa equacionar. Trata-se, não só de questionar o impacto deste modelo de política habitacional no endividamento do país, mas também de encarar um conjunto de paradoxos que a “revolução da casa própria” suscitou; do excesso de alojamentos face às necessidades das famílias aos elevados índices de fogos devolutos, passando pela incapacidade de combater os processos de especulação fundiária e imobiliária.

NUNO TRAVASSO

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – FAUP

ntravasso@arq.up.pt

Em busca do tempo perdido

As recentes tendências verificadas no mercado imobiliário nacional – nomeadamente multiplicação de condomínios fechados e os movimentos de retorno aos centros históricos – levam-nos a acreditar que os anseios que estão na base da procura de habitação já não se focam apenas no espaço privado, mas também (cada vez mais) na sua envolvente. Uma deslocação que parece movida pelo desejo de recuperar um domínio perdido: a *vida de rua* ou *de bairro* e a *comunidade* que lhe corresponderia; a domesticidade para lá da esfera estrita da casa. As condições sociais que estavam na base da construção e manutenção de tais ambientes alteraram-se profundamente nas últimas décadas. A estabilidade que permitia a construção de uma comunidade significativa e a sua identificação quase imediata com um território delimitado – a ideia de lugar antropológico de Augé – desapareceu. As mulheres e crianças já não passam parte significativa do dia na área de residência; a mobilidade física aumentou drasticamente, assim como a mobilidade laboral e residencial. A própria estrutura social alterou-se: Ascher fala de uma *sociedade hipertexto* que resulta no enfraquecimento da importância da *proximidade* na vida quotidiana. E no entanto, os discursos correntes parecem esquecer tal realidade. A tendência é para procurar a causa da perda dos ambientes comunitários apenas no próprio desenho dos espaços. Interessa por isso analisar o modo como se está a lidar com este sentimento de perda. Interessa sobretudo perceber esta transferência de todos os problemas para o domínio do espaço físico. Porquê procurar ver no desenho e gestão do espaço urbano a principal causa de algo que parece justificar-se cabalmente pelas profundas alterações dos estilos de vida e das estruturas sociais? Uma pergunta que se torna tão mais importante quanto parece ser esse o discurso que dirige o mercado e a construção de grande parte dos espaços urbanos actuais.

OLGA MAGANO

Universidade Aberta / CEMRI

omagano@univ-ab.pt

A difícil conciliação entre cidadania e a origem cigana: a marca que marca

As sociedades modernas desenvolvem de forma crescente e continuada o âmbito de abrangência dos direitos de cidadania. Contudo, é frequente observarem-se na realidade social situações de desigualdade e de exclusão social por parte de alguns grupos socioculturais estigmatizados e/ou economicamente desfavorecidos. É o que podemos verificar em indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa. Apesar do enraizamento histórico e social e dos sentimentos identitários, continuam a ser confrontados com barreiras sociais que limitam o efectivo exercício de cidadania, mesmo quando fazem um percurso de vida de integração social que se afasta do “tradicional

cigano”. Esta apresentação visa discutir esta problemática do ponto de vista do sentimento de discriminação em várias dimensões sociais por parte de indivíduos de origem cigana integrados socialmente.

PAULA ABREU, CLAUDINO FERREIRA

CES/FEUC

pabreu@fe.uc.pt, clauddef@fe.tc.pt

Contar (com) os públicos: desafios e desassossegos da cooperação entre a investigação sociológica e as instituições culturais

A comunicação procura reflectir criticamente acerca do papel da investigação sociológica sobre os públicos das artes e da cultura na definição das políticas e estratégias de gestão de instituições culturais públicas. Tendo como pano de fundo alguns dados sobre os públicos do(s) teatro(s) no nosso país, a comunicação reflecte em particular a experiência de um estudo realizado no Teatro Nacional D. Maria II. O estudo teve por base um inquérito por questionário desenhado com o objectivo de permitir uma análise sociológica detalhada dos públicos do TNDM II e das suas relações quer com a instituição, quer com as respectivas produções teatrais. Simultaneamente, era seu objectivo produzir informação relevante para a concepção e o desenho das políticas artísticas e das estratégias de gestão e marketing da instituição.

A comunicação discute os modos diversos, e frequentemente contraditórios, como as instituições culturais perspectivam as relações com os seus públicos efectivos e com os seus públicos alvo. À medida que as preocupações de gestão e de mercado se transformam em critérios cada vez mais centrais na administração das instituições, surgem novas perspectivas e novos interesses acerca dos públicos. Simultaneamente, as políticas culturais vêm adoptando uma visão mais instrumental da cultura e das artes, tidas como meios de desenvolvimento económico e de coesão social. Neste contexto, as instituições enfrentam novos e dilemáticos desafios, nomeadamente no que diz respeito às estratégias que dirigem aos seus públicos.

Considerando as relações entre as instituições culturais e artísticas, as suas audiências e os contextos sociais em que se inserem, a comunicação procura debater a ambiguidade subjacente aos contributos dos estudos sociológicos sobre os públicos da cultura. Serão abordados os dilemas analíticos e teóricos que emergem desta forma comprometida de fazer investigação, assim como as questões levantadas pelas expectativas mútuas que investigadores e gestores culturais criam acerca do estatuto e dos objectivos dos estudos de públicos e das análises sociológicas.

PAULA FERNANDO, CONCEIÇÃO GOMES

CES

pfernando@ces.uc.pt, cgomes@ces.uc.pt

A Lei Tutelar Educativa na encruzilhada dos processos de reforma

A discussão sobre a resposta institucional à delinquência juvenil, que encontra uma das suas dimensões na Lei Tutelar Educativa, tem vindo a ser dominada por pré-compreensões induzidas por um conhecimento parcial divulgado, muitas vezes, em episódios reproduzidos pelos meios de comunicação social. Esse conhecimento, limitado na descrição da diversidade da realidade social, tolhe as diferentes leituras deste fenómeno, reduz o enfoque em questões de particular gravidade e centra a discussão em torno dos episódios-limite do sistema. A discussão centraliza-se nas alterações das representações ao nível da gravidade dos comportamentos desviantes e na necessidade de resposta a tais fenómenos, esquecem-se as diferenças comprovadas das realidades sociológicas do país e busca-se uma reacção que vá ao encontro de uma pequena franja do que é apelidado de delinquência juvenil. Neste âmbito, o debate em torno dos caminhos institucionais para a resposta à delinquência juvenil encontra-se numa encruzilhada: entre as tentações de um modelo puramente punitivo e o resgate de um paradigma restaurativo. Tendo como referência este contexto, a presente comunicação tem como objectivo apresentar as principais conclusões e recomendações do estudo, realizado em 2010, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, denominado “Entre a Lei e a Prática – Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa”, que, por um lado, retrata cerca de 10 anos de aplicação de um novo modelo de resposta institucional à delinquência juvenil e que, com base nessa análise, por outro, advoga a necessidade de superação da insuficiência da resposta judiciária a este tipo de conflitos.

PAULA GUERRA

FLUP, ISFLUP

pguerra@letras.up.pt; mariadeguerra@gmail.com

Génese, emergência e constituição do subcampo do rock alternativo em Portugal (1980-2010): rota de chegada para um ponto de partida

Nesta comunicação, iremos dar conta das principais tendências e dinâmicas de evolução e composição do campo do *rock* em Portugal, dando relevo aos últimos trinta anos. O *rock'n'roll* despoleta-se nos anos cinquenta do século XX numa matriz claramente americana, tendo posteriormente vindo a assumir uma múltipla semântica e simbologia em Inglaterra e nos E.U.A, bem como no mundo ocidental em geral. Como é apanágio das manifestações culturais contemporâneas, os processos de globalização cultural produzem mais uniformidade e mais diversidade. Se entendermos o *pop rock* como componente fundamental da música popular, é possível tomar as suas manifestações, vivências e produções como determinantes para a compreensão e explicação da estrutura social em que ocorrem e das identidades de quem as produz e reproduz. Mais ainda, se a sociologia não se interessa por essências, mas por processos, parece-nos que o campo do *pop rock*, ainda que recente, será uma matriz essencial de análise das representações sociais e da memória colectiva. Por isso, iremos dar ênfase à génese, à constituição e à consolidação de uma cena em torno do campo do *rock* alternativo em Portugal, pretendendo esclarecer e elucidar acerca da sócio-história constitutiva do *rock* em Portugal, fazendo um percurso ao longo dos últimos 30 anos. O percurso inicia-se nos anos 60 e 70, prossegue, com o dealbar da década de 1980, entre a explosão, os estilhaços e o *boom* do *pop rock* em Portugal, adensa-se no período que medeia entre 1984 e 1990 através dos refinamentos e das derivações da música moderna portuguesa e da afirmação do *pós-punk*. A sócio-história de constituição deste segmento musical é complementada com os anos de 1990, entre o *rock* alternativo e as novas linguagens musicais do *pós-rock*, e os anos 2000 marcados pela mistura, hibridismo, mescla e, enfim, o estabelecimento de uma cena de *rock* alternativo.

PAULA LOPES

CES/FEUC

pdl@fe.uc.pt

A água ibérica: da gestão nacional à governação transnacional

Os recursos hídricos são historicamente considerados património nacional, sendo que o estudo das relações hídricas entre Portugal e Espanha tem sido muito focado em questões hidráulicas e legais, e não tanto em aspectos ambientais, sociais ou culturais. O facto de ainda se pensar a água como parte da terra, e desta segunda poder ser fisicamente apropriada, tem criado enormes obstáculos à implementação de uma governação integrada dos recursos hídricos que passam por Portugal. A integração europeia tem pressionado Portugal a alterar os seus costumes e práticas, mas a concretização dessas mudanças ainda está longe da ideal. Para 'cuidar do futuro' do património hídrico português (o qual é compartilhado com Espanha e o mundo em geral) necessitamos de um acelerar da mudança de mentalidades estratégicas e governativas em Portugal.

PAULO DE MEDEIROS

Utrecht University

Navios fantasmas do Atlântico ao Índico

A imagem do naufrágio sempre assombrou as narrativas coloniais e imperiais. Transposta para dois filmes recentes, *Terra Sonâmbula*, dirigido por Teresa Prata (2007) e *Angola, saudades de quem te ama*, dirigido por Richard Pakleppa (2006), como imagens de navios encalhados e fantasmas essa representação serve uma multiplicidade de sentidos, expondo tanto o assombramento do passado colonial, como as vicissitudes da guerra civil e a possibilidade de imaginar um futuro diferente baseado numa comunidade transnacional. Embora significativamente diferentes, os dois filmes, um ficcional e relacionado com Moçambique, o outro um documentário sobre a actualidade de Angola, demonstram amplamente a importância do filme lusófono póscolonial, quer em relação a outros filmes, quer como veículo para conceptualizar transformações sociais.

Embora com elementos francamente distópicos, os dois filmes analisados mantêm a possibilidade de esperança no futuro, um futuro caracterizado, em *Terra Sonâmbula*, como uma imagem mítica do Índico como fonte e meta de liberdade e comunidade. O presente ensaio tenta analisar os dois filmes debaixo de uma perspectiva teórica pós-colonial assim como reflectir sobre condições para um cosmopolitanismo actual.

PAULO MOTTA OLIVEIRA

Universidade de São Paulo

pmotta@usp.br

De vários desassossegos: reconstruindo imagens

Eduardo Lourenço, em *O labirinto da saudade* apontou: “O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português culto (...) ao pequeno país para lhe dar *uma dimensão mágica* e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um “grande país” (...) economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez.” (Lourenço, 1978: 44).

Se, como nota, esta situação se modifica com o 25 de Abril, por curto tempo o país terá de *palpar a sua pequenez*. A entrada, nos anos 80, na então Comunidade Europeia, irá possibilitar a integração num outro grande corpo, de que Portugal fará parte.

O objetivo de nossa comunicação é o de tratar de quatro romances que podem permitir um estudo de figurações dessa mudança. Em dois que têm como protagonistas *retornados* – um de África e outro do Brasil – respectivamente *Os cus de Judas* de Lobo Antunes, de 1979, e *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, publicado em 1984, poderemos analisar como são figurados, de diferentes mas paralelas maneiras, o fim do período colonial e as cicatrizes dele decorrentes. A partir do papel central que a história possui nessas obras e na forma como elas *escrevem a terra* – como notou Maria Alzira Seixo – será possível pensar sobre duas outras em que o que passa a ser encenado é a experiência *européia* de Portugal, ambas de meados da década de 90: *A correspondência secreta*, de Luís Felipe Castro Mendes, e *Um deus passeando pela brisa da tarde*, de Mário de Carvalho. Poderemos, a partir desse estudo, levantar hipóteses sobre a forma como o país vem sendo retratado na ficção contemporânea.

PAULO PEIXOTO

CES/FEUC

pp@ces.uc.pt

Um país tornado cidade e um urbanismo sitiado

O padrão de urbanização registado nas últimas décadas em Portugal faz sobressair três tendências preocupantes. Um enquadramento social, económico e legal muito deficiente da propriedade fundiária e do uso do solo; uma restrição do urbanismo a estratégias paliativas; e uma atração inusitada por soluções experimentalistas.

Neste quadro, o alargamento da malha urbana, as políticas de reabilitação, o desfazamento entre a oferta e a procura de habitações, a criação de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, assim como de áreas de reabilitação urbana, ou ainda de sociedades de reabilitação urbana, o crédito hipotecário concedido a singulares, a quantidade de fogos e de edifícios novos construídos, entre outras, são dimensões que nos permitem contextualizar, quer as tendências pesadas da nossa urbanização recente, quer os riscos e oportunidades que elas encerram.

PEDRO ARAÚJO

CES

paraujo@ces.uc.pt

Desemprego feminino envelhecido: estreitamento dos horizontes e destinos traçados

As alterações drásticas nos percursos de vida obrigam a adaptações que, a não encontrarem uma possibilidade de comunicação, escorregam para o silêncio. A reflexão que se ensaiará nesta comunicação começa com um fim: o encerramento da Estaco, uma emblemática cerâmica de Coimbra, falida em 2001. Surgindo num momento crítico

de uma trajetória de vida e profissional, o encerramento da fábrica pertence à categoria dos acontecimentos que têm um papel activo na biografia dos indivíduos. Na sequência deste acontecimento de ruptura, trabalhadores e trabalhadoras vêem-se confrontados com a necessidade inédita de interrogarem o seu percurso de vida, de avaliarem os constrangimentos que enfrentam e de equacionarem as oportunidades que se lhes abrem para sair da situação de desemprego.

Partindo da narrativa de uma ex-operária da Estaco, procurar-se-á mostrar o modo como a perda de emprego num momento crítico pode funcionar como um redutor de oportunidades, operando quer ao nível das estratégias de enfrentamento da situação de privação de emprego, quer na transição entre desemprego e regresso ao emprego. A restrição dos horizontes — expressa na redução das oportunidades profissionais — e os destinos traçados — expressos na limitação do acesso à integração profissional a actividades «femininas» e desqualificadas — são reveladores do modo como as desigualdades entre homens e mulheres, ainda fortemente presentes no mercado de trabalho, encontram eco nas experiências do desemprego das mulheres.

As mulheres da Estaco nunca foram completamente «operárias», mas cessando de o ser, cessando de usufruir de um emprego remunerado, perderam igualmente o que as impedia de serem «apenas» mulheres. Enquanto trabalhadoras assalariadas, as suas vidas poderiam continuar a correr sem que se tornasse manifesto o modo como a sua condição de mulheres, pesando sempre sobre as suas vidas, passou agora a condicionar os seus destinos. Ser mulher constitui, deste modo, um importante recurso para lidar com os efeitos desestruturadores e estigmatizantes da privação de emprego, mas constitui igualmente um importante constrangimento.

PEDRO FILIPE CUNHA

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

pedrodamusica@gmail.com

Soluções para ser um mau professor de música de sucesso – o estado da arte musical na escola

Esta comunicação é partilhada como artigo de opinião e tem como objecto uma reflexão sobre o papel das artes na escola. O ensino da música tem sofrido mudanças nas últimas décadas. A crescente miniaturização e portabilidade dos aparelhos, alterou substancialmente a nossa forma de ouvir e interpretar os sons. Por um lado, face a esta ‘tecnologização’ das novas gerações, que desafios se colocam aos agentes do ensino artístico, em particular os professores de música? Presenciamos por vezes professores ‘tecnófilos’ e também professores ‘tecnofóbicos’. Por outro lado, o lucro pedagógico deve ser traduzido num desenvolvimento de competências artísticas e pessoais da criança. Esta comunicação partilha, igualmente, algumas preocupações e provocações que subsistem no processo ensino-aprendizagem da música na escola generalista, não vocacional. Referimo-nos, por fim, aos desafios da competência técnica, ao desassossego da competência pedagógica e à proficiência para as relações interpessoais por parte dos profissionais que pode e deve ser alargada a outras profissões que não a docente. Por um Portugal melhor.

PEDRO HESPANHA

CES/FEUC

pedro.hespanha@gmail.com

A desinstitucionalização da doença mental e os cuidados na comunidade: impasses e desafios

Apresentam-se os principais resultados de um estudo sobre o impacto da desinstitucionalização nos cuidados de saúde mental e avalia-se a capacidade de resposta das famílias, das redes sociais, das organizações locais e dos serviços, num período em que está em curso uma reforma dos cuidados de saúde mental que visa promover a descentralização dos serviços e diminuir a institucionalização.

A filosofia desinstitucionalizadora que resulta do reconhecimento dos efeitos muito negativos da biologização da doença mental exige, para ser eficaz, um conjunto de condições que nem sempre as reformas conseguem assegurar e, por isso, corre o risco de fracassar. Dentre elas, a descentralização dos cuidados, a integração dos cuidados de saúde mental nos restantes cuidados de saúde, o reconhecimento da natureza complexa da doença mental (entre o biológico e o social) e a manutenção (sempre que possível) das pessoas com perturbação mental no seu meio e o envolvimento dos cuidadores informais no processo terapêutico.

Os impasses por que está a passar a reforma evidenciam debilidades relacionadas com diversos factores: resistências dos profissionais relacionadas com a falta de informação; marginalização dos actores que mais de perto lidam com os doentes (organizações de doentes e familiares, autarquias, centros de saúde); dificuldade em

incorporar outras dimensões da doença mental e de fazer participar profissionais não médicos; falta de alternativas de cuidados fora das instituições psiquiátricas ou criação de falsas alternativas.

Por outro lado, o estudo mostrou a reduzida dimensão e densidade das redes sociais das pessoas com doença mental. O mapeamento das redes de cuidados revela três traços fundamentais: o domínio do modelo hospitalocêntrico, a ausência de respostas comunitárias e a desarticulação entre redes formais e informais. Os três factores prejudicam a inserção social e a autonomia das pessoas com doença mental e carecem de intervenção.

PEDRO QUINTELA

Consultor na Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.

quintela.pedro@gmail.com

Os “serviços educativos” nas estratégias de mediação cultural contemporâneas: uma reflexão a partir do caso da Casa da Música do Porto

Propomos uma reflexão em torno da importância da mediação cultural no contexto das organizações culturais contemporâneas, centrando-nos especificamente nos “serviços educativos”. Desde a década de 1970 assistimos, em toda a Europa, à emergência da mediação cultural enquanto tópico relevante de muitos discursos e programas políticos que apelam à importância do desenvolvimento de programas de formação e atracção de públicos para as artes e cultura. Este entendimento da mediação encontra-se intimamente associado, por um lado, aos princípios republicanos franceses da “democratização cultural” e, por outro lado, traduz as preocupações cada vez mais agudas, sentidas por agentes e instituições culturais, com a sua sustentabilidade, num contexto em que o poder público tende a desvincular-se do seu financiamento. No pós-Abril de 74, também em Portugal se tem assistido, em instituições e equipamentos culturais de cariz diversificado, a uma proliferação de serviços educativos e ao desenvolvimento de estratégias de mediação cultural. Trata-se de um processo que acompanha dinâmicas mais amplas associadas ao incremento e qualificação dos espaços e agentes de difusão e produção cultural em Portugal (sobretudo em contexto urbano) e ainda ao aumento de oferta formativa especializada nas áreas das artes e da cultura. Nesta comunicação, que tem por base a investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas (FEUC), será analisado o caso particular do Serviço Educativo da Casa da Música. Analisam-se os contornos *sui generis* de alguns dos principais projectos aí desenvolvidos, procurando compreender o modo como incorporam uma dimensão “experimental” nas formas de relacionamento com públicos e no desenvolvimento de novos modos de tentar aproximar estes de práticas criativas no campo da música. A partir deste estudo de caso, discutem-se tendências de mudança mais amplas nas estratégias de mediação cultural em organizações artísticas, nomeadamente naquelas que trabalham especificamente no campo de música.

PETER RONALD DESOUZA

Indian Institute of Advanced Study / CES Asia, em processo de constituição – Nova Deli

Goa - seeking a space between nationalism and cosmopolitanism

Nationalism and Cosmopolitanism are the two points between which the post colonial political and cultural space of Goa must locate itself. This is a debate that has been inadequately engaged with since it requires scholars to adopt a critical distance from which to look, on the one hand, at the 450 years of the Portuguese colonial experience and, on the other, examine the implications for Goa of its emergence as the leisure capital of India. The two aspects are not disconnected. They need exploring, now fifty years after liberation from Salazarist Portugal in 1961. It would contribute to the robust discussions on the post-colonial. The time has now come for us to collectively explore the historical residues which have created in the present certain resources that need to be identified and their implications discussed.

Need for a new commission for the social sciences

The idea of the 'epistemology of the south' is the ideal platform for us to collectively search for new concepts, such as ubuntu, or bolsa familia, or sarvodaya, new texts such as Hind Swaraj, new practices such as pani panchayat, and new perspectives with which to challenge the derivative discourse of the 'epistemology of the

north'. The time has come for us to call UNESCO to set up a New South Commission for the Social Sciences which will interrogate the practices of social sciences in the global south. The previous commission set up by Gulbenkian, the Wallerstein Commission, can serve as a base document for this new initiative and Portugal can again take this initiative.

RAQUEL REGO

SOCIUS-ISEG-Universidade Técnica de Lisboa

raquel.rego@gmail.com, raquelreg@iseg.utl.pt

Comunidade cigana portuguesa: o desafio do associativismo

Em Portugal, o *empowerment* da etnia cigana tem sido promovido sobretudo pela via da educação (Montenegro, 1999), alojamento (Reis, 2001) e saúde (Silva, 2005). A sua participação social e política parece ser secundarizada. De resto, um dos indicadores que atestam o fraco investimento do ponto de vista da participação social e política da comunidade cigana é o estado embrionário do ciclo de vida das suas associações. Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de um projecto de investigação em curso que pretende contribuir para dar mais visibilidade às associações de ciganos de um modo geral e para conhecer melhor o papel que estas associações podem ter na integração desta comunidade em particular (Bastos, 2009).

RAQUEL REGO, PAULO ALVES, REINHARD NAUMANN

SOCIUS-ISEG; DINÂMIA-CET/ISCTE-IUL; DINÂMIA-CET/ISCTE-IUL

raquel.rego@gmail.com, raquelreg@iseg.utl.pt

Sindicatos portugueses entre desassossegos e desafios: o uso da internet na promoção da democracia sindical

A literatura científica anglo-saxónica tem-se debruçado sobre o contributo das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a revitalização dos sindicatos e promoção da democracia sindical. Estes autores realçam que as TIC são mais rápidas, mais baratas e mais abrangentes do que os meios tradicionais. A internet, por exemplo, pode ser usada a partir do espaço doméstico para fins de formação, atingindo os trabalhadores com limitações de tempo e outras restrições (Greene e Kirton, 2003).

A internet parece ter um impacto importante na comunicação interna dos sindicatos, promovendo o acesso a mais informação, oferecendo serviços aos membros, estimulando a discussão. Mas também na comunicação externa, a Internet ajuda a promover a solidariedade nacional e internacional e a estabelecer um melhor contacto com a comunicação social.

Mas, as potencialidades das TIC só podem ser desenvolvidas se a estratégia sindical e os perfis dos utilizadores o permitirem. Isto significa que, em primeiro lugar, as TIC só podem melhorar a participação dos trabalhadores e ser utilizadas de forma criativa se os líderes sindicais assim o autorizarem (Diamond e Freeman, 2002). Por outro lado, as TIC têm obstáculos relacionados com a sua recepção, como por exemplo a iliteracia informática ou a resistência da parte dos utilizadores ao uso de novas formas de comunicação (Lucio Martinez, 2003).

Nesta comunicação pretendemos apresentar os dados preliminares relativos ao caso português centralizando a nossa atenção no uso que os sindicatos portugueses com sítio na internet fazem desta TIC. A partir de uma revisão de propostas existentes, esboçamos ainda uma tipologia do uso da internet pelos sindicatos que pretendemos que venha a constituir um instrumento de análise e acompanhamento das mudanças deste e de outros casos.

RITA GRÁCIO

CES

ritagracio@ces.uc.pt, rita.gracio.alberto@gmail.com

.mur.mur(i)o. poetas na blogosfera

A presente comunicação apresenta os resultados da pesquisa que toma como objecto de estudo poetas-bloggers portugueses/as. Revisito duas das abordagens mais comuns nesta área da sociologia, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e a teoria dos mundos da arte de Howard Becker, reflectindo sobre as suas vantagens e

limitações e concluindo que necessito de outros contributos teóricos. Apelo, então, a outras abordagens como a teoria das redes sociais e a teoria da literatura, nomeadamente, a partir da L=A=N=G=U=A=G=E School. A pesquisa centra-se em quatro hipóteses fundamentais: a) a importância das redes sociais na construção das identidades e trajetórias dos/as poetas portugueses/as; b) a relevância do papel da blogosfera na reformulação do poder, da autoridade e da legitimidade literários; c) a existência de um discurso teórico-político sobre o acto de escrever por parte destes/as poetas-bloggers e d) a existência de uma percepção crítica das instituições do cânone literário (editoras, prémios, críticos literários, media impressos); e usa uma metodologia qualitativa (entrevistas em profundidade). A pesquisa conclui que as redes sociais destes/as poetas-bloggers estruturam as suas identidades poéticas. O blog funciona como um nó fundamental nas redes, sendo mais uma ferramenta (técnica, social, literária e política) para uma escrita em processo com a participação da comunidade (de leitores/as, bloggers, pares, formada através do blog), facilitando a publicação online e offline e oferecendo o acesso à crítica especializada, alargando o capital social e literário. O blog funciona assim como um território de transgressão dos usos da linguagem dominante e permite a visibilização de criadores/as que não têm espaço, autoridade e/ou poder nas instituições literárias dominantes. Há, por parte destes/as poetas, uma percepção crítica destas instituições mas, simultaneamente, uma aspiração ao reconhecimento literário pelos ídolos canónicos. Assim, estes/as poetas vão ancorando a sua identidade poética entre o discurso central (canónico) e o discurso suplementar/minoritário.

ROSA MONTEIRO

ISMT

monteiro.rosa14@gmail.com

O mecanismo oficial para a igualdade de mulheres e homens e o seu papel nas políticas públicas em Portugal: os casos da lei da paridade e da lei do aborto

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa de doutoramento em sociologia que analisa o papel do principal mecanismo oficial para a igualdade (actualmente, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) na produção de políticas em Portugal. Dadas algumas características do Estado português, as fragilidades dos movimentos de mulheres, e apesar do seu posicionamento formal *insider* na orgânica nos governos, a análise apresentada permitirá compreender as dificuldades efectivas que a Comissão tem tido em participar na decisão política, quer em termos descritivos quer substantivos.

Em 2007 Portugal viu aprovadas duas importantes leis – a lei da paridade ou lei das quotas, e a lei do aborto. Este trabalho procura analisar o significado e as causas que conduziram à adopção destas duas leis, especialmente a des(articulação) de dinâmicas entre a Comissão e os movimentos de mulheres. Explora também alguns factores explicativos dos resultados políticos alcançados, como sejam a prioridade dada às questões, a coesão em seu torno, o papel das constelações cooperativas de mulheres, características estruturais do Estado, o partido no poder, a estrutura da área política, os legados políticos no Estado e na sociedade, o tipo de políticas em questão (doutrinárias ou não doutrinárias) e a presença de contra-movimentos, para além do impacto interno das normas internacionais.

Considero ambas as leis como casos de sucesso parcial das reivindicações feministas dadas as limitações dos seus quadros interpretativos e do seu alcance, e o tipo de representação descritiva das mulheres que promoveram.

ROSANA DE SOUSA PATANÉ

Universidade de Aveiro

rosanapatane@ua.pt

Representações sociais e tensões sobre as políticas educativas em sexualidade e género

A formação educativa tanto no que concerne a actuação do docente, como no que respeita à formação do educando, têm exigido esforços e competências que vão muito além dos aspectos de literacia e de cognição. Estendem-se aos aspectos que marcam o campo das relações humanas e seus princípios fundamentais (questões de ética, de bem-estar psicossocial, direitos e justiça social), que são competências pessoais e sociais que devem ser conquistadas para orientar o saber estar e o saber ser no actual mundo globalizado e em constante transformações sociais. Com esta prerrogativa, a educação assume um papel estratégico na formação da parcela jovem, no que concerne aos índices de saúde e de saúde sexual e reprodutiva e a mudança de mentalidades para o abandono de comportamentos de risco. Deste modo, as políticas de educação sexual em meio escolar,

representam a intenção do governo de Portugal em superar com instrumentos educativos a vulnerabilidade que atinge a população jovem, na qual se detecta a maior parte dos casos de contágio de infecções e de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a Sida, de gravidez não desejada, de uso indevido da contracepção de emergência e da interrupção voluntária da gravidez, de prostituição e tráfico de pessoas, de violência de género e de violência por razões de intolerância a manifestação de orientações sexuais não heterossexuais. Sendo assim, a educação sexual como um dos pontos nevrálgicos, da nova perspectiva de desenvolvimento curricular articulada a questão do desenvolvimento social é o tema central da investigação que desenvolvemos junto aos professores do 5º ao 12º ano, em Portugal e no Brasil, no sentido de identificar por meio de um estudo misto (qualitativo e quantitativo) quais seriam as representações sociais que eles detêm sobre as políticas de educação sexual e como estas representações produzem tensões que inviabilizam a concretização destas entre as dinâmicas escolares.

ROSANA DE SOUSA PATANÉ, MARIA AMÉLIA REIS

Universidade de Aveiro; CEIS20/UC

rosanapatane@ua.pt, asouzareis@hotmail.com

Políticas de educação sexual: uma análise do conteúdo dos relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual [GTES 2005, 2007] e do Censo Escolar 2005 - levantamento das ações em DST/AIDS, saúde sexual e reprodutiva e drogas (2007)

Entendida como uma educação para e em sexualidade, saúde e afectos, a Educação Sexual é o foco central do nosso estudo comparativo entre o Brasil e Portugal. O estudo foi desenvolvido segundo a metodologia de análise documental e da análise de conteúdo dos Relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual [GTES 2005, 2007] no que se refere à Portugal e ao Censo Escolar 2005 – Levantamento das ações em DST/AIDS, Saúde Sexual e Reprodutiva e Drogas (2007) no que se refere ao Brasil, com o intuito de verificar, através dos mesmos, como os governos dos referidos países ainda não se distanciaram por completo das prescrições, das normas e das regras, que marcam as heranças dos discursos normalizadores no campo da sexualidade ao manterem instrumentos disciplinares por detrás de um discurso progressista, pautado nas questões de saúde pública, de educação em direitos humanos e do exercício da cidadania. Nesse sentido, o estudo comparativo entre Portugal e Brasil identificou que na mensagem implícita dos referidos normativos portugueses e brasileiros ainda se conservam ideologias de controlo social sobre a sexualidade que propiciam a reprodução e a permanência de visões sexistas, assim como, de formas de discriminação que não inibem a consolidação de igualdade de oportunidades.

RUI BEBIANO

FLUC/CES

ruibebiano@mail.telepac.pt

Anos 60 em Portugal: memórias, rastos e arrependimentos

A partir de uma abordagem crítica de leituras de natureza historiográfica, jornalística ou memorialista, desenha-se uma tipologia dos modos e processos utilizados para descrever e interpretar na actualidade, muitas vezes sob a forma de julgamento, as práticas de evasão e resistência ocorridas nos anos terminais do Estado Novo (1961-74). Ao mesmo tempo, considera-se a forma como no Portugal contemporâneo esta aproximação se foi permanentemente cruzando com a afirmação contraditória de políticas e de práticas sociais que foram moldando, a partir da traumática fase pós-revolucionária, o nosso destino colectivo.

RUI MATOSO

Academia de Produtores Culturais

ruimatoso@gmail.com

A (re)animação cultural das cidades anestesiadas

Descrever a vida quotidiana nas cidades portuguesas contemporâneas é uma tarefa complexa, se optarmos por não seguir um discurso reduzido ao mínimo denominador comum, isto é, à caricatura cesarista dos sistemas políticos locais. Há uma sensação ou intuição que permanece desde há muito: as nossas cidades fervem por

dentro, nas suas entranhas, enquanto na superfície esta imagem aparece invertida. Nos *media*, na propaganda político-partidária, e no espaço público em geral surge quase sempre uma ideia de consenso generalizado. Este consenso diz-nos, basicamente, que existe alguém que sabe bem o que quer (o poder democraticamente eleito) e que todos os outros actores locais concordam consciente ou inconscientemente. Obviamente que há excepções a este consenso, principalmente quando estão em causa direitos básicos como a saúde e a educação.

A questão será então, no âmbito das nossas cidades potencialmente anestesiadas, a de desencadear processos que possibilitem a emergência -no sentido de eclosão - e a prática da cidadania e da democracia cultural. É a partir deste pressuposto que consideramos a animação sócio-cultural como um dos processos paradigmáticos da maior importância na acção cultural dos municípios. O seu sentido último é, segundo o paradigma dialéctico proposto por José Antonio Caride Gómez, a «democracia como envolvimento duradouro e estável na resolução dos problemas quotidianos, alargando a participação dos cidadãos a todos os espaços e tempos possíveis; empresas, escolas, povoações, zonas residenciais, centros cívicos, etc. Uma posição com que se mantêm vigentes os princípios da democracia cultural e as políticas culturais que a propiciam».

Num documentário intitulado “La sociologie est un sport de combat”, sobre Pierre Bourdieu, este afirma que a reprodução das desigualdades parece ser eterna, por isso, a sua causa parece ser metafísica. Ou seja, ainda que usando as mais criativas estratégias de inovação social, a força da reprodução social -reprodutora das desigualdades e equivalente à inércia no mundo social - prevaleceria sobre as transformações aceleradas do mundo contemporâneo. Como se de uma lei transcendental se tratasse.

SAMUEL JOÃO CAETANO VILELA

Mestrando FEUC

samueljoao@gmail.com

A política externa do Portugal democrático: ruptura ou continuidade

O 25 de Abril de 1974 personifica um ponto de viragem na política portuguesa. A descolonização e o processo de democratização marcam o fim do “orgulhosamente sós”, divisa do Estado Novo, e a discussão em torno do modelo de inserção internacional de Portugal só culminaria com o processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). No entanto, o ajuste da política externa portuguesa à nova conjuntura nacional não se traduziu apenas por esta viragem para a Europa.

Ainda que a adesão à CEE, em 1986, marque um ponto de ruptura, compreender os pontos de ruptura e os pontos de continuidade com a política externa do Estado Novo implica uma reflexão aprofundada. A posição geopolítica portuguesa ilustra a continuidade e potencializa uma política externa virada para o ultramar. Porém, a necessidade de consolidar a ainda jovem democracia confere substancialmente mais importância à adesão à CEE e à reformulação do papel de Portugal na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

Entre 1974 e 1986, a política externa portuguesa torna-se gradualmente mais multilateral traçando um caminho que, actualmente, assenta em três vectores de inserção internacional: o vector europeu, referente ao estatuto de Estado-membro da União Europeia, o vector atlântico, através da reformulação do papel de Portugal na OTAN que, por conseguinte, levou a uma redefinição das relações bilaterais ente Portugal e os Estados Unidos da América e, finalmente, o vector das relações pós-coloniais, com Portugal a reunir esforços no sentido de manter relações estreitas e laços de amizade com os novos países saídos do processo de descolonização português. Compreender as hesitações e a indefinição que levou ao traçar destes vectores contribui para reinterpretar os desafios que ainda hoje se colocam a Portugal.

SHEILA KHAN

Pós-Doutoranda CES/ Universidade de Manchester

sheila.khan@svt.ntnu.no, sheila.khan@manchester.ac.uk

Gentes do ‘Sul’ mesmo aqui ao lado: cartografia de um pós-colonialismo português flutuante e abissal

O presente trabalho tem por objectivo apresentar os resultados de um projecto de pós-doutoramento, intitulado: ‘*African Mozambican Immigrants in the former ‘motherland’: The portrait of a postcolonial Portugal*’, cujo foco de reflexão foi escutar, analisar e mesurar várias percepções que, no seu conjunto, contribuem para uma melhor caracterização do que é hoje o pós-colonialismo em Portugal. Auscultando as vozes e narrativas de mundos e patrimónios sociais e culturais diversos de imigrantes moçambicanos residentes no território português, escritores, investigadores, e pensadores portugueses, este estudo procurou definir a cartografia de como

Portugal se vê e se sente como país pós-colonial; e, em que medida este prefixo constituirá, realmente, um corte com o imaginário de Portugal como potência colonial e hegemónica face às gentes dos antigos territórios colonizados.

Uma das conclusões mais incisivas neste estudo é que Portugal permanece, ainda, numa postura vacilante e de limbo face à sua representação de si, ora como país europeu, ora como país que celebra a sua narrativa histórica mantendo-a ancorada à sua presença em África. Uma outra conclusão revela que muita da experiência social, histórica e cultural disponível e existente no actual tempo e espaço pós-colonial continua a ser tratada como residual, socialmente ausente nas várias leituras e narrativas pós-coloniais de teor teórico, sobre Portugal contemporâneo. Nesse sentido, não será espúrio argumentar-se a existência de duas faces deste pós-colonialismo. Por um lado, um pós-colonialismo mais teórico e interpretativo, e, por outro lado, um pós-colonialismo mais etnográfico, marcado pelas experiências quotidianas, que para muitos dos entrevistados, permanecem invisíveis e mesmo ausentes. Portugal europeu, Portugal híbrido: um país em desassossego? Esta será a questão basilar, que este paper procura responder à luz das sistematizações teóricas emergentes quer da *Sociologia das Ausências*, quer das *Epistemologias do Sul*, a partir da apresentação de excertos de um documentário que a autora se encontra a preparar.

SÍLVIA FERREIRA

CES/FEUC

smdf@fe.uc.pt

Um “novo” lugar do terceiro sector no Estado providência português: os desafios da governação em parceria

No actual momento de crise, o papel do terceiro sector – e de forma mais abrangente em termos empíricos, da economia social – tem ganho uma visibilidade inédita. Por um lado, este sector é convocado por alguns actores políticos como remédio para as emergências sociais resultantes quer da crise, quer das políticas para gerir a mesma. Por outro lado, algumas organizações do terceiro sector têm ocupado um espaço proeminente na esfera pública, apontando para a natureza e a gravidade destes problemas, em especial a pobreza. Esta situação tem elementos de continuidade e descontinuidade. Por um lado, confirma-se o lugar proeminente que estas organizações têm ocupado no seio do Estado social português. Porém, esta continuidade articula-se com uma descontinuidade que diz respeito ao modo como crescentemente o Estado se autodescreve na relação com o terceiro sector – como parceiro e não como tutela. Esta autodescrição torna mais complexa a relação entre Estado e terceiro sector em Portugal e insuficientes os quadros analíticos que se baseiam unicamente na noção de “welfare mixes”. Acresce a isto uma crescente pluralidade que recobre em Portugal a ideia de sector, particularmente evidente com elementos recentes de institucionalização enquanto economia social.

Nesta comunicação, procura-se olhar para a relação entre o Estado e o terceiro sector em Portugal no campo das políticas sociais, esclarecendo algumas das tendências recentes à luz da evolução desta relação. Argumenta-se que a compreensão quer do futuro do Estado social em Portugal, quer do papel que nele ocupa o terceiro sector – ou a economia social – requer um quadro analítico que retenha a co-evolução desta relação.

Mobiliza-se, nesta comunicação, um quadro analítico sustentado teoricamente numa abordagem relacional e sistémica do papel do terceiro sector na governação das políticas sociais, com ênfase empírico nas políticas públicas de parceria e no concreto das parcerias.

SILVIA MAESO, MARTA ARAÚJO, OLIVIER GUIOT

CES

srodrig@ces.uc.pt, marta@ces.uc.pt, olivierguiot@ces.uc.pt

O (anti-)racismo nas políticas e organismos públicos portugueses

Neste texto analisamos políticas e organismos públicos do Estado português que têm como um dos seus objectivos centrais o combate ao racismo e à discriminação racial e étnica. Consideramos como fundamental o exame crítico das concepções dominantes que as norteiam, neste caso, as noções fulcrais de (anti-)racismo e integração. Neste sentido colocamos como questão fundamental a necessidade de problematizar a relação – construída pelas políticas públicas e discursos dos decisores políticos – entre a “presença” de determinadas comunidades imigrantes/minorias étnicas e o racismo.

As abordagens prevalentes nas políticas públicas e nos discursos dos decisores políticos fundamentam-se num constante delineamento da fronteira entre comunidades imigrantes/minorias e a sociedade *nacional* de

“acolhimento”. Assim, o racismo e a discriminação racial são considerados como sendo principalmente uma consequência de preconceitos, de visões erradas da realidade e que a intervenção política deve contradizer, i.e. deve *educar* a sociedade maioritária. Assume-se, no entanto, como *natural* que o preconceito seja mobilizado como “reação” da sociedade *autóctone* perante a “presença” de população imigrante ou de minorias, colocando assim a discriminação como um problema relacionado com a (deficiente) *integração da diferença* e com situações de *crise* (i.e. a crise económica e o desemprego).

Argumentamos que é necessário problematizar estas abordagens e considerar as formas como grande parte das tecnologias políticas em torno da *integração* dos imigrantes (i.e. a figura do *imigrante-trabalhador*) e das minorias étnicas (i.e. as comunidades ciganas) reproduzem, através da sua *normalização*, enquadramentos assentes numa hierarquização entre diferentes “tipos” de (não)cidadãos atravessada por uma aritmética racial.

SÍLVIA PORTUGAL

CES/FEUC

sp@fe.uc.pt

Quanto custa a deficiência? Uma avaliação dos impactos para o Estado e as famílias

A comunicação dá conta dos resultados de um projecto de investigação realizado para o INR com o objectivo de “avaliar os impactos financeiros e sociais da existência de pessoas com deficiências ou incapacidades nos agregados domésticos, com vista ao planeamento e definição de medidas que promovam a igualdade de oportunidades, capacitação e autonomia das pessoas com deficiência”. O Estudo desenvolveu três linhas analíticas: 1) caracterização das condições socioeconómicas da população com deficiência; 2) caracterização das políticas públicas de apoio a esta população; 3) cálculo dos custos acrescidos da deficiência.

Em primeiro lugar, a análise da informação estatística constante de fontes com amostras representativas da população portuguesa permitiu quantificar as várias dimensões do quadro estrutural de desigualdade enfrentado pelas pessoas com deficiência na nossa sociedade: menores níveis de educação, menor taxa de empregabilidade, menores rendimentos do trabalho, maiores despesas com a saúde.

Em segundo lugar, a avaliação das políticas públicas revelou uma aproximação do quadro legislativo português às tendências internacionais e, simultaneamente, o hiato existente entre o desenho da legislação e a eficácia das políticas no terreno.

Finalmente, um trabalho empírico de carácter qualitativo permitiu compreender a complexa rede formal e informal, de familiares e cuidadores, associações, instituições prestadoras de serviços, especialistas, prestadores de cuidados e, de um modo lato, avaliar a relação desta problemática com as políticas sociais e o espaço público. Essa perspectiva qualitativa forneceu um retrato impressionante sobre as inúmeras dificuldades e bloqueios que constroem as expectativas e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, ora crescendo as suas dificuldades na participação social, ora truncando-as em dimensões fundamentais para a sua dignidade humana e direitos. Ao mesmo tempo foi possível verificar o ónus exacerbado que recai sobre cuidadores (quase sempre familiares) com duas consequências fundamentais: a vida financeira, social e profissional é fortemente molestada pelo muito que têm que investir na pessoa com deficiência; existe uma tendência para a cristalização de relações que colocam a pessoa com deficiência sob condições de dependência que, além de mitigarem profundamente a sua autonomia e poder de decisão, facilmente induzem um sentimento de “fardo” com perniciosas implicações no auto-conceito e na auto-estima.

STEFANIA BARCA

CES

sbarca@ces.uc.pt

O trabalho no paradigma da sustentabilidade

Historicamente, o crescimento económico industrial – tanto de tipo capitalista como de tipo socialista – tem sido ligado com a intensificação dos custos sociais e ambientais, que foram sempre pagos, em primeiro lugar, pela classe trabalhadora, em termos de saúde e perda de acesso aos recursos naturais. Os sindicatos têm tido um papel fundamental na luta para a melhoria das condições laborais nos ambientes de trabalho, mas esse papel tem sido desenvolvido primariamente dentro da fábrica, sem questionar o impacto da produção industrial sobre o meio ambiente (tanto a nível local como global) e as condições de vida da população em geral. Este limite das políticas sindicais em termos ambientais relaciona-se com os limites do paradigma produtivista que domina as

economias industriais. A crise ecológica global representa, portanto, não só um enorme desafio para o sistema político-económico, mas também uma oportunidade para imaginar formas de trabalho mais sustentáveis ecológica e socialmente, assim como formas de ação política capazes de representar os interesses da classe trabalhadora e do ambiente ao mesmo tempo.

Apesar das relações entre movimentos trabalhistas e ecologistas terem sido postas em causa por dificuldades de ordem político-económica (crises e reestruturações do sistema capitalista), social (desigualdades de classe) e organizativa (hostilidade ou competição entre as respetivas organizações), a história dos dois movimentos contém numerosos casos de coalizão, com resultados muito positivos em termos de melhoria tanto das condições de trabalho como das condições ambientais específicas.

O paper irá apresentar uma análise detalhada dos desafios e oportunidades que o paradigma da sustentabilidade tem representado até hoje para o movimento trabalhista, as organizações sindicais e as políticas laborais, e uma hipótese de possível plataforma de reflexão/ação comum entre sindicalismo e ambientalismo.

SUSANA COSTA

CES

susanacosta@ces.uc.pt

Os desafios e os desassossegos do DNA nos saberes e práticas dos agentes de investigação criminal

Esta comunicação desenvolve-se no âmbito do meu projecto de pós-doutoramento, procurando abordar algumas das inquietudes que a intersecção entre a ciência e o direito hoje nos colocam.

Numa época em que a identificação de indivíduos por perfis de DNA assume uma importância crescente, apoiando-se o trabalho policial em novas tecnologias hoje ao seu dispor, procuro avaliar as limitações e os problemas da investigação criminal associados ao desenvolvimento de procedimentos de investigação criminal mais céleres, objectivos e eficazes.

Se o uso da tecnologia ao serviço do direito vem abrir novos desafios e novas possibilidades no domínio da identificação individual, também pode dar visibilidade a contingências, controvérsias científicas e a desassossegos que nos remetem para a emergência de uma cidadania científica mais atenta.

Com base num conjunto de entrevistas que estão a ser realizadas a agentes policiais no âmbito do projecto em curso e comparando os seus testemunhos com análise documental de relatórios de cena de crime realizados na década de 90 do século XX, pretende-se perceber que contributo a utilização do DNA trouxe na investigação do crime e o que distingue o trabalho policial nos dias de hoje e o trabalho policial quando a tecnologia sobre perfis genéticos de DNA deu os primeiros passos, de que forma os agentes e as entidades policiais organizaram os seus serviços, as suas práticas e a sua própria cultura de saberes com vista a acolher e adequar a recolha de vestígios criminais com as tecnologias emergentes associadas à investigação criminal.

SUSANA DURÃO

ICS

Policiamentos *em proximidade* nas cidades. Problemas e desvios

O policiamento *em proximidade* constituiu-se como mote para a modernização e democratização das polícias e das cidades desde a segunda metade dos anos 90. Todavia, esta 'proximidade' tem vindo a ser organizada de determinado modo e a vários níveis. Tal merece uma revisão da história recente e o levantamento dos principais problemas e desvios daquele que é hoje um modelo incompleto de policiamento em Portugal. Por um lado, como se verá, os desafios são em parte externos à instituição policial (são globais, políticos e sociais). Estes prendem-se com os estreitamentos ao conceito de 'segurança' a que assistimos no presente. Por outro lado, os desafios são internos às próprias polícias que são concebidas como instituições nacionais e não urbanas. Estes derivam de inércias administrativas, estruturas de status e um peso burocrático contrastado com a acção plural local. Mas, curiosamente, um dos aspectos que mais se opõe ao sucesso da proximidade nos eixos do policiamento não é tanto uma resistência 'cultural' das e nas organizações, mas o 'atlas demográfico', distribuição e mobilidade dos polícias no país. Os vários pontos serão discutidos com base em pesquisas etnográficas que a autora tem vindo a desenvolver nos últimos dez anos.

TANIA COVAS PEREIRA
Doutoranda FEUC
taniacovas@eucryo.com

Partidos digitais – estruturas, processos e novas tecnologias de interligação entre os partidos políticos portugueses e o seu eleitorado através das redes sociais.

Muitas são as hipóteses, poucas as certezas a serem obtidas... Baseado exactamente neste princípio, este estudo visará estabelecer parâmetros estruturais que possibilitem a apreensão de um dos principais aspectos relacionados com as campanhas políticas contemporâneas e com os partidos que dela fazem parte: a comunicação com o eleitorado utilizando como recurso as redes sociais. Para tanto, a análise incluirá pontos de relevância que tratem dos tópicos essenciais ao pleno entendimento das referidas engrenagens. Importantes inserções serão feitas na conjuntura política portuguesa, sobretudo na maneira como os 5 principais partidos (PS, PSD, PCP, BE e CDS/PP) interagem entre a esfera pública e a privada, tendo como foco determinante as interações realizadas no *Facebook*. Identificar os principais mecanismos e as melhores ferramentas utilizadas pelos partidos para uma melhor comunicação com seus eleitores, representará um outro factor de especial importância a esta investigação. Uma vez que tal tópico é particularmente abrangente, será dado um enfoque mais direccionado às novas tecnologias da comunicação, em particular as estruturas de apoio aos grupos e às redes sociais, nomeadamente o *Facebook*.

TÂNIA LEÃO
Doutoranda CES/FEUC
tania.l.leao@gmail.com

Políticas públicas para o cinema em Portugal – breve análise da evolução dos apoios à produção e exibição de cinema em território nacional

A regulamentação da actuação do Estado no sector do cinema e do audiovisual, em território nacional, remonta ao período imediatamente anterior à revolução de 1974. Nas quase quatro décadas que separam o primeiro acto que oficializa a intervenção estatal, sucederam-se organismos públicos criados com a intenção específica de representarem o Estado na aplicação das diversas medidas destinadas ao sector cinematográfico. A profusão de organismos espelha, por um lado, a célere evolução do sector – que condena à obsolescência os instrumentos legais entretanto produzidos – e, por outro lado, aquilo a que alguns autores se referem com sendo o ritmo acelerado das reconstituições do Estado democrático, com repercussões na própria produção legislativa.

A atribuição de financiamento público à produção de cinema pautou-se, durante vários anos, pela subjectividade inerente à ausência de regulamentação da avaliação dos projectos, situação que tem vindo a ser colmatada num período mais recente. Com a progressiva translação para uma maior abertura às exigências do mercado, surgem, todavia, novos apoios à produção de cinema e audiovisual, que têm como objectivo implícito maximizar, na medida dos possíveis, o retorno do investimento financeiro. Os critérios de apreciação passam a ser pautados, nesses casos, por uma visão eminentemente comercial, que nem sempre é exposta com a mesma clareza verificada nos organismos públicos.

No que toca à exibição de cinema em território português, e à semelhança do que se observa no contexto internacional, tem-se verificado o fechamento das salas ditas tradicionais, lentamente substituídas pelos designados *multiplex*. O Estado tem procurado contrapor esta tendência através do apoio crescente à exibição não comercial de cinema, consubstanciado no financiamento de festivais, mostras e ciclos de cinema. Desse modo, apoia a promoção do cinema português, a descentralização da oferta de cinema no território nacional e a apresentação de alternativas viáveis à rede de exibição comercial.

TATIANA MOURA

CES

tatiana@ces.uc.pt

Violência e armas ligeiras. Um retrato português

O campo dos estudos sobre o fenómeno das armas ligeiras tem sido ordenado por dois tipos fundamentais de referências. Por um lado, a referência disciplinar; por outro lado, a referência geopolítica. Do cruzamento entre estas duas referências resulta um entendimento com dois traços essenciais: a) estudar a realidade das armas ligeiras nos países da periferia do sistema-mundo significa analisar a sua prevalência nas chamadas “novas guerras” (Kaldor, 1999); b) estudar a realidade das armas ligeiras nos países do centro do sistema-mundo significa analisar o seu emprego em novas formas de criminalidade emergentes e o desafio que elas constituem para o desenho de novas políticas de segurança interna eficazes e inclusivas.

O desafio do projecto *Violência e Armas Ligeiras. Um retrato português* (CES-FCT, 2007-2010) foi arrancar de pressupostos inversos aos que têm constituído o cânone nos estudos sobre armas ligeiras. Reconhecendo que a invisibilidade das armas de fogo em Portugal não dá resposta ao essencial, procurou-se conhecer os contornos de quatro dimensões principais do problema em Portugal. Em primeiro lugar, a oferta de armas de fogo; em segundo lugar, a sua procura: a que motivações responde o contacto, a posse e o uso de armas de fogo entre nós? Em terceiro lugar, que impactos têm as armas ligeiras em Portugal. Finalmente, em quarto lugar, as respostas a este problema: que políticas públicas, em escala nacional ou internacional, vêm sendo implementadas e com que grau de sucesso para a prevenção e a regulação da posse e do uso de armas ligeiras? Que formas de activismo social se vêm mostrando eficazes na criação de contra-culturas preventivas e reactivas em contextos de violência armada?

TERESA ALMEIDA CRAVO

CES/FEUC

tcravo@ces.uc.pt, tcravo@fe.uc.pt

A política externa portuguesa - uma crítica ao pensamento único

A percepção do governo português do que representa o interesse nacional tem encorajado uma abordagem realista das nossas relações internacionais pós-25 de Abril assente em três grandes pilares: a União Europeia, os Estados Unidos da América e a Lusofonia. Reflectindo sobre o modo como Portugal tem vindo a interagir com estes actores no sistema internacional, esta intervenção apresentará uma crítica ao actual modelo da política externa portuguesa, evidenciando a lógica de benefício unilateral em detrimento de uma prática normativa e progressiva.

TERESA CALIX

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FAUP

teresa.calix@arg.up.pt

Cartografar a urbanização contemporânea: contributo para uma ideia de contemporaneidade

Em Portugal, tal como no resto do mundo, encontra-se aberto o debate sobre as recentes transformações resultantes da intensa exposição aos efeitos da sociedade da informação e da globalização que, como afirmam J. Borja e M. Castells (1997), “configuram em boa medida o hipertexto da comunicação e da interacção simbólica”. O território dessa sociedade hipertexto corresponderá a formas de urbanização em que a metamorfose da geografia dos lugares será cada vez mais o resultado da geografia das relações.

O território urbano, diz A. Corboz (1983), é o resultado de uma construção, um produto da história e um projecto de uma sociedade. É igualmente o património e a memória de uma relação colectiva com um espaço e, como tal, encontra na sua materialização o conjunto das significações sociais e as relações precisas que se podem estabelecer entre este e a população que o ocupa.

Caracterizada por uma crescente individualização, racionalização e diferenciação social, a sociedade hipermoderna, como assim define e designa F. Ascher (2005), resulta de um processo histórico longo de modernização que vai transformando intensamente os territórios da metapolis num padrão complexo entre hiper-aglomeração e hiperdispersão. A distinção entre espaços urbanos e espaços rurais, bastante simples e inteligível no passado, foi suprimida pela materialização de novos processos/padrões de urbanização

aglomerados ou dispersos, territorialmente desconfiados, descontínuos, heterogêneos e polinucleares. À imagem convencional da cidade-corpo, opõe-se a dificuldade em representar a urbanização extensiva e as suas marcas identitárias. Para muitos, a cidade contemporânea, encontra-se por isso num inevitável declínio histórico. Considerando a cidade (ou o urbano) como uma construção social e acreditando que falta uma utopia contemporânea de reconstrução, um ideal colectivo, um pensamento global e indutor do desenvolvimento urbano, esta comunicação pretende sustentar que os territórios da actualidade portuguesa têm de ser realmente lidos e compreendidos para ultrapassar a alegada crise de sentido da condição urbana actual.

TERESA MADEIRA DA SILVA, PEDRO MARQUES ALVES, MIGUEL VASCONCELOS MAGALHÃES, MARIA JOÃO DE OLIVEIRA

ISCTE-CET; ISCTE; ISCTE; ISCTE

teresa.madeira@iscte.pt

Recuperação do Património recente: dois bairros de intervenção prioritária na periferia de Lisboa

O estudo de viabilidade do património construído do bairro de Chelas – Marvila, Lisboa, desenvolvido para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e para a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no âmbito do programa Viver Marvila, proporcionou entre nós um interessante debate sobre a definição dos standards: *“Qual o conjunto de exemplos e boas práticas que deveriam pautar o património construído de habitação social colectiva, ou a sua reabilitação?”*

No centro do debate, dois conjuntos urbanos edificados na década de 1970 e de 1980, identificados como bairros de intervenção prioritária, e um conjunto de questões: *“A sua actual forma oferece níveis de habitabilidade satisfatórios? Serão estes garantidos pela sua reabilitação? Deverão ser demolidos?”*

Para delinear cenários, importou o desenvolvimento de um quadro de diagnóstico onde fosse introduzido um conjunto de linhas de investigação (“questões”) que alimentava os nossos receios e pressupostos sobre o que deveriam ser estes bairros.

São esses pressupostos (sob a forma de quadro de diagnóstico) que entendemos ser necessário trazer a debate na presente comunicação.

Por se tratar de um desejo – um conjunto de diferenças à realidade e projectados nessa mesma realidade – desde logo compreendemo-los como conceitos de carácter propositivo: *“Quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem aos desejos dos moradores, às actuais normas e regulamentos da edificação, e que ainda assim ressalvem os pressupostos do projecto original, sempre que a estes corresponda uma qualidade inequívoca, e a própria identidade do bairro?”*

Porque falamos de necessidades habitacionais e de exigências normativas, falamos também do que parece ser uma *“cultura contemporânea do habitar colectivo”*, no presente caso, contraposta com um património que embora recente, se encontra extensamente degradado.

A presente comunicação é um registo que entendemos necessário fazer – esclarecer, visitar e debater – para responder à pergunta cada vez mais presente: *“o que é que existe para conservar, reforçar ou eliminar, e que poderá enfim ser, o elemento catalisador de uma urbanidade em transformação?”*.

TIAGO SANTOS PEREIRA, JOÃO ARRISCADO NUNES

CES; CES/FEUC

tsp@ces.uc.pt; jan@ces.uc.pt

Para além da “sociedade do conhecimento”: como se governa a ciência e tecnologia em Portugal?

A ciência e a tecnologia têm assumido um lugar central nos debates contemporâneos sobre Portugal, associadas à promessa de uma nova “sociedade do conhecimento”. No entanto, a retórica política em torno deste modelo social, no qual o conhecimento, largamente produzido no quadro de organizações dedicadas à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico, é tido como chave para a construção de um novo futuro, tende a ocultar a diversidade das formas de produção, circulação e apropriação social da ciência e da tecnologia na sociedade portuguesa, na história recente. Nesta comunicação, e tomando como ponto de partida uma versão da tipologia elaborada por Hagendijk e Kallerud (2004), propõe-se uma exploração dos modos de governar a ciência e a tecnologia no contexto português e das suas especificidades, assim como uma reflexão sobre a relação entre esses modos de governar e os modelos dominantes na Europa. A exploração do caso de Portugal serve, assim, de ponto de entrada para uma abordagem crítica que “leve a sério”, enquanto fenómeno político complexo, a “sociedade do conhecimento”, as suas implicações e os seus limites (Felt *et al.*, 2007).

Memórias perdidas, identidades sem cidadania

Permitam-me que conte um episódio que para muitos, ao tempo da história, terá parecido ridículo, inusitado, extemporâneo, pois aos olhos do tempo o momento era de reassentamento da população deslocada pela guerra que assolou Moçambique em mais de dez anos. A história passou-se com uma brigada do Alto Comissariado para os Refugiados, algures numa região do sul de Moçambique. A brigada, transportando centenas de camponeses, viu-se, durante mais de catorze horas, completamente desorientada ao não encontrar o lugar real de reassentamento, porque a população, não atinava com os marcos que identificavam o espaço, como seja a árvore, o cemitério, o bosque.

O espaço de preservação da memória destas populações havia se eclipsado com a guerra. No lugar do bosque, da árvore ou do cemitério familiar, encontraram a natureza no seu estado selvagem, indomesticada. Para os funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, na maioria moçambicanos contratados, a história entrou no anedotário local. Para eles, a reivindicação do espaço identitário da população não tinha sentido em presença da terra e da distribuição de panelas, mantas e instrumentos de produção. O importante estava em garantir à população os bens materiais essenciais à retoma da vida. Não lhes importava os referentes perdidos, os esteios à perenidade da memória. Este desencontro, desconhecimento, distanciamento e, o mais angustiante, desprezo para com a realidade identitária de parte considerável do tecido social do país, patente nos funcionários, estendia-se, a diferentes amplitudes, a toda a classe administrativa do país e, mais grave ainda, ao poder político que se apressava a dar substância à separação e interdependência de poderes consagrados na nova constituição que proclamava os direitos, garantias e liberdades individuais.

Apercebi-me, nesse momento de euforia, de encantamento com a paz, de deslumbramento com a conquista das liberdades individuais, que o nosso país se construía sobre os cacos de identidades esfaceladas, esquecidas, detestadas. E este assassínio, desculpem a impiedade do termo, teve a cumplicidade do poder político ao tempo da proclamação da independência.

VALMIR FLORES PINTO

Doutorando na Universidade de Aveiro; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

valmirpinto@ua.pt

Religiosidade no contexto secular português

O ser humano não vive sem determinada escala de valores e a relevância de alguns valores nas tradições religiosas é capaz de nortear a existência das pessoas na história. O presente estudo procura reflectir e compreender a religiosidade como um fenómeno histórico, teológico, antropológico e político para um mergulho na compreensão do sagrado e sua relação com o mundo secularizado. Para além das fronteiras geográficas de Portugal, a religiosidade na sociedade secular ganha novos traços de diversidade e o diálogo deve ser uma marca nas reflexões dos estudiosos e líderes religiosos, voltado para as questões do mundo global de hoje. A concepção de “religião” nas últimas décadas ganhou novos enfoques e valores e mostra, dessa forma, não ser a vocação da pessoa a submissão a um poder superior, mediatizado pela natureza ou pelas Igrejas ou Instituições Religiosas. Mas, afirmar que é sujeito do mundo, convocado a continuar a “criação” incompleta. A sociedade actual está repleta de secularismos. Para alguns já se fala de um mundo pós-secular, isto é, um mundo que se encontra aborrecido com a autonomia, a igualdade e a liberdade. Isto é, uma sociedade que não enfrenta os abusos da modernidade, mas se refugia em elementos compensatórios, como por exemplo o “grande mercado religioso” com a múltipla escolha religiosa, carregado de resquícios pré-modernos. Numa dimensão de mundo globalizado será um erro analisar um país apenas, e neste caso Portugal, sem uma relação mais complexa com outros contextos mundiais e sociais. Neste sentido, o presente estudo parte de um enfoque mais amplo do fenómeno da religiosidade, da secularização e os reflexos e anseios na sociedade portuguesa que provoca uma reacção da dimensão religiosa tanto nos espaços públicos como individuais.

VANESSA DUARTE DE SOUSA

Doutoranda CES/FEUC

sousavanessa@sapo.pt

A insustentabilidade do modelo de planeamento territorial português: da planificação como estratégia a «meio gás» à multiplicação desenfreada dos instrumentos de base local

Até à adesão de Portugal à então CEE, as experiências de planeamento do território eram embrionárias e não sistémicas. O quadro normativo adensou-se a partir do momento em que o acesso aos fundos estruturais se fez depender da existência de instrumentos de ordenamento do território. Num período igualmente marcado por um processo de descentralização, mesmo que incipiente e pouco ambicioso, multiplicam-se os instrumentos municipais, na ânsia de se garantirem meios para o desenvolvimento local. Dá-se desenvolvimento ao maior movimento de planeamento em Portugal, que surge tardiamente e cujo processo se inicia «ao contrário». A articulação entre os diferentes níveis de planeamento manteve-se difícil de concretizar. Certo é que neste período surgem os primeiros instrumentos de planeamento estratégico nacionais acordados com as instâncias europeias. Não mais se estruturaram os territórios sem ser a partir das prioridades europeias, independentemente das vocações e das prioridades que esses poderiam contemplar. O início do século XXI é marcado por uma nova «onda» de planos. Seja ditado por prioridades europeias ou nacionais, vão-se lançando as mais variadas estratégias nacionais onde se desafiam os municípios a construir os seus instrumentos de planeamento de base local que visem a operacionalização dessas mesmas estratégias. Hoje temos mais de 50 planos nacionais e regionais, e se cada município seguisse as orientações nacionais deveria ter mais de uma dezena de planos locais orientados para os mais diversos sectores. Passou-se de uma necessidade objectiva de estruturação do sentido da mudança dos territórios, para um modelo completamente insustentável e ingovernável. Exigem-se modelos de governação mais flexíveis, que contemplem a articulação entre as necessidades de ordenamento do território com a actuação sectorial. O elemento chave destes novos modelos é o da participação, como forma de democratização e de construção de transparência dos processos de planeamento de base local.

VERA BORGES, PEDRO COSTA, SUSANA GRAÇA

ICS; ISCTE; Ministério da Cultura – Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Universidade Erasmus de Roterdão

vera.borges@ics.ul.pt, pedro.costa@iscte.pt, susana.graca@drclvt.pt

A organização do teatro no Portugal contemporâneo: notas para uma análise empírica das estruturas teatrais apoiadas na região de Lisboa e Vale do Tejo

O campo do teatro em Portugal sofreu profundas alterações nas duas últimas décadas. Estas alterações estão associadas, por um lado, às transformações sociais, políticas e económicas que marcaram a sociedade portuguesa e, por outro, a dinâmicas de reestruturação na organização dos grupos e nas formas de fazer teatro que consolidam um novo paradigma para os “mundos do teatro”.

Com efeito, uma ampla panóplia de especificidades, em termos económicos, culturais, institucionais e sociais, condiciona fortemente a actividade teatral, em múltiplas dimensões. Este artigo pretende identificar empiricamente e tipificar os diversos tipos de situações e de reacções a estes problemas, por parte de um conjunto diverso de instituições no campo das artes performativas (marcadas por uma forte diversidade, em termos do seu perfil e das suas opções ao nível estético, cultural e da sua orientação em relação aos seus mercados, mas igualmente por uma multiplicidade de outras características: por exemplo, padrão de localização, questões geracionais, papel da liderança individual, estrutura organizacional, origens dos financiamentos, etc.).

A análise empírica efectuada baseia-se no acompanhamento efectuado a todas as companhias de teatro da região de Lisboa e Vale do Tejo subsidiadas através dos concursos para apoios anuais/plurianuais do Ministério da Cultura. Com base em entrevistas e no acompanhamento directo da actividade destas estruturas, é efectuada uma análise preliminar das suas opções organizacionais e de mercado, e são identificados os principais problemas e desafios com que se defrontam. É proposta uma tipologia multi-nível para a análise das estruturas teatrais, tendo em conta os diversos aspectos identificados como determinantes para as diferenças observadas. São ainda apresentadas algumas notas conclusivas no que concerne a princípios estratégicos de actuação em termos de definição políticas públicas.

O desafio do urbano: a história como activo

Entre outras coisas, o património é o passado na contemporaneidade, o que — usando um termo do jargão económico — faz da História um activo. Activo que não é fixo, nem seguro, requerendo uma permanente acção e investimento. A História vai sendo rescrita à medida e proporção das mudanças do presente que, na essência, lê e interpreta, mas também dos meios que a evolução em desenvolvimento lhe vai proporcionando. Se o futuro é sempre uma incógnita, inevitavelmente e em boa medida a História também.

É segundo esses pressupostos basilares que trabalhamos essencialmente segundo duas grandes linhas de pesquisa: uma sobre os patrimónios de influência portuguesa, outro sobre a urbanística portuguesa. Convergem em muito.

O ordenamento do território, da paisagem e das cidades é um dos maiores e difíceis desafios que há décadas Portugal, como muitos outros países, enfrenta, mas que, como colectivo, vai sendo sistematicamente adiado perante problemas aparentemente mais urgentes. Em todo o mundo o ambiente urbano enfrenta uma célere e incerta mudança de paradigmas, sendo que essa mudança é radicalmente diversa entre os países do Norte — na generalidade em contenção demográfica — e do Sul — em crescimento explosivo. O que têm de comum? Entre outras coisas centros consolidados.

O conhecimento matricial desses centros é um contributo potencial para a melhoria da eficácia das cidades e nisso a História tem um papel decisivo. História que carece de ser disponibilizada segundo protocolos que permitam a sua operacionalidade na contemporaneidade que constrói. O *desenho da história* — uma bandeira que temos vindo a usar — pode ser a chave para a resolução de muitos problemas e para a identificação de patrimónios ocultos, mas comuns.

Porque não é o património urbanístico a base de um projecto nacional?

PORTUGAL ENTRE OS DESASSOSSEGOS & DESAFIOS

COLÓQUIO INTERNACIONAL 17 E 18 · FEV 2011
AUDITÓRIO DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Claudino Ferreira
Adriana Bebiano
José Manuel Mendes
Lina Coelho
Madalena Duarte
Maria Paula Meneses
Mathias Thaler
Paula Abreu



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



Governo Civil do Distrito de Coimbra

